

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Carolina Tucci de Carvalho

A luta por uma estratégia revolucionária: a formação de Anita Leocadia Prestes como
historiadora comunista

Florianópolis

2023

Carolina Tucci de Carvalho

A luta por uma estratégia revolucionária: a formação de Anita Leocadia Prestes como historiadora comunista

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel e Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Carvalho, Carolina Tucci de

A luta por uma estratégia revolucionária : a formação de Anita Leocadia Prestes como historiadora comunista / Carolina Tucci de Carvalho ; orientador, Paulo Pinheiro Machado, 2023.

94 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. História. 2. Anita Leocadia Prestes. 3. Partido Comunista Brasileiro. 4. estratégia. 5. historiadora comunista. I. Pinheiro Machado, Paulo. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, às catorze horas, por plataforma de videoconferência da Rede Nacional de Pesquisa, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo Professor Paulo Pinheiro Machado, Orientador e Presidente, pelo Professor Rodrigo Bragio Bonaldo, Titular da Banca, e pelo Professor Giovanni Simon Machado, membro, designados pela Portaria nº 34/2022/HST/CFH da Senhora Chefe do Departamento de História, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica **Carolina Tucci de Carvalho**, subordinado ao título: **"A luta por uma estratégia revolucionária: a formação de Anita Leocadia Prestes como historiadora comunista"**. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, a acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo a candidata recebido do Professor Paulo Pinheiro Machado a nota final 10, do Professor Rodrigo Bragio Bonaldo a nota final 10 e do Professor Giovanni Simon Machado a nota final 10.; sendo **aprovada com a nota final 10**. A acadêmica deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História até o dia catorze de março de dois mil e vinte e três. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, 07 de março de 2023.

Banca Examinadora:

Prof. Paulo Pinheiro Machado



Documento assinado digitalmente

Paulo Pinheiro Machado

Data: 07/03/2023 16:22:59-0300

CPF: ***.676.840-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Rodrigo Bragio Bonaldo



Documento assinado digitalmente

Rodrigo Bragio Bonaldo

Data: 08/03/2023 11:08:03-0300

CPF: ***.985.030-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Giovanni Simon Machado



Documento assinado digitalmente

Giovanni Simon Machado

Data: 09/03/2023 11:27:25-0300

CPF: ***.549.129-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Candidata Carolina Tucci de Carvalho



Documento assinado digitalmente

CAROLINA TUCCI DE CARVALHO

Data: 08/03/2023 10:32:55-0300

CPF: ***.176.339-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Atestado

Atesto que a acadêmica **Carolina Tucci de Carvalho**, matrícula 18101251, entregou a versão final do seu TCC cujo título é “A luta por uma estratégia revolucionária: a formação de Anita Leocadia Prestes como historiadora comunista” com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 13 de março de 2023.



Documento assinado digitalmente
Paulo Pinheiro Machado
Data: 13/03/2023 20:40:22-0300
CPF: ***.676.840-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, que desde muito pequena me incentivaram a curiosidade e o estudo. Nunca esqueci de quando era criança e minha mãe estudava comigo e me dizia como aprender deveria ser sempre algo prazeroso. Ao meu pai que discutia conjuntura comigo mesmo quando eu não via tanta importância nisso. Não sei o que seria de mim sem o carinho e o amparo de vocês nos momentos que mais precisei.

A todos meus professores que me ensinaram com paciência como o mundo funcionava e me deram, para além do conhecimento, o gosto por ensinar que me levou a querer ser professora também.

Aos meus queridos colegas de curso por todas as trocas em sala de aula, conversas e por toda ajuda que ao longo desses cinco anos foi tão necessária. Um agradecimento especial aos ‘Rolês Históricos’ pelo leal companheirismo apesar das minhas constantes ausências.

Ao Movimento Estudantil, ao Centro Acadêmico Livre de História e ao Diretório Central dos Estudantes da UFSC, as outras escolas que frequentei na universidade.

Aos meus camaradas da Juventude Comunista Avançando, que me ensinaram que viver para si é muito pouco quando se carrega o peso do amor pelo povo. Sem a paciência e abnegação de vocês não teria sido possível terminar este trabalho.

Aos meus camaradas e companheiros do movimento estudantil devo minha formação política, meu pensamento crítico e a confiança de lutar pelo que é justo.

Ao Cauê, que com seu afeto e tranquilidade sempre me fez enxergar com mais clareza.

A Amanda e a Paloma, amigas maravilhosas que durante os últimos meses sempre estiveram presentes me apoiando e me encorajando a continuar com tanto carinho e paciência.

Ao Michel, Marco e Mateus, os companheiros de residência que escutaram muitas angústias e reclamações ao longo do processo da pesquisa.

Ao Pedro Pinho que sempre com muita solicitude conversou comigo sobre qualquer tema que fosse e prontamente me enviou tudo que podia imaginar de bibliografia.

À Pamela, companheira de curso e de diversos grupos de trabalho em quem, dividindo o peso de estudar e militar, encontrei uma grande amiga.

Ao Pedro Cunha, colega que tanto admiro e tive a sorte de poder ter trocas até no TCC.

Ao Fava pela ajuda desde os trabalhos da primeira fase à leitura desta monografia.

Ao PIBID e ao PET do curso de História.

A todos aqueles que contribuem para o acesso gratuito e irrestrito de todo conhecimento científico.

Ao professor Rodrigo Bonaldo que me ensinou a pensar a teoria e com tanta atenção me orientou durante as disciplinas de Teoria I e II e na elaboração do projeto que seria esse TCC.

Ao professor Paulo Pinheiro Machado com o qual tive a sorte de aprender com a monitoria em Introdução, com as variadas disciplinas, com a atuação política e finalmente com a orientação, que prontamente aceitou mesmo sem ter elaborado comigo o projeto.

Ao professor e camarada Giovanni Simon pela participação na banca e pelos comentários que deram mais qualidade a este trabalho.

Agradeço a professora Anita Leocadia Prestes que de forma muito gentil concedeu a entrevista que foi fonte para este trabalho.

Para finalizar, acredito ser relevante considerar o momento político que nosso país atravessa. Desde o golpe que destituiu Dilma em 2016, o povo vem sofrendo com o avanço da agenda imperialista e as contra-reformas que tiraram de nós direitos duramente conquistados. A eleição de Bolsonaro em 2018 acelerou a escalada fascizante. Entrei na UFSC em 2018, me encontrei no movimento estudantil, participei das manifestações do “Ele Não” e das campanhas do “Vira-voto”. Fomos derrotados, e vi nesses anos a universidade sendo ideologicamente atacada e desmoralizada, a vi sendo economicamente desmontada com os inúmeros cortes orçamentários. A gestão da pandemia pelo governo Bolsonaro assolou o país de fome, miséria e desemprego. Este trabalho foi escrito no decorrer de 2022 e nos primeiros meses de 2023. Quando minha organização política entendia que enfrentávamos “uma das eleições mais importantes da história de nosso povo”, entendendo a mim mesma como uma militante comunista e historiadora em formação, não me absteve de tomar partido e participei como pude da campanha que elegeu Lula presidente. Semana passada, foram anunciados os aumentos das bolsas da CAPES, é o primeiro aumento desde 2013. Talvez, se não fosse militante, teria mais tempo para me dedicar à pesquisa, mas também se não o fosse não seria esta a pesquisa. Acredito que hoje existem melhores perspectivas de disputas e vitórias que sirvam ao nosso povo, poder ter contribuído com isso, ainda que de forma tão diminuta, me traz apenas orgulho e não arrependimento.

Sem teoria revolucionária, não pode haver movimento revolucionário.

(LÊNIN, 1902)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar a formação de Anita Leocadia Prestes enquanto historiadora comunista. Para isso, foi trazido sua trajetória de vida, dando mais importância para os aspectos educacionais e políticos. Também foi situada a origem da formulação da estratégia da Revolução Nacional Libertadora no Partido Comunista Brasileiro (PCB) da qual Anita se tornou uma crítica e a solidificação desta estratégia de 1922 a 1980. A pesquisa permitiu propor uma relação entre a formação de Anita como historiadora comunista e o debate estratégico do PCB na década de 1980. O trabalho se ampara nas discussões metodológicas da história oral e da biografia. Para a execução da pesquisa foram usadas como fontes principais: a autobiografia de Anita Prestes, *Viver é tomar partido* (2019); documentos partidários do PCB; o artigo *A Que Herança Devem Os Comunistas Renunciar?* (1980) de Anita Prestes e uma entrevista concedida por Anita Prestes para a elaboração deste trabalho.

Palavras-chave: Anita Leocadia Prestes; Partido Comunista Brasileiro; estratégia; historiadora comunista.

ABSTRACT

This work aims to present the development of Anita Leocadia Prestes as a communist historian. For this, her life trajectory was presented, giving more importance to educational and political aspects. The origin of the formulation of the National Liberation Revolution strategy in the Brazilian Communist Party (PCB) of which Anita became a critic and the solidification of this strategy from 1922 to 1980 were also situated. The research allowed proposing a relation between Anita's development as a communist historian and the strategic debate of the PCB in the 1980s. The work is supported by methodological discussions of oral history and biography. For the execution of the research, the following main sources were used: the autobiography of Anita Prestes, *Viver é tomar Partido* (2019); PCB party documents; the article *A Que Herança Devem Os Comunistas Renunciar?* (1980) by Anita Prestes and an interview given by Anita Prestes for the elaboration of this work.

Keywords: Anita Leocadia Prestes; Brazilian Communist Party; strategy; communist historian.

LISTA DE ABREVIATURAS

AI-5 – Ato Institucional nº5
ALN – Ação Libertadora Nacional
ANL – Aliança Nacional Libertadora
CC do PCB – Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro
FMP – Frente de Mobilização Popular
IC – Internacional Comunista
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PCE – Partido Comunista Espanhol
PCI – Partido Comunista Italiano
PCF – Partido Comunista Francês
PCUS – Partido Comunista da União Soviética
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PSD – Partido Social Democrático
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
STF – Supremo Tribunal Federal
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNE – União Nacional dos Estudantes
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. “MINHA FORMAÇÃO TODA DESDE A INFÂNCIA FOI RUMO AO COMUNISMO E AO MARXISMO”	18
3. DO CENTRO DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL À DECLARAÇÃO DE MARÇO DE 1958	23
4. O DEBATE ESTRATÉGICO E A FORMAÇÃO DE UMA HISTORIADORA COMUNISTA	36
4.1. O golpe e o PCB	36
4.2. A trajetória de Anita, da universidade ao exílio	41
4.3. O exílio do CC, divergências teóricas e o debate estratégico	47
4.4. A cisão de Prestes e a herança a que os comunistas devem renunciar	53
4.5. De militante comunista a historiadora	58
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	66
ANEXOS	70

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende apresentar a formação de Anita Leocadia Prestes enquanto historiadora comunista. Para isso, trouxe sua trajetória de vida, dando mais importância para os aspectos educacionais e políticos. Também busquei situar a origem da formulação da estratégia da Revolução Nacional Libertadora¹ no Partido Comunista Brasileiro (PCB) da qual Anita se tornou uma crítica e a solidificação desta estratégia ao longo dos anos. Bem como propor uma relação entre a formação de Anita como historiadora e o debate estratégico do PCB na década de 1980.

Nos anos finais da ditadura militar no Brasil, do fim da década de 1970 a 1980, o PCB encara uma crise que vinha se construindo a partir de variados motivos. Devido às divergências a respeito de qual deveria ser a estratégia revolucionária para o Brasil, Luiz Carlos Prestes e os comunistas alinhados com suas posições, rompem com o Partido. Entre eles, Anita Prestes, que em meio a este debate faz um esforço de compreender a historicidade da linha estratégica em voga em 1980 para poder criticá-la.

A discussão a respeito da tática e da estratégia é sempre presente entre os comunistas devido à luta pelo poder. Nas palavras do revolucionário salvadorenho Schafik Handal (1980): “O ABC do marxismo-leninismo ensina que o problema fundamental da revolução é o problema do poder”. Quando, no *Manifesto Comunista*, Marx e Engels (2017, p. 50) diziam que “Os comunistas lutam pelos interesses e objetivos imediatos da classe operária, mas, ao mesmo tempo, defendem e representam, no movimento atual, o futuro do movimento.”, também diziam sobre tática e estratégia.

Stálin, em seu artigo *A questão da estratégia e da tática dos comunistas russos* de 1923 para o jornal *Pravda* celebrando o aniversário do Partido Comunista (bolchevique) da Rússia trouxe sínteses objetivas:

A tarefa mais importante da estratégia consiste em determinar qual a direção principal que deve seguir o movimento da classe operária, qual a direção que oferece maiores vantagens ao proletariado para vibrar o golpe principal contra o adversário, a fim de alcançar os objetivos fixados no programa. [...]

A estratégia política tem, sobretudo, a missão de determinar, de um modo justo, a direção principal do movimento proletário de um dado país para um determinado período histórico, partindo dos dados da teoria e do programa marxista e levando em conta as experiências da luta revolucionária dos operários de todos os países. (STALIN, 1923, grifos meus)

Os comunistas, como se consideram a fração mais resoluta do proletariado, que almejam a revolução socialista, a tomada do poder, se preocupam em por meio da teoria

¹ Também pode-se dizer Revolução Nacional Democrática.

revolucionária traçar uma estratégia que leve em conta o período histórico e indique o melhor caminho para a conquista do poder. Mas a estratégia diz respeito à direção principal a seguir, ao futuro do movimento.

Enquanto isso, a tática integra a estratégia e é à ela subordinada.

A missão mais importante da tática consiste em determinar os caminhos e os meios, as formas e os métodos de luta, que correspondam do melhor modo à situação concreta existente em determinado momento e que preparem de modo mais seguro os êxitos estratégicos. Por isso, *as ações e os resultados da tática devem ser avaliados não em si mesmos, não do ponto de vista do seu efeito imediato, mas do ponto de vista das tarefas e das possibilidades da estratégia*. Existem situações em que os êxitos táticos facilitam a realização das tarefas estratégicas. (STALIN, 1923, grifos meus)

Nas *Teses de Lyon*, escritas por Antonio Gramsci e Palmiro Togliatti para o III Congresso Nacional do Partido Comunista Italiano em 1926, pode-se observar a relação entre a capacidade de elaboração de uma estratégia e táticas justas e a qualidade do Partido Comunista enquanto vanguarda:

A capacidade estratégica e tática do Partido é sua capacidade de organizar e unificar, ao redor da vanguarda proletária e da classe operária todas as forças necessárias à vitória revolucionária, e de guiá-las efetivamente à revolução, aproveitando as situações objetivas e as mudanças na relação de forças que estas provocam, tanto entre a população trabalhadora, quanto entre os inimigos da classe operária. Com sua estratégia e sua tática, o Partido “dirige a classe operária” nos grandes movimentos históricos e em suas lutas cotidianas. [...]

O princípio de que o Partido dirige a classe operária não deve ser interpretado mecanicamente. Não é preciso acreditar que o Partido pode dirigir a classe operária mediante uma imposição autoritária externa; isso não é válido, nem para o período precedente à conquista do poder, nem para o que se segue. [...]

Afirmamos que a capacidade de dirigir a classe não está no fato de que o Partido se “proclame” órgão revolucionário da mesma, mas sim que, “efetivamente”, consiga, como uma parte da classe operária, vincular-se com todos os setores da classe e incitar a massa a um movimento na direção desejada e favorecida pelas condições objetivas. Somente como consequência de sua ação, o Partido poderá obter das massas o reconhecimento como seu partido (conquista da maioria) e, uma vez cumprida esta condição, pode afirmar que a classe operária o segue. As exigências desta ação entre as massas são superiores a todo “patriotismo” de partido. (GRAMSCI; TOGLIATTI, 1926)

A capacidade do Partido se tornar a vanguarda do proletariado, portanto, também atravessa sua capacidade de determinar a partir da análise do período histórico a estratégia e as táticas acertadas que caminhem para a elevação de consciência e organização das massas e a efetivação da revolução socialista por meio da tomada do poder pelo proletariado.

Se na Rússia a primeira grande divergência estratégica entre os que hoje conhecemos por mencheviques e bolcheviques, girava em torno de quem comporia e dirigiria o bloco

revolucionário² (STALIN, 1923); na América Latina um lugar comum das divergências estratégicas se deu quanto ao caráter e a via da revolução (HANDAL, 1980).

No Brasil, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), como é hoje conhecido, foi fundado em 1922, inserido no quadro das lutas operárias no país e da vitória da Revolução Russa de 1917. Até então era forte a influência anarquista no movimento operário e a maioria da primeira direção do Partido tinha origens anarquistas. O marxismo era pouco conhecido no Brasil, até mesmo pela falta de traduções para o português. Sua fundação passou despercebida pela imprensa, mas não tardaria muito para o Partido tornar-se relevante ao ponto de ser incontornável estudar a história do Brasil no século XX sem considerar a atuação do PCB.

Entre a década de 1970 e 1980, o PCB atravessou uma crise vinculada a sua capacidade enquanto Partido de analisar a realidade histórica brasileira e formular um projeto revolucionário para o país. Anita Leocadia Prestes, enquanto membro do PCB, envolveu-se nas polêmicas em torno desta crise e é neste período que ela se dedica a sua formação acadêmica enquanto historiadora.

Para a execução da pesquisa foram usadas como fontes principais: a autobiografia de Anita Prestes, *Viver é tomar partido* (2019); documentos partidários do PCB de 1922 a 1967³; o artigo *A Que Herança Devem Os Comunistas Renunciar?* (1980)⁴ e uma entrevista⁵ concedida por Anita Prestes para a elaboração deste trabalho em outubro de 2022.

Existem limitações no uso de uma autobiografia como fonte que devem ser observadas. Primeiro, vale considerar as advertências de Giovanni Levi (2006, p.169) quando nós historiadores, “imaginamos que os atores históricos obedecem a um modelo de racionalidade anacrônico e limitado”, obedecendo uma ordem cronológica e sem contradições. Também – e acredito que este aspecto seja particularmente importante ao refletir sobre a trajetória de uma militante comunista que buscou agir sobre a realidade de seu país – deve-se levar em conta que:

² Grosso modo, os mencheviques entendiam que deveria-se constituir um bloco do proletariado junto da burguesia liberal, com esta última dirigindo as forças revolucionárias e os bolcheviques compreendiam que deveria-se formar um bloco do proletariado com os camponeses tendo o proletariado como dirigente e burguesia liberal neutralizada.

³ Foram analisados os documentos disponíveis nas coletâneas de Edgar Carone (CARONE, Edgar. **O P.C.B.:** (1922-1943). São Paulo: Difel, 1982. 1 v.; CARONE, Edgar. **O P.C.B.:** (1943-1964). São Paulo: Difel, 1982. 2 v.), no livro de Astrogildo Pereira (PEREIRA, Astrogildo. *Ensaio histórico e políticos*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.) e no site www.marxists.org.

⁴ Ver: PRESTES, Anita Leocadia. *A Que Herança Devem Os Comunistas Renunciar?*. OITENTA, Porto Alegre, v. 4, p. 197-223, 1980. Disponível no site do Instituto Luiz Carlos Prestes : https://www.ilcp.org.br/prestes/index.php/component/content/images/stories/index.php?option=com_content&view=article&id=161:-a-que-heranca-devem-os-comunistas-renunciar&catid=26:documentos&Itemid=146

⁵ As citações da entrevista serão identificadas com a referência “(PRESTES, A.L., 2022)”.

qualquer que seja a sua originalidade aparente, uma vida não pode ser compreendida unicamente através de seus desvios ou singularidades, mas, ao contrário, mostrando-se que cada desvio aparente em relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justifica. Essa perspectiva deu ótimos resultados, tendo-se em geral conseguido manter o equilíbrio entre a especificidade da trajetória individual e o sistema social como um todo. (LEVI, 2006, 176)

Além disso, não obstante o livro autobiográfico de Anita ser fundamentado a partir de fontes variadas (arquivos públicos, depoimentos, periódicos) e uma extensa bibliografia, não se pode deixar de ter um olhar crítico para um trabalho cujo autor é o foco principal. Cabe pontuar, que ela mesma faz ponderações a este respeito, quando coloca que nenhuma representação biográfica pode ser isenta dos interesses de quem a escreve e de que a memória é uma representação seletiva do passado (PRESTES, A.L., 2019).

Isto posto, este trabalho não pretende ser uma biografia, mas é um trabalho historiográfico que por seu objetivo possui diversos aspectos biográficos. Dessa maneira, são necessárias atenções metodológicas, como o cuidado com o anacronismo e as ressignificações elaboradas *a posteriori*. Pierre Bourdieu, também alerta para a ilusão biográfica de estabelecer relações de causalidade aos acontecimentos da vida do biografado:

Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário. E é provável que esse ganho de coerência e de necessidade esteja na origem do interesse, variável segundo a posição e a trajetória, que os investigadores têm pelo empreendimento biográfico. Essa propensão a tornar-se o ideólogo de sua própria vida, selecionando, em função de uma intenção global, certos acontecimentos significativos e estabelecendo entre eles conexões para lhes dar coerência, como as que implica a sua instituição como causas ou, com mais frequência, como fins, conta com a cumplicidade natural do biógrafo, que, a começar por suas disposições de profissional da interpretação, só pode ser levado a aceitar essa criação artificial de sentido. (BOURDIEU, 2006, p. 184-185)

A respeito da entrevista realizada, também cabem considerações sobre a metodologia da história oral. Alessandro Portelli (2010, p.2-3), enfatiza, que na entrevista há duas agendas que se chocam, “a agenda do historiador, que tem perguntas, algumas coisas que queremos saber; e a agenda do entrevistado, que aproveita a presença do historiador para contar as histórias que quer contar, as quais não são necessariamente as histórias que buscamos”.

Analisando os depoimentos orais relacionados ao Massacre de Civitella Val Di Chiana⁶, Portelli (2006, p. 109-110) mostra como a memória é um processo desenvolvido no

⁶ “Em 29 de junho, as tropas de ocupação alemãs executaram 115 civis, todos homens, em Civitella Val di Chiana, uma cidadezinha montanhosa nas proximidades de Arezzo, na Toscana. Neste mesmo dia, 58 pessoas, incluindo mulheres e crianças, foram mortas no povoado vizinho de La Cornia, e 39 no vilarejo de San Pancrazio. Tudo indica que esses atos foram uma retaliação pelo assassinato de três soldados alemães por membros da Resistência, em Civitella, em 18 de junho.” (PORTELLI, 2006, p. 103). Disponível em: PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política,

tempo histórico, existe mobilidade e maleabilidade na construção da narrativa de memória. Concretamente, o autor sugere que as mudanças nos depoimentos dos sobreviventes poderiam ter relação com o receio de “criticar os membros da Resistência no período imediato ao pós-guerra, quando estes gozavam de prestígio e de certo poder político” (PORTELLI, 2006, p. 110). De forma correlata, podemos refletir quando analisamos entrevistas de militantes comunistas ou mesmo documentos partidários, sobre a mudança de perspectivas de um momento de eclosão de revoluções proletárias pelo mundo para outro de crise do movimento comunista internacional e de fragmentação da esquerda revolucionária.

Para a análise da trajetória de Anita faço uso do conceito de ‘cultura política’ para tratar do meio em que cresceu. Caracterizado por Rodrigo Patto Sá Motta (1996, p.96), cultura política é:

o conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginário, partilhados por determinado grupo, e tendo como objeto fenômenos políticos. Assim como a conceituação geral de cultura só faz sentido falar-se em cultura política quando se trata de normas, valores, etc razoavelmente arraigados, estruturados; quando se estabelecem tradições que são reproduzidas por várias gerações. O conceito não se aplica a fenômenos superficiais e passageiros.

Quanto aos documentos partidários, foram privilegiadas as Resoluções Congressuais e os principais documentos com orientações políticas do Comitê Central. A partir do levantamento dos documentos, os organizei em ordem cronológica para analisá-los tendo em vista o contexto político da época.

Este trabalho não tem como objetivo se debruçar sobre toda a conjuntura política e a história do país desde a fundação do PCB de forma aprofundada, mas pela própria natureza de um partido comunista, que sempre busca analisar e intervir na realidade e por seu princípio de internacionalismo proletário, é necessário trazer elementos da conjuntura nacional e internacional. A este respeito, Antonio Gramsci⁷, escreveu:

pode-se dizer que escrever a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, destacando um seu aspecto característico. Um partido terá maior ou menor significado e peso na medida em que a sua atividade particular pese mais ou menos na determinação da história de um país. (GRAMSCI, 1976, p. 24-25)

No primeiro capítulo, apresentei o percurso de Anita Prestes até 1960. Trazendo por quais países elas viveu neste período, os variados idiomas que foi aprendeu por conta dessas mudanças, alguns intelectuais conhecidos que teve contato próximo e as escolas e experiências mais marcantes por que passou. O objetivo deste capítulo é apresentar elementos

luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 103-130.

⁷ Ver: GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o Estado Moderno. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, p.24/25.

da cultura política em que Anita desde muito jovem esteve inserida que foram importantes para sua formação política e aspectos de sua vida que viriam a ser importantes para sua formação teórica.

O segundo capítulo é dedicado a reconstituir a origem da formulação da Revolução Nacional Libertadora e a solidificação desta estratégia nas décadas seguintes. Para isso, apresentamos uma análise a partir dos principais documentos que marcaram o Partido até 1960. Esta reconstrução é importante para mostrar a processualidade dos fatores que levaram Luiz Carlos Prestes e seus aliados a romperem com o PCB em 1980 e os ajustes que essa concepção estratégica sofreu no decorrer dos anos.

O terceiro capítulo contextualiza os antecedentes do golpe civil-militar de 1964 para introduzir suas consequências para o PCB e para a trajetória de Anita. Neste capítulo optei por alternar entre subcapítulos que abordaram o PCB e Anita no mesmo período, para propor uma relação entre o debate estratégico em meio ao qual Anita inicia sua formação como historiadora marxista.

2. “MINHA FORMAÇÃO TODA DESDE A INFÂNCIA FOI RUMO AO COMUNISMO E AO MARXISMO”

Este primeiro capítulo busca apresentar os primeiros anos de Anita Prestes até 1960, dando ênfase nos aspectos de sua trajetória educacional e política que influíram na sua formação, situando a cultura política em que Anita esteve inserida desde sua infância.

Anita Leocadia Prestes começa a relatar a sua vida a partir da história de seus pais (PRESTES, A.L.,2019). Importantes militantes comunistas, unidos pela designação de uma tarefa. Olga Benário, é destacada ao final de 1934 para cuidar da segurança de Luiz Carlos Prestes quando do seu regresso ao Brasil. Uma viagem clandestina de três meses da União Soviética ao Rio de Janeiro em que tinham como disfarce uma lua de mel terminou com uma paixão verdadeira. Com a derrota dos levantes antifascistas, a repressão à Aliança Nacional Libertadora e aos comunistas separou o jovem casal. Em março de 1936, Prestes e Olga foram presos. Enquanto Prestes permaneceu no Brasil, Olga foi entregue à Gestapo e extraditada para a Alemanha. No dia 27 de novembro de 1936 deu à luz a sua filha, na prisão feminina de Barnimstrasse. O nascimento de Anita Leocadia continuou oculto da família por meses devido a incomunicabilidade de Olga (MORAIS, 1985).

Desde a prisão de Prestes, sua família iniciou a organização de uma campanha pela sua soltura. A Campanha Prestes pela libertação dos presos políticos, liderada por sua mãe, Leocadia Prestes, e sua irmã, Lygia Prestes, teve grande repercussão internacional. Contando com o apoio de diversos partidos, organizações e pessoas influentes, a Campanha ganhou maior dimensão quando tornou-se público o nascimento de Anita. Aos catorze meses ela foi liberta das garras do nazismo e entregue à sua avó e sua tia. Anita considera-se filha da solidariedade internacional, pois apenas por conta dessa importante vitória pode seguir sua vida com sua família (PRESTES, A.L., 2019).

Olga foi transferida para um campo de concentração logo após a partida de sua filha. Quando Ravensbrück é inaugurado, um campo de concentração somente para mulheres, ela é transferida para lá. Ela foi assassinada em uma câmara de gás em abril de 1942, depois de anos de trabalhos forçados e condições degradantes de sobrevivência. A confirmação de sua morte só veio com o fim da guerra, em julho de 1945, até então sua família tinha esperança em reencontrá-la.

Luiz Carlos Prestes, à época de sua prisão, presidente de honra da Aliança Nacional Libertadora e importante líder popular de oposição a Vargas, ficou preso por nove anos, sendo libertado apenas em 1945 no contexto da vitória da URSS e das forças democráticas. Assim,

Anita foi criada por sua avó Leocadia e principalmente por sua tia Lygia, que a resgataram. Ainda em 1931, quando Prestes fora convidado para trabalhar na União Soviética, sua mãe e suas irmãs o acompanharam. Em sua autobiografia, Anita relata que vendo a luta e a abnegação do povo soviético, a família de Prestes aderiu aos ideais comunistas. O papel de sua família em sua formação moral e comunista é sempre reforçado por Anita Prestes.

Até outubro de 1938, Leocadia, Lygia e Anita ficam em Paris, mas a iminência da guerra as levou ao México. Lá, Anita foi alfabetizada em espanhol por uma professora e amiga da família e estudou em uma escola pública próxima ao local onde moravam. A partir de sua alfabetização nunca deixou de escrever ao seu pai nos momentos em que estiveram separados.

Em 1943, Leocadia ficou muito doente, o agravamento do seu quadro a levou a falecer em junho. Ela foi velada por quatro dias, na expectativa que Vargas permitisse o comparecimento de Prestes. O governo não atendeu aos pedidos, o velório de Leocadia se tornou uma “gigantesca manifestação popular de solidariedade a seu filho e de luta pela sua libertação, assim como de todos os prisioneiros políticos no Brasil, numa expressiva manifestação da continuidade da Campanha Prestes” (PRESTES, A.L., 2019, p.40).

Com a libertação dos presos políticos em abril de 1945 e a saída de Prestes da prisão, iniciaram as providências para Lygia e Anita retornarem ao Brasil. Em outubro do mesmo ano, o tão esperado encontro entre pai e filha aconteceu no aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, cercado por uma multidão. A partir de sua liberdade, Prestes assumiu diversas tarefas e responsabilidades como Secretário Geral do PCB, cargo que havia sido confiado a ele durante a Conferência da Mantiqueira em 1943 quando ainda estava preso. O convívio com militantes comunistas, que já era comum para Anita desde pequena, devido aos contatos de sua família com os Partidos Comunistas ao redor do mundo durante a Campanha Prestes e mesmo a solidariedade para com sua família, se intensificou nesse período. Ela relata em sua autobiografia:

além de ter convivido com numerosos dirigentes do PCB, que costumavam ir à nossa casa ou aos quais fui apresentada em atos do Partido, também cheguei a conhecer muitos intelectuais de esquerda que mantinham relações mais ou menos próximas com meu pai, sendo que alguns não pertenciam às fileiras partidárias. Lembro-me bem dos advogados Abel Chermont, Sival Palmeira, Letelba Rodrigues de Brito e de suas respectivas famílias; dos escritores Graciliano Ramos, Jorge Amado, Dalcídio Jurandir, Eneida Moraes, Álvaro Moreira e sua esposa, a conhecida atriz Eugênia Moreira, os irmãos Pedro e Paulo Mota Lima, Moacir Werneck de Castro, e o famoso Barão de Itararé. Havia muitos artistas plásticos, como Carlos Scliar, Silvia Chalreo, Djanira da Mota e Silva, Di Cavalcanti e Honório Peçanha. Meu pai mantinha relações estreitas com o arquiteto Oscar Niemeyer e o pintor Candido Portinari, ambos filiados ao PCB. Recordo-me de acompanhá-lo mais de uma vez em visitas a Niemeyer. Portinari frequentava assiduamente nossa casa e, por vezes, enquanto aguardava a chegada do meu pai,

tinha a paciência de ficar conversando comigo, uma menina de nove ou dez anos. Seus relatos sobre os meninos de Brodóski eram fascinantes. Portinari havia presenteado meu pai com um belíssimo retrato da minha mãe, que, durante a legalidade do Partido, esteve em posição de destaque em seu escritório, na sede do Comitê Nacional do PCB. (PRESTES, A.L., 2019, p. 56-57)

A partir de março de 1946, Anita passa a frequentar a escola pública José de Alencar e aprender formalmente o português com ajuda de sua tia Lygia. Em 1949 passa a frequentar o ginásio no Educandário Rui Barbosa que admitia filhos de muitos comunistas sem cobrar mensalidades. Durante esses anos da infância teve aulas de balé e de piano e foi sempre muito incentivada a ler e estudar. Com 13 anos, no início de 1950, integrou a União da Juventude Comunista, organização de juventude ligada ao PCB, e participou de uma greve de estudantes secundaristas (PRESTES, A.L., 2019).

O recrudescimento da ordem depois de 1948 e o avanço do cerco aos comunistas, com a cassação do registro do PCB e dos mandatos de seus candidatos, forçou diversos quadros do Partido a irem para a clandestinidade, inclusive Prestes, que foi afastado da direção com a justificativa de garantir sua segurança. Sendo filha de Prestes, Anita era visada pela repressão e por conta disso foi enviada para Moscou, Lygia escolheu acompanhá-la. Neste período em que viveu lá, a partir de 1951, teve que aprender russo, com alguma dificuldade, e por conta disso concluiu o ensino básico na União Soviética com 20 anos, em 1957 (PRESTES, A.L., 2019).

Tínhamos seis horas de aula diárias e havia que estudar outras tantas para dar conta dos deveres de casa. O ensino de matemática, física, química e biologia era de alto nível: contávamos com laboratórios bem equipados e era possível adquirir uma sólida base de conhecimentos científicos ao término do curso. Também estudávamos geografia, história e uma língua estrangeira, sendo que na minha escola o idioma adotado era o inglês. [...]

Não havia aulas específicas de marxismo-leninismo, mas os compêndios e as aulas de história e literatura eram elaborados sob a influência do que poderíamos denominar um marxismo dogmático, pouco criativo e influenciado por tendências de nacionalismo grão-russo. (PRESTES, A.L., 2019, p. 73-74)

A respeito do nacionalismo grão-russo, Anita resgata na entrevista a importância dos diálogos com Lygia para sua perspectiva crítica. Ela relata como os soviéticos execravam Napoleão Bonaparte, quando na verdade, ele deveria ser visto como progressista em sua época levando em conta os ideais da burguesia liberal enquanto a Rússia era czarista e reacionária. Lygia apresentou os escritos de Lênin que traziam a importância da Revolução Francesa e o papel de Napoleão para contrapor o que estava sendo ensinado na escola. Anita relata: “Essa influência nacionalista era muito forte. E ela me chamava atenção pra isso. Então também foi importante na minha formação, sabe? Ser uma pessoa que não estava impondo, mas estava discutindo comigo os problemas, acompanhava...”(PRESTES, A.L., 2022). O

nacionalismo russo foi estimulado por Stálin no contexto da Segunda Guerra Mundial, que os soviéticos chamavam – e os russos ainda chamam – de Grande Guerra Patriótica.

Nestes quase sete anos que viveram em Moscou, Anita e Lygia conviveram com alguns intelectuais latino-americanos que também estavam morando na Europa, como Rui Facó, Octávio Brandão, Jorge Amado e Pablo Neruda. Nos anos do governo de Stálin, de acordo com os relatos de Anita, os soviéticos tinham receio de se relacionarem com estrangeiros e serem considerados “inimigos do povo” e mesmo o contato que seria possível com os companheiros brasileiros que por vezes iam a URSS para estudar foi restringindo devido às normas da clandestinidade colocadas pela direção do PCB. Mas Anita ressalta que elas tiveram oportunidade de apreciar muito da vida cultural moscovita, indo a óperas, balés, museus, exposições, cinemas, lendo sempre que possível livros e jornais enviados do Brasil (PRESTES, A.L., 2019).

No Brasil, o PCB havia apoiado a chapa de Juscelino Kubitschek e João Goulart nas eleições de 1955, influenciados ideologicamente pelo nacional-desenvolvimentismo e caminhando na prática para o distanciamento da orientação política do *Manifesto de Agosto* e indo em direção ao que seria a *Declaração de Março de 1958*⁸ (CUNHA, 2022).

Em 1956 o XX Congresso do PCUS marca a crise do movimento comunista internacional com a divulgação dos relatórios de Nikita Khrushchov e as denúncias dos crimes de Stálin e o culto à personalidade. O delegado do PCB, Diógenes de Arruda Câmara, “viajou durante cinco meses pela Europa e China, retardando a entrega de seu relatório à direção do partido. As primeiras informações do relatório Khrushchov chegaram ao Brasil por meio do jornal *O Estado de São Paulo*” (CUNHA, 2022). Até o repasse formal para a direção do Partido a discussão já havia começado de forma desorganizada, de maneira que para organizar o debate formaram-se três correntes:

os “abridistas” ou “renovadores” que, liderados por Agildo Barata, defendiam discussões mais amplas, posições antissoviéticas e, no limite, a liquidação do próprio partido; os “fechadistas”, representadas por João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e Arruda Câmara, contrários à abertura do debate e temerosos quanto às mudanças políticas em curso; e o “centro”, entre os quais se encontravam Giocondo Dias, Mário Alves, Carlos Marighella e Prestes, que procurava uma conciliação entre as duas tendências ao incorporar as teses revisionistas do XX Congresso ao passo em que mantinha a defesa do legado soviético (CUNHA, 2022, p. 33-34)

Neste processo, Agildo Barata é expulso do PCB enquanto os “fechadistas” são retirados da direção do Partido. É a falência dos representantes da antiga Comissão Nacional

⁸ Esse tema será aprofundado no capítulo seguinte.

de Organização do Partido (CNOP) que dirigiram o Partido desde a Conferência da Mantiqueira em 1943.

Terminados os anos da escola soviética, em junho de 1957, a escolha de Anita foi de retornar ao Brasil. Em novembro do mesmo ano regressou ao país que considerava sua pátria e se deparou com um novo desafio: contribuir para a campanha de sensibilização da opinião pública para a revogação da prisão preventiva dos dirigentes do PCB. Concedeu uma série de entrevistas, participou de eventos, reuniões e festas populares pelo país. O contexto do governo JK era de uma certa abertura e liberalização do regime. O sucesso da campanha resultou na decisão judicial de março de 1958 que revogou a prisão preventiva e permitiu que diversos quadros saíssem da clandestinidade.

Anita, remonta a essa época a relação de troca de ideias e debate político com o pai. Prestes, debateu com ela a respeito da nova política do PCB que estava sendo lançada por meio da *Declaração de Março de 1958*, e desde então, sempre conversaram sobre a situação política do país e do Partido (PRESTES, A.L., 2019).

Esta breve reconstrução da trajetória dos primeiros anos de Anita Prestes, mostra como desde sua tenra idade ela esteve imersa numa cultura política comunista. Sua educação foi diversificada, por ter vivido em exílio, aprendeu espanhol, português e russo – arcabouço linguístico que viria a ser importante pela possibilidade de contato com bibliografia variada. Também se destaca na sua formação política o convívio constante com pessoas próximas ao Partido e intelectuais, em especial nos anos em que esteve com seu pai, Luiz Carlos Prestes, então secretário-geral do PCB.

3. DO CENTRO DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL À DECLARAÇÃO DE MARÇO DE 1958

Este capítulo busca situar a origem da formulação da Revolução Nacional Libertadora (ou Nacional Democrática) e a solidificação desta estratégia nas décadas seguintes. Para isso, apresentamos uma breve análise a partir dos principais documentos que marcaram a história do Partido. Esta reconstrução é importante para mostrar a processualidade dos elementos que levaram Luiz Carlos Prestes e seus aliados a romperem com o PCB em 1980.

O PCB foi fundado em 1922, em seu I Congresso, nos últimos dias de março. Os delegados presentes foram: Abílio de Nequete, Astrojildo Pereira, Cristiano Cordeiro, Hermogêneo Silva, João da Costa Pimenta, Joaquim Barbosa, José Elias da Silva, Luís Peres e Manuel Cendón (CARONEa, 1982). Originalmente, tinha como nome Centro do Partido Comunista do Brasil, e foi fundado como uma Seção Brasileira da Internacional Comunista. Os debates do I Congresso chamam atenção pela ausência de pautas nacionais e resoluções políticas sobre a luta de classes no Brasil.

Nessa época, o marxismo era praticamente desconhecido no país, até mesmo pela falta de traduções para o português e publicações das obras clássicas. O *Manifesto Comunista* apenas foi publicado no Brasil em 1924, por iniciativa do PCB, e *O Capital* em 1968 (PACHECO, 1984, p. 10). As limitações também devem considerar as particularidades da industrialização do Brasil e da formação da classe operária, questões alvo de longo debate sociológico e historiográfico⁹ que não são o foco deste trabalho. Entretanto, há de se levar em conta que uma grande massa de trabalhadores estrangeiros trouxeram para o Brasil suas tradições de organização, luta e formação política, e, notadamente, a influência anarquista de novo vigor às mobilizações urbanas no início do século XX e a própria fundação do PCB, de cujos membros fundadores outrora eram, em sua maioria, oriundos do anarquismo.

O II Congresso do Partido aconteceu em maio de 1925 e já se diferenciou do primeiro por pautar discussões a respeito da política nacional, além de variadas políticas para a organização. As teses deste Congresso foram baseadas na concepção do

⁹ Como se pode ver em: BATALHA, Claudio. Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade?. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 12, n. 23/24, p.111-124, ago. 1992.; BITTENCOURT, Icaro. O operariado no Brasil da Primeira República: alguns apontamentos teórico-metodológicos e historiográficos. Sociais e Humanas, Santa Maria, v. 1, n. 20, p.141-152, jan. 2007.;MATOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e sindicatos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2009.; SEABRA, Eliane Pires. O MOVIMENTO OPERÁRIO NA PRIMEIRA REPÚBLICA. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. Anais... São Paulo: Anpuh, 2011. p. 1 - 13.; TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p.497-517, maio 2017..

“agrarismo-industrialismo”, uma primeira tentativa de aplicação do marxismo no estudo do Brasil, sustentando que a luta entre o capitalismo semifeudal e o capitalismo industrial moderno constituía a contradição fundamental da sociedade brasileira. Essa concepção passa a se relacionar posteriormente às formulações do VI Congresso da Internacional Comunista (IC), de 1928, que caracterizaram os países da América Latina como semi-coloniais e na fase democrático-burguesa do movimento revolucionário. Tanto as Teses da IC quanto às resoluções subsequentes do PCB são hoje vistas como assimilações mecânicas das formulações leninistas sobre a Rússia, que foram elaboradas tendo em vista os países africanos e asiáticos, e não consideravam o nível de desenvolvimento do capitalismo em diversos países latino-americanos (PEREIRA, 1979; PRESTES, A.L., 1980; PACHECO, 1984; MAZZEO, 1999).

Entre as resoluções sobre a situação política nacional, já é possível observar a concepção do caráter nacional-libertador da revolução brasileira, que parte da análise de Octávio Brandão de que seria necessária uma aliança com a pequena burguesia e a burguesia industrial contra o agrarismo brasileiro, aliança a qual o proletariado deveria hegemonizar (DEL ROIO, s.d., p. 15):

Em face da pequena burguesia, o P.C.B. deve, sem alimentar suas ilusões democratas e suas confusões ideológicas, antes combatendo-as decididamente, esforçar-se por conquistar ou pelo menos neutralizar seus elementos em vias de proletarização e em luta contra a grande burguesia industrial ou agrária. Numa palavra: o P.C.B., partido da classe operária, deve conduzir a pequena burguesia e não ser conduzido por ela. (Resoluções do II Congresso do PCB in CARONEa, 1989, p. 39)

Ainda que *Agrarismo e industrialismo* de Octávio Brandão apenas tenha sido publicado em 1926, sob o pseudônimo de Fritz Mayer, este ensaio, que já estava pronto antes de sua publicação, influenciou em grande medida as teses do II Congresso do Partido e análises subsequentes. No livro, o autor busca identificar onde se exprimia a luta de classes no Brasil, as disputas políticas e econômicas, nacionais e internacionais (SILVA, 1997, p. 45). Ele analisou o movimento tenentista – o qual caracterizava como pequeno-burguês – fazendo uma relação entre 1922 e 1924, concluindo que estaria próxima uma *terceira revolta*, já que as causas que geraram as revoltas persistiam.

Para ele, o Brasil possuía aspectos feudais, e havia uma contradição entre o agrarismo feudal, ligado ao imperialismo britânico, e a pequena burguesia industrial, ligada ao imperialismo norte-americano. Em decorrência desta análise, seria necessário o aprofundamento do capitalismo para eliminar seus aspectos feudais por meio de uma

revolução democrática pequeno-burguesa, para só depois se realizar uma revolução proletária, como vemos neste trecho:

A luta pela supremacia no mercado brasileiro lança as burguesias inglesa e norte-americana numa guerra mortal. A Inglaterra apoia o presidente Bernardes, isto é, o fazendeiro de café, o agrário retrógrado. A América do Norte, direta ou indiretamente, apóia os revoltosos, isto é, a pequena burguesia, atrás da qual, mais cedo ou mais tarde agirá o grande burguês industrial. De um lado, o fazendeiro de café alia-se, nacional (Banco do Brasil) e internacionalmente (Rotschild), ao financeiro. Do outro lado, o pequeno burguês alia-se, nacional (José Carlos Macedo Soares) e internacionalmente (Estados Unidos), ao burguês industrial. Os extremos se tocam: a política primitiva do agrário (fazendeiro de café) combina-se com a política crepuscular do financeiro, última etapa da economia capitalista. E, entre os dois, o meio termo: a pequena burguesia aliada ao industrialismo, penúltima etapa da economia capitalista. (MAYER (pseud.) apud SILVA, 1997, p. 51)

No âmbito internacional, é no II Congresso da Internacional Comunista no ano de 1920 que se discute pela primeira vez a questão colonial, principalmente nos países do Oriente. “A China e a Índia moldavam-se como protótipos do mundo colonial e para aqueles países voltava-se a IC, numa época em que sua atuação ainda privilegiava intensamente as possibilidades de Revolução no Ocidente.” (ANTUNES, 2012, p. 17). Os países latino-americanos seriam contemplados nas *Teses sobre o movimento revolucionário das colônias e semi-colônias* do VI Congresso da IC (1928), sendo estas influenciadas pelas formulações predecessoras a respeito da China, Índia e Indonésia, com a América Latina sendo também inserida dentro da chave das colônias e semi-colônias. Nas Teses também está presente a disputa entre o imperialismo britânico e o norte-americano, com a avaliação da preponderância do último:

A crescente expansão econômica e militar do imperialismo norte-americano nos países da América Latina faz desta parte da Terra um dos mais importantes centros das contradições do sistema colonial imperialista como um todo. A influência da Grã-Bretanha, que foi preponderante nesses países até a guerra e fez semi-colônias de muitos deles, foi aliviada após a guerra por uma dependência ainda mais forte dos Estados Unidos. O imperialismo norte-americano, por meio da intensificação das exportações de capital, toma o comando econômico supremo desses países, submete seus governos ao controle financeiro e, simultaneamente, coloca uns contra os outros. [...] A luta de libertação nacional iniciada na América Latina contra o imperialismo norte-americano está sendo realizada, em grande parte, sob a liderança da pequena burguesia. A burguesia nacional, que forma uma pequena camada da população (com exceção da Argentina, Brasil e Chile) e está ligada por um lado à grande propriedade rural e por outro ao capital dos Estados Unidos, localiza-se no campo da contra-revolução¹⁰. (1978, p. 192, tradução livre)

¹⁰ No original: “La cada vez mayor expansión económica y militar del imperialismo norteamericano en los países de *América Latina* convierte a esta parte de la Tierra en uno de los uudos más importantes de las contradicciones del sistema colonial imperialista en su conjunto. La influencia de Gran Bretaña, que era preponderante en estos países hasta la guerra e hizo semicolonias de muchos de ellos, fue relevada después de la guerra por una dependencia aún más fuerte de los Estados Unidos. El imperialismo de los Estados Unidos, mediante intensificadas exportaciones de capital, conquista el mando económico supremo de estos países, somete a sus gobiernos al control financiero y simultáneamente azuza a nno contra otro. [...] La lucha nacional de liberación comenzada en América Latina contra el imperialismo de los Estados Unidos se lleva a cabo, en su mayor parte, bajo la dirección de la pequeña burguesía. La burguesía nacional, que forma una delgada capa de la población

Por conta do baixo desenvolvimento das forças produtivas e da socialização do trabalho nas colônias e semi-colônias, além da dominação imperialista e dos resíduos do feudalismo e das relações pré-capitalistas, o caráter da próxima etapa da revolução nestes países é caracterizado como democrático-burguês: “No movimento revolucionário desses países trata-se da revolução democrático-burguesa, ou seja, da etapa de preparação das bases para a ditadura do proletariado e a revolução socialista.”¹¹(1978, p. 205, tradução livre). A diferença da revolução democrático-burguesa nas colônias para a dos países independentes é que ela está “orgânicamente ligada à luta de libertação nacional contra a escravização pelos imperialistas”¹² (1978, p. 206, tradução livre).

Segundo as Teses, apenas o curso do movimento revolucionário poderia mostrar até que ponto a revolução democrático-burguesa seria capaz de levar a cabo o programa determinado e quanto dele teria que ser concretizado na etapa da revolução socialista. Já a transição para a fase da revolução socialista dependeria de alguns fatores: “certo nível de desenvolvimento industrial do país, desenvolvimento da organização sindical do proletariado e um forte partido comunista”¹³(1978, p. 206), sendo o principal a formação de um partido comunista com grande penetração nas massas, o que “nesses países seria um processo lento e extremamente difícil se não fosse acelerado pela revolução democrático-burguesa que já está brotando das condições objetivas desses países”¹⁴ (1978, p. 206). Também vale pontuar que para as *Teses* a libertação das colônias do jugo imperialista só seria plenamente possível a partir da vitória do proletariado nos países capitalistas avançados.

As discussões do IV Congresso da IC vão ajustar os rumos das formulações para o III Congresso do PCB ocorrido entre o final de 1928 e o início de 1929, com a concepção da revolução passando de pequeno-burguesa à democrático-burguesa. Consagra-se a caracterização da economia brasileira como agrária, semifeudal e semicolonial. Persistia a expectativa da *terceira revolta*, previa-se uma conjuntura revolucionária tendo em vista a crise econômica pela política do café; a crise financeira ligada à econômica implicando no insucesso do projeto de estabilização monetária e a crise política da sucessão presidencial

(exceptuando Argentina, Brasil y Chile) y está vinculada por un lado con la gran propiedad rural y por el otro con el capital de los Estados Unidos, se ubica en el campo de la contrarrevolución.”

¹¹ No original: “En el movimiento revolucionario de estos países se trata de la revolución democrático-burguesa, vale decir de la etapa de preparación de los presupuestos para la dictadura proletaria y la revolución socialista.”

¹² No original: “orgânicamente vinculada con la lucha nacional de liberación contra la esclavización por parte de los imperialistas”.

¹³ No original: “cierto nivel de desarrollo industrial del país, de desarrollo de la organización sindical del proletariado, y un fuerte partido comunista”.

¹⁴ No original: “en estos países resultaría un proceso lento y difícil en sumo grado si no lo acelera la revolución democrático-burguesa que ya brota de las condiciones objetivas de estos países”.

(PEREIRA, 1979). Afirmava-se que toda a tática do Partido deveria “subordinar-se a esta etapa estratégica da mobilização das massas em vista do movimento que se prevê” (Resoluções do III Congresso do PCB in PEREIRA, 1979, p. 139).

Também reafirma-se a dualidade entre o imperialismo inglês e o americano, considerada a causa primordial dos descontentamentos populares do período anterior que desembocaram nas revoltas tenentistas de 1922:

Como fator fundamental nesse reagrupamento de forças internas, mais e mais se há feito sentir a pressão externa do imperialismo. Pressão dupla e antagônica. Até a guerra mundial, dominava no Brasil, sem contraste, o imperialismo inglês; porém, de então para cá, entrou em cena o jovem imperialismo ianque, irresistível rival daquele. Seculares eram as ligações de dependência da burguesia agrária e conservadora do Brasil em relação ao imperialismo britânico; daí, que o imperialismo norte-americano, como primeira etapa em seu plano de penetração, tenha procurado apoiar-se na burguesia industrial, pretensamente liberal, mais jovem, mais ambiciosa, mais ousada. O agravamento dessa dupla e contraditória pressão externa não podia deixar de acentuar, como acentuou, como acentua cada vez mais, os antagonismos das forças sociais internas, aumentando a exploração e a opressão das massas laboriosas em geral. (Resoluções do III Congresso do PCB in PEREIRA, 1979, p. 138)

Se por um lado, deve-se questionar o caráter semicolonial e semifeudal da economia brasileira, a percepção de que o imperialismo britânico estava sendo superado pelo norte-americano provaria-se uma avaliação correta.

Nas Resoluções do III Congresso se reconhecia que havia antes a falta de uma análise marxista rigorosa da situação nacional, e este Congresso prestara “inestimável serviço esclarecendo, senão todos os detalhes, pelo menos os contornos essenciais da situação” (Resoluções do III Congresso do PCB in CARONEa, 1982, p. 71). Assim, tornava-se possível elaborar um plano estratégico e a linha tática do Partido para a etapa atual do movimento revolucionário no Brasil:

Procedendo à análise da situação econômica, política e social do Brasil, o III Congresso levou em conta os seguintes elementos fundamentais de sua formação: a) a dominação imperialista; b) a economia agrária; c) o problema da terra; d) a revolução democrático-burguesa. Partindo do exame desses elementos, as teses políticas chegaram a conclusões que podem ser assim resumidas: [...]

5.) A burguesia nacional, que até um certo momento (Revolução de 1924) parecia poder desempenhar um papel revolucionário, capitulou completamente diante do imperialismo, aliando-se aos grandes proprietários de terra, que estão no poder.

6.) Em virtude mesmo dessa capitulação da burguesia diante do imperialismo, agravando-se cada vez mais a opressão deste último, acentua-se cada vez mais a exploração econômica e conseqüentemente a radicalização política das massas laboriosas do campo e da cidade, inclusive as camadas mais pobres da pequena burguesia.

7.) De tal sorte, a pequena burguesia constitui um fator revolucionário da maior importância no momento atual, tendendo a aliar-se às forças revolucionárias do proletariado.

8.) Mas a pequena burguesia não poderá levar a revolução às suas últimas consequências, mesmo dentro do quadro democrático-burguês. Só o proletariado poderá fazê-lo, assumindo a direção do movimento, com o apoio das mais largas massas e conduzindo-as a etapas superiores e mais avançadas.

9.º) Assim, pois, deve o proletariado apoiar energicamente, desde já, o movimento revolucionário em preparação. Este apoio, no entanto, deve ser dado na base das seguintes reivindicações fundamentais, que constituem o conteúdo essencial da revolução na sua primeira etapa: a) solução do problema agrário, confiscação da terra; b) supressão dos vestígios semifeudais; c) libertação do jugo do capital estrangeiro. (Resoluções do III Congresso do PCB in CARONEa, 1982, p.71-72)

Nestes pontos, destaca-se o papel da pequena burguesia como fator revolucionário, além do caráter da revolução enquanto democrático-burguês e devendo ser dirigida pelo proletariado. Pontos que vão ao encontro das formulações da IC, em particular o ponto 8 que parece remeter às divergências entre bolcheviques e mencheviques.

Por alguns anos, o PCB oscilava entre se aliar a Luiz Carlos Prestes, que possuía grande popularidade e vinculação com as massas, e se afastar pela visão de que o prestígio deveria ser combatido como expressão da pequeno-burguesia e o receio da direção da pequeno-burguesia. Publicava-se na Classe Operária os comentários do PCB frente ao *Manifesto de Maio* (1930) de Luiz Carlos Prestes. Via-se nele a comprovação da previsão de que o movimento revolucionário no país caminhava para a esquerda e que se aprofundava a luta de classes revolucionária. “O manifesto é a expressão da diferenciação havida no seio da Coluna Prestes em virtude dessa marcha para a esquerda das próprias massas inclusive de certas camadas da pequena burguesia.” (CARONEa, 1982, p. 84). Ainda assim, reafirma-se o caráter pequeno-burguês dos elementos revolucionários da Coluna Prestes e a desconfiança para com seus participantes:

Se, na luta revolucionária das massas, os elementos esquerdistas da Coluna Prestes passarem das palavras aos fatos concretos, aceitaremos a aliança com esses elementos, mas continuaremos a criticá-los, explicando às massas o sentido de sua posição, confiando unicamente na luta das massas desconfiando da firmeza política dos chefes pequeno-burgueses mesmo dos mais esquerdistas, lutando por todos os meios pela hegemonia do proletariado na luta. (CARONEa, 1982, p. 86)

Em 1931, Prestes é enviado para Moscou, apoiado pelo Bureau Sul-Americano da IC, que acreditava valer a pena investir nele enquanto quadro. O Bureau Sul-Americano enviou cartas ao CC do PCB e aos Comitês Estaduais pedindo que cessassem as declarações hostis a Prestes e informando de sua ida à URSS para estudar leninismo. Apenas depois de pedidos diretos da Internacional Comunista que Luiz Carlos Prestes é admitido no Partido Comunista Brasileiro, em 1935 (PRESTES, A.L., 2015).

Neste período, a direção da IC encaminhou uma orientação pela ‘proletarização dos partidos comunistas’, que desqualificava os intelectuais. Neste processo, Astrojildo Pereira, um dos fundadores do PCB, e então secretário-geral do Partido, é substituído por Heitor Ferreira Lima em 1931 (CPDOC, sd).

A Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi uma reviravolta resoluto na tática do PCB. Em fevereiro de 1935 era lançado seu manifesto-programa que apregoava por uma pátria livre, um Brasil emancipado da escravidão imperialista e pela “libertação social e nacional do povo brasileiro”, reforçando a percepção da etapa da Revolução como Nacional Libertadora.

Sobre a conjuntura do país, a historiadora Marly de Almeida G. Vianna nos traz como a ANL se insere no contexto da Constituição de 1934, que permitiu uma normatização institucional do país. Ainda que sendo eleito sem um vice, nesse contexto, o então presidente Getúlio Vargas teve seus poderes limitados pelo impedimento de reeleição em 1938. O Estado Novo se configurou como o resultado de um processo de concentração de poder a partir da radicalização política – da conjuntura nacional e internacional – num cenário em que os estados fascistas, como de Hitler e Mussolini, estavam sendo vistos como a solução para a crise da democracia liberal e do capitalismo de livre concorrência, evidenciada com a quebra da Bolsa de Nova York em 1929 (VIANNA, 2019).

Neste período também se destaca a atuação da Ação Integralista Brasileira (AIB), maior partido de direita da história do Brasil, com uma multiplicação dos núcleos pelo país, formação paraestatal, milícias fardadas e armadas e o Conselho Integralista. Os integralistas amalgamaram influências do salazarismo e do fascismo europeu a elementos nacionalistas da Semana de Arte Moderna, apropriando-se dos símbolos nacionais. Plínio Salgado, um líder importante da AIB, foi um dos candidatos à presidência para 1938.

Em contrapartida, a Aliança Nacional Libertadora se conformou como uma grande frente antifascista, em oposição à AIB (e também influenciada pela conjuntura internacional das frentes populares antifascistas). A ANL aglutinou os tenentes que se desiludiram com a Revolução de 30, o movimento sindical crescente e os comunistas, incluindo Luiz Carlos Prestes – que, mesmo estando exilado desde a Coluna Prestes, ainda tinha um forte peso político e agregava muitas pessoas em seu entorno. Havia uma aproximação do programa político dos tenentes e dos comunistas, que poderiam ser sintetizados na reforma agrária, no nacionalismo, no industrialismo e no antiimperialismo. O clima político e a ampla divulgação por meio da imprensa favoreceu o crescimento e a capilarização da ANL, que de março a junho de 1935 chegou a diversos lugares do Brasil. O programa da ANL foi uma confluência política que, unido ao nacionalismo dos tenentes, reforçou o traço nacional-libertador já levantado nas teses da IC desde 1928.

Ainda em 1935, é decretada a Lei de Segurança Nacional, que fecha a ANL, dá ao governo poder de intervenção em sindicatos e associações civis e suspende garantias de direitos individuais – nesta, conhecida como “Lei monstro”, está o princípio da escalada

autoritária que levou ao Estado Novo. Em seguida, de forma desordenada, ocorrem levantes dos militares aliancistas aquartelados em Natal, Recife e no Rio de Janeiro. Vargas, buscando esvaziar o processo político de 1937, prende muitos aliancistas e comunistas com a Lei de Segurança Nacional.

Apresentam-se as seguintes candidaturas para 1938: Armando Salles de Oliveira, um varguista que se aproxima cada vez mais dos paulistas até se colocar como oposição; José Américo de Almeida, apresentando-se como varguista, situação, e com um forte discurso nacionalista, buscando alcançar votos da esquerda; e Plínio Salgado, que também disputa o apoio dos varguistas, mas com seu programa voltado para a extrema-direita. Vargas já vinha acumulando poderes excepcionais, através da Lei de Segurança Nacional, do Estado de Emergência, do Estado de Guerra e da aproximação com militares, e há um aumento dos discursos anticomunistas. Entretanto, mesmo institucionalmente, Vargas possuía oposição à escalada golpista, em especial na figura de Flores da Cunha.

Neste contexto, é divulgado o Plano Cohen, um documento falso, forjado por um capitão integralista e divulgado pelo Comando do Exército, publicado no jornal Correio da Manhã, atestando uma insurreição comunista. Sob este pretexto, Vargas dá o golpe com uma transmissão de rádio e outorga a Constituição do Estado Novo. Fernando Lacerda contestava a caracterização de “insurreição comunista”, evidenciando a amplitude da ANL, com diversas camadas e grupos sociais e tendências políticas.

A ANL, desde sua formação em abril/maio de 1935, apresentou-se como uma organização de frente única, aberta a todos aqueles que desejavam lutar pela verdadeira independência do Brasil, pela liberdade e o progresso da pátria oprimida pelo imperialismo e pelo feudalismo. O programa da ANL, assim como o manifesto de Luís Carlos Prestes de 5 de julho, demonstram nitidamente esses objetivos: libertar o país do jugo dos imperialistas que não respeitam a soberania e as liberdades do povo brasileiro, assim como dos métodos bárbaros dos senhores feudais e dos governos, inimigos das liberdades e do progresso do povo. (LACERDA apud CARONEa, 1989, p. 195)

Assim, vemos mais uma vez a concepção estratégica da Revolução Nacional Libertadora, que gira em torno do antiimperialismo, antifeudalismo e pela libertação nacional expressa nessa tática da Aliança Nacional Libertadora.

Com a derrota das insurreições de 1935 e a Lei de Segurança Nacional, o PCB enfrentou dificuldades e vários militantes foram presos, esfacelando sua direção e desarticulando o Partido. Em 1937 a maioria das lideranças comunistas estavam na cadeia, o que demonstrava a falsidade do pretexto para o golpe do Plano Cohen. A Conferência da Mantiqueira – II Conferência Nacional –, realizada em 1943, reorganiza a direção, constituindo um novo grupo dirigente, e elege Luiz Carlos Prestes como secretário-geral,

ainda que ele estivesse preso desde 1936. Nesta conferência é feita uma nova orientação política: a União Nacional. No contexto do acirramento da luta contra o nazismo, o PCB irá apoiar a união com o governo Vargas e a paz entre a população para que o Brasil envie tropas em apoio aos Aliados contra o Eixo. Essa política de União Nacional contra o Eixo era uma proposta de todos os Partidos Comunistas e não apenas do Brasil.

No manifesto da União Nacional Para a Democracia e o Progresso de 23 de Maio de 1945, Luiz Carlos Prestes dizia:

Antes da guerra, nós, comunistas, lutávamos contra a democracia burguesa aliada dos senhores feudais mais reacionários e submissa ao capital estrangeiro colonizador, opressor, explorador e imperialista. Hoje, o problema é outro, **a democracia burguesa volta-se para a esquerda**, a classe operária tem a possibilidade de aliar-se com a pequena burguesia do campo e da cidade e com a parte democrata e progressista da burguesia nacional contra a minoria reacionária e aquela parte igualmente reacionária do capital estrangeiro colonizador. [...] Na realização progressiva e pacífica, dentro da ordem e da lei, de um tal programa, está sem dúvida a única saída para a grande crise política, econômica e social que atravessamos. **E é por estarmos convencidos disto que, num gesto de lealdade e de superior patriotismo, estendemos a mão a todos os homens honestos, democratas e progressistas sinceros, seja qual for sua posição social, assim como seus pontos de vista ideológicos ou filosóficos e seus credos religiosos. Só assim alcançaremos a verdadeira união nacional sem a qual seremos presa fácil do fascismo e dos agentes do capital estrangeiro mais reacionário** que, na defesa de seus interesses, fomenta a desordem e prega a desunião, geradora do caos e da guerra civil que precisamos a todo transe evitar. [...] Esta a nossa posição política, a linha política de nosso Partido — unificação nacional para iniciar a solução dos graves problemas econômicos e sociais e chegarmos, de maneira pacífica, através de eleições livres e honestas, à Assembléia Constituinte e à reconstitucionalização democrática que todos almejamos. (PRESTES apud CARONEb, 1982, p. 29 - 31)

A III Conferência Nacional, realizada em julho de 1946, irá reiterar a posição de apoio aos atos democráticos do governo e “de luta intransigente, se bem que pacífica, ordeira e dentro dos recursos legais, contra qualquer retrocesso”(Resoluções da III Conferência Nacional in CARONEb, 1989, p. 68), vendo a necessidade de revelar a fração fascista do governo e mover as massas para retirá-los dos cargos .

Em 1948, no contexto do recrudescimento da ordem durante o governo Dutra, o Supremo Tribunal Federal (STF) colocou o Partido na ilegalidade e cassou os mandatos do PCB, Prestes já ensaiava uma autocrítica em relação às posições do PCB:

É claro que essa preocupação de ordem e tranquilidade, as grandes ilusões reformistas em conquistas parlamentares ou dentro dos estreitos limites da democracia burguesa em país atrasado, semifeudal e semicolonial, levaram nosso Partido a se ver privado na prática do uso das grandes armas de luta do proletariado, particularmente da greve, e a só utilizar os métodos de luta quase idílicos de conferências, sabatinas, comícios, memoriais, festas etc., quando o governo usava com insistência cada vez maior as armas do arbítrio e da violência policial. Uma tal atitude não podia deixar de nos separar cada vez mais das grandes massas. Com a legalidade de nosso Partido grandes foram as esperanças das massas nos resultados de nossa atividade, mas na verdade estas, no terreno propriamente econômico, quase

nada de prático, de útil ou proveitoso conseguiram por nosso intermédio, e desde que com o governo Dutra a reação retomou a ofensiva, é evidente que só com outros métodos de luta, que não os pacíficos ou os idílicos acima referidos, seríamos capazes de mobilizar e organizar as massas para a luta por seus interesses. Era praticamente impossível, frente à ofensiva da reação, às violências e ao arbítrio policial crescentes, mobilizar grandes massas através de simples comícios e para protestos platônicos e entregas de memoriais que as massas sentiam já nada lhes poder trazer de útil ou prático. Insistíamos, já sem nenhuma razão de ser, em formas de luta ‘rigorosamente dentro da lei’, da mesma lei que as classes dominantes há muito haviam deixado de respeitar e reconhecer. Caímos no exagero de ver em qualquer greve ou movimento de massas espontâneo uma provocação perigosa e sempre contrária aos interesses do proletariado. (PRESTES, apud CARONEb, 1989, p. 82)

Ainda assim, ele também insistia que “a causa fundamental da miséria [...] está no atraso de nossa economia, na miséria da renda nacional, nos restos feudais que ainda impedem a penetração do capitalismo na agricultura, na exploração de nosso povo pelos trustes e monopólios estrangeiros” (PRESTES, apud CARONEb, 1989, p. 86). Era necessária a instauração de um governo popular, democrático e progressista,

capaz de iniciar a solução dos grandes problemas da revolução agrária e antiimperialista - este o nosso objetivo estratégico e fundamental, que só poderá ser alcançado através da criação de um amplo e sólido bloco das forças democráticas e populares, bloco capaz de resistir à reação, de fazê-lo realmente parar e de conseguir em seguida golpeá-la em sua base econômica, no monopólio da terra, nos privilégios e concessões ao imperialismo, e imprimir uma nova direção democrática e progressista à atividade governamental em nossa terra. (PRESTES, apud CARONE, 1989, p. 86 - 87)

Ainda em 1950, o PCB publicava o *Manifesto de Agosto*, abrindo mão da política de união nacional e responsabilizando o capital estrangeiro e o latifúndio pelo atraso do desenvolvimento do país. Nas eleições presidenciais daquele ano defenderam o voto nulo e passaram em 1951 a serem fortes opositoristas de Vargas, considerando-o um agente do imperialismo. O suicídio de Vargas em agosto de 1954 abalou o PCB, as massas trabalhistas foram às ruas e os comunistas não tiveram outra escolha senão a de compor os protestos com os trabalhistas.

Dentro desse contexto, era aprovado o Programa do Partido Comunista do Brasil, em seu IV Congresso, em novembro de 1954:

O Partido Comunista do Brasil está convencido de que as transformações democráticas que nosso povo necessita e almeja só podem ser alcançadas com um **governo democrático de libertação nacional, governo de coalizão do qual participem, além da classe operária, os camponeses, a intelectualidade, a pequena burguesia e a burguesia nacional.** O Partido Comunista luta pelo socialismo, mas está convencido de que nas atuais condições econômicas, sociais e políticas do Brasil não é possível realizar transformações socialistas. É perfeitamente realizável, no entanto, a tarefa de substituir o atual governo, antipopular e antinacional, por um governo do povo, que liberte o Brasil do domínio do imperialismo norte-americano e dos seus sustentáculos internos, os latifundiários e grandes capitalistas. (PCBc, 1954)

Na avaliação de Jacob Gorender, a tensão do suicídio de Vargas influenciou a decisão do Partido Comunista Brasileiro em relação a Juscelino Kubitschek (JK) nas eleições presidenciais de 1955. Após a experiência negativa de se abster da eleição anterior e de se isolar na oposição ao governo de Vargas, o Partido decidiu apoiar JK. Esse apoio foi crucial, já que JK acabou sendo eleito com uma vantagem de meio milhão de votos, muitos dos quais se acredita terem vindo do Partido Comunista Brasileiro (GORENDER, 2003).

Durante o governo JK, o Brasil experimentou um período de liberdade de imprensa e ausência de prisões políticas. Isso permitiu que as forças políticas atuassem com mais liberdade, e o PCB numa semi-legalidade. Nesse ambiente de maior liberalização, o PCB decidiu apoiar JK condicionalmente, uma vez que o Partido enxergava no governo de JK a perspectiva de um desenvolvimento progressista para o país. Segundo a análise da direção do PCB, o governo de JK era dividido em duas alas: uma nacionalista, liderada pelo general Lott, e outra entreguista, liderada pelo ministro Lucas Lopes.

O relatório de Nikita Krushev apresentado no XX Congresso do PCUS em fevereiro de 1956, que denunciou o "culto à personalidade" e os crimes políticos de Josef Stálin, abalou todo o movimento comunista internacional. A imprensa burguesa divulgou os relatórios e a direção do PCB tardou em organizar a discussão interna a respeito já que o delegado do PCB no congresso demorou a retornar ao país, o que aguçou as tensões no Partido. Em outubro de 1956, o Comitê Central aprovou um documento intitulado *Projeto de Resolução do Comitê Central do PCB sobre os ensinamentos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o culto da personalidade e suas consequências, a atividade e as tarefas do Partido Comunista do Brasil*. Este documento instituiu o direito dos membros do partido de expressarem suas divergências em relação à orientação do partido. Antigos dirigentes do PCB, representantes da CNOP da Conferência da Mantiqueira, foram retirados da direção do partido em decorrência dessa crise.

A *Declaração de Março de 1958*, irá marcar a nova orientação do partido. No documento, o Partido entende que o desenvolvimento das forças produtivas originou uma burguesia 'nacional e progressista' que se colocava em contradição com o imperialismo. Dessa maneira, o avanço do capitalismo representava um fator progressista e havia mudado expressivamente o país, permitindo a abertura de espaços democráticos na sociedade. Um elemento importante passava a ser o do caminho legal para o socialismo, a *via pacífica*, expressa na política da Frente Nacionalista aberta aos patriotas da burguesia nacional, da pequena-burguesia e do proletariado urbano e rural (MAZZEO, 1999). Além da dimensão da

aliança com mais amplos setores e da questão do caminho pacífica para o socialismo, a *Declaração de Março* também evidencia o viés etapista da análise do Partido:

A sociedade brasileira encerra também a contradição entre o proletariado e a burguesia, que se expressa nas várias formas da luta de classes entre operários e capitalistas. Mas esta contradição não exige uma solução radical na etapa atual. Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo. (PCBa, 1958)

Poucos dias depois de publicada a *Declaração de Março de 1958*, Prestes lança no *Voz Operária*, órgão oficial do Partido, um artigo intitulado: *É indispensável a crítica e a autocritica de nossa atividade para compreender e aplicar uma nova política*. Neste texto de 1958 já estão os pontos fundamentais das críticas que vão se desenvolver ao longo das décadas seguintes e podem ser observadas na sua *Carta aos Comunistas* (1980) e em *A que herança os comunistas devem renunciar?* (1980), de Anita Leocadia Prestes. Na época, além do apontamento contido no título, ele já criticava o dogmatismo, a falta de aprofundamento na compreensão da realidade brasileira e a estratégia revolucionária:

Por um lado, transformamos os ensinamentos do marxismo-leninismo em dogmas abstratos, em fórmulas gerais, uniformemente aplicáveis a todos os países, sem exame das particularidades concretas do seu desenvolvimento histórico. Por outro lado, menosprezamos o estudo da realidade brasileira, perdemos de vista o movimento real, os processos que estavam em curso na vida econômica e política do país. A nossa política deixou de ser, assim, a decorrência direta das condições objetivas do Brasil e se tornou uma adaptação mecânica de fórmulas gerais ou de experiências acertadas em outras partes do mundo. Deixamos de ver os fenômenos políticos e sociais em movimento e custamos, por isto, a perceber as transformações que se operavam na vida real. Não soubemos, em suma, aplicar corretamente os princípios universais do marxismo-leninismo às particularidades específicas do desenvolvimento histórico brasileiro. [...] Nossas concepções dogmáticas também determinaram a maneira falsa como compreendíamos a questão do caminho da revolução brasileira. Não fomos capazes de distinguir na experiência histórico-universal da Grande Revolução Socialista de Outubro os traços essenciais, válidos para todos os países e os aspectos particulares e singulares, cuja repetição não pode ser obrigatória fora da Rússia. (PRESTES apud CARONEb, 1989, p. 196-199)

Para o historiador Jorge Ferreira (2013), a nova orientação política do PCB permitiu que o partido se abrisse para a sociedade e expandisse sua influência no movimento sindical. A aliança com os trabalhistas nos meios sindicais levou a vitórias significativas, como a conquista da diretoria de vários sindicatos, federações e confederações, além da criação de diversas intersindicais. Esse processo culminou na criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que reuniu diversas entidades sindicais e se tornou uma importante força política no Brasil. O crescimento do PCB na época foi significativo, e o Partido passou a ter uma presença mais expressiva na política brasileira.

Com este capítulo, pudemos observar que embora desde muito tempo colocava-se a necessidade de analisar a realidade brasileira a partir de uma perspectiva marxista-leninista, a

tarefa provou-se mais difícil na prática. Por muitos anos insistiu-se numa estratégia de revolução Nacional Libertadora, ainda que diferentes táticas e argumentos fossem utilizados para embasá-la a depender da conjuntura. Também foi possível apresentar os ajustes que esta elaboração foi sofrendo ao longo deste período. No capítulo seguinte, na seção 4.3 abordarei de forma sumária algumas perspectivas que destoavam desta linha estratégica dentro do Partido e alguns exemplos de análises da realidade brasileira de fora do Partido que exprimiam outras leituras.

4. O DEBATE ESTRATÉGICO E A FORMAÇÃO DE UMA HISTORIADORA COMUNISTA

Este capítulo contextualiza os antecedentes do golpe civil-militar de 1964 para introduzir suas consequências para o PCB e para a trajetória de Anita Prestes. Neste capítulo optei por alternar entre subcapítulos que abordaram o PCB e Anita no mesmo período, para tratar do debate estratégico em meio ao qual Anita inicia sua formação como historiadora marxista.

4.1. O golpe e o PCB

Entre o fim da década de 1950 e início da década de 1960, o cenário internacional é marcado pelos processos de independência política das colônias européias na África e na Ásia, pela Revolução Cubana, pela ascensão da China como uma liderança no mundo comunista e pelas mudanças na política externa da URSS. No Brasil, também vale a pena destacar que há um ascenso da luta camponesa e dos trabalhadores rurais de norte a sul, com destaque às Ligas Camponesas do nordeste e a atuação de Francisco Julião. De 1959 a 1960, a questão da sucessão presidencial tomou centralidade na política nacional.

Neste contexto é realizado o V Congresso do PCB, em 1960, em que há uma reafirmação da política da *Declaração de Março de 1958*, tendo até alguns trechos iguais entre os documentos. Novamente, a etapa atual da “revolução brasileira é anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática.” (PCBd, 1960). Defende-se a criação de um governo de coalizão das forças nacionais democráticas que por meio do movimento de massas e da correlação de forças de então, poderia ser conquistado dentro do regime da época. Também é interessante o ponto que trata da penetração ideológica estranha ao proletariado no Partido:

A luta pelo desenvolvimento do Partido e pela realização de sua política exige a intensificação do trabalho ideológico, que deve estar voltado para o combate simultâneo às tendências dogmáticas e revisionistas. Em particular, é indispensável um esforço permanente para eliminar o sectarismo e o dogmatismo, que possuem raízes antigas e extensas na direção e nas fileiras do PCB. A fim de superar o dogmatismo e o revisionismo é necessário organizar em todo o Partido a educação ideológica em base marxista-leninista, unindo indissolavelmente os princípios do socialismo científico com o estudo da realidade brasileira e com a prática do movimento revolucionário em nosso país. O combate às influências ideológicas estranhas à classe operária impõe a generalização da experiência histórica do Partido, o conhecimento do processo de sua formação e a crítica aprofundada às concepções pequeno-burguesas que predominaram, em diversos períodos, na sua direção e em suas fileiras. Exige, igualmente, uma ação constante de desmascaramento das ideias falsas que circulam no Partido como resultado da

pressão ideológica exercida, de um lado, pela pequena burguesia e pela burguesia, e, de outro lado, pela propaganda do imperialismo e da reação. (PCB, 1960)

Mobilizando o argumento da penetração ideológica de tendências pequeno-burguesas para combater o sectarismo e o dogmatismo, a resolução parece aludir àqueles que ainda defendiam as posições táticas do *Manifesto de Agosto de 1950* e foram isolados no processo que levou à *Declaração de Março de 1958*. Chama atenção também a afirmação da necessidade de um estudo da realidade a partir do socialismo científico, do marxismo-leninismo.

Entre os encaminhamentos deste Congresso estava a responsabilização do CC de realizar mudanças nos Estatutos que possibilitasse o registro partidário no Supremo Tribunal Eleitoral (STE). As ações tomadas pelo CC para caminhar com as ações jurídicas que legalizasse o PCB são o estopim para um racha que, em 1962, formou o Partido Comunista do Brasil (PCdoB)¹⁵.

A renúncia do presidente Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, acirrou a polarização no país. Os ministros militares se opuseram à posse do vice-presidente João Goulart, argumentando que ele havia sido ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, mantinha conexões com os sindicatos e promovia agitação entre os trabalhadores. Outros setores da sociedade, incluindo políticos, militares e comunistas, se manifestaram em apoio ao Jango. Como mediação para a crise, foi aprovada a instalação do regime parlamentarista no país junto com a posse de Goulart. Com a Emenda Constitucional, Goulart tomou posse em setembro de 1961.

O governo de Goulart enfrentou pressões desde o princípio. De um lado, havia as reivindicações mais progressistas dos sindicatos, grupos nacionalistas e comunistas, exigindo maior participação nas decisões políticas e reformas estruturais – as reformas de base. De outro lado, grupos mais à direita e contrários a Goulart, incluindo empresários industriais nacionais, se prepararam para derrubá-lo do poder, alegando que sua política favorecia a instalação de um regime comunista no Brasil.

Na lógica da política estabelecida pela *Declaração de Março de 1958*, o PCB apoiou e lutou pelas reformas de base, entendendo-as na chave da ‘via pacífica’ para o socialismo. Jorge Ferreira (2013, p. 115), analisando as publicações do jornal do PCB – na época, *Novos Rumos* – chama atenção que o Partido não excluía a possibilidade da luta armada, caso fosse

¹⁵ Para um maior aprofundamento a respeito da dissidência que se tornou o PCdoB, ver: CUNHA, Pedro Luiz da. **Partidos centenários: histórias e memórias do comunismo brasileiro entre PCB e PCdoB**. 2022. 61p. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Curso de História, UFSC, Florianópolis, 2022.

necessário e se tivessem condições objetivas e subjetivas favoráveis. Resgatando publicações de Giocondo Dias, que era membro do CC do PCB, Ferreira sintetiza:

A efetivação das reformas de base, portanto, apontava para o socialismo. As reformas eram revolucionárias. Para Giocondo Dias era necessário criticar aqueles que insistiam em “contrapor as reformas à revolução – quer para considerá-las um fim em si, como fazem os reformistas, quer para negar-lhes qualquer papel no processo revolucionário, como fazem os fraseólogos ultraesquerdistas”. As reformas de estrutura, nesse sentido, eram as condições para a realização da “revolução brasileira”. (FERREIRA, 2013, p. 117)

Durante a fase parlamentarista do governo Jango, que durou de setembro de 1961 até janeiro de 1963, Goulart não governou o país com plenos poderes, compartilhando-o com os gabinetes de ministros eleitos pelo Congresso. As direitas não podiam acusar Goulart de ‘comunização’ do país, e as esquerdas não podiam culpá-lo por não implementar as reformas de base (FERREIRA, 2013).

No início de 1963, a Frente de Mobilização Popular (FMP), encabeçada por Leonel Brizola, congregou entidades estudantis e sindicais, setores organizados do campo, além de diversos partidos progressistas. A FMP compelia Goulart a decretar as reformas de base e a se desvencilhar do Partido Social Democrático (PSD). Quando, em janeiro de 1963, Goulart passou a governar num regime presidencialista, o PCB e a FMP representavam as duas grandes organizações de esquerda.

Na avaliação de Ferreira,

Leonel Brizola fundou a FMP para disputar diretamente com o PCB a liderança entre as esquerdas. Brizola, desde a Campanha da Legalidade, competia com Goulart pela liderança do movimento reformista e do PTB. Mas no início de 1963, também entrou em concorrência com o próprio Prestes.

Os comunistas, no entanto, tinham postura diversa. A direção do PCB percebeu a amplitude da FMP e a capacidade de liderança de Leonel Brizola. Mesmo antes de ele fundar a FMP, os comunistas o prestigiavam, sendo citado constantemente nas páginas de *Novos Rumos*. Propositadamente evitavam conflitos com Brizola e esforçavam-se para estabelecer aliança com a FMP. (FERREIRA, 2013, p. 121)

No decorrer de 1963 aos primeiros meses de 1964, a união entre os setores da esquerda, conquista o rompimento do governo com o PSD e a formação de um governo exclusivo das esquerdas, essa aliança se expressou no dia 13 de março de 1964 no Comício da Central do Brasil. Nesse contexto cresce o discurso anticomunista, ganhando ressonância na sociedade brasileira. Em abril, o avanço do processo democrático foi interrompido pelo golpe que foi recebido com despreparo pela direção do PCB.

O VI Congresso do PCB ocorreu em dezembro de 1967. A pretensão do Partido era realizá-lo em 1964, mas o golpe impôs a clandestinidade e tornou praticamente impossível que os militantes se reunissem. De todo modo, o Congresso não aconteceu sem grande risco.

As discussões preparatórias seguiam o caminho das formulações do V Congresso, mas o golpe forçou o Partido a rever algumas posições, “fazendo uma autocrítica em relação às ilusões para com os militares e em relação à exagerada submissão diante do setor da ‘burguesia nacional’ que estava no poder” (MAZZEO, 1999, p. 134). Avaliou-se que houve erro na conformação de um bloco político nacionalista que apoiasse o governo, mas o erro estava em não ter aplicado acertadamente a linha do V Congresso e em ter conciliado com setores à esquerda (MAZZEO, 1999). Ainda assim, as Resoluções do VI Congresso inserem o golpe na chave de contraposição nacionalismo *versus* entreguismo, chamando a "burguesia nacional" para conformação de uma frente antiimperialista e antilatifundiária – mantendo a linha anterior do Partido.

No Informe de Balanço do Comitê Central, cuja autoria é atribuída a Luiz Carlos Prestes¹⁶, se endereça àqueles que não aceitavam que o caráter da revolução brasileira fosse nacional e democrático, mas sim já socialista, argumentando que estes não analisavam a concretude da sociedade brasileira, mas, dogmaticamente, apoiavam-se na experiência cubana. Para Prestes,

Também combatem as Teses do Comitê Central os que não aceitam que o caráter da revolução brasileira, em sua etapa atual, seja nacional e democrático. Embora, em geral, não o digam expressamente, partem do pressuposto de que a revolução é, desde agora, uma revolução socialista. Argumentam não ser possível combater o imperialismo sem lutar igualmente por transformações socialistas imediatas no país. Tentam apoiar-se na experiência do povo cubano, cuja revolução já possui efetivamente o caráter socialista.

Seu erro consiste em não partirem de uma análise objetiva da situação concreta da sociedade brasileira. Partem, por outro lado, de uma posição dogmática, ao supor que, se não se luta imediatamente pelo socialismo, se luta pelo desenvolvimento capitalista. Confundem, por isso, a revolução nacional e democrática, nas condições atuais do mundo, com uma revolução democrático-burguesa do tipo clássico, já inviável no mundo contemporâneo.

Segundo as Teses do Comitê Central, ao lutarmos pela revolução nacional e democrática, não lutamos pelo desenvolvimento capitalista, mas por um desenvolvimento econômico democrático e independente, que abrirá caminho para o socialismo. Atualmente, toda revolução anti-imperialista é parte integrante da revolução socialista mundial. Isso não quer dizer que já tenha, no país, o caráter socialista. Levantar a bandeira imediata da socialização dos meios de produção não corresponderia ao nível atual de desenvolvimento da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção e afastaria, por isso, amplos setores que podem ser ganhos para a luta contra os dois grandes obstáculos ao progresso de nosso povo — a dominação imperialista e a estrutura agrária baseada no monopólio da terra.

¹⁶ Nas publicações de Anita Prestes, este documento “Informe de Balanço do Comitê Central VI Congresso” de dezembro de 1967 é atribuído a Luiz Carlos Prestes e é referenciado como retirado do livro “PCB: vinte anos de política 1958-1959 (documentos)”. Não consegui acessar este livro e a referência que tive acesso o documento é atribuída ao PCB de forma geral, ver: PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Informe de Balanço do Comitê Central VI Congresso. 1967. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1967/12/informe.htm>. Acesso em: 23 fev. 2023.

Marchamos assim para uma solução revolucionária que repele o capitalismo como perspectiva histórica, mas não exige de modo imediato a passagem para o socialismo. Vamos conquistar um poder revolucionário das forças antiimperialistas e democráticas, que não terá ainda o caráter de ditadura do proletariado, mas será capaz de cumprir seu papel histórico e abrir caminho para o avanço ulterior, rumo ao socialismo. Não é possível prever-se a duração desse processo de transição, tantos são os fatores que nele interferem. Nada exclui, porém, que possa ser aqui tão rápido quanto o foi em Cuba, onde a revolução, tendo sempre de início o caráter nacional e democrático, avançou em ritmo acelerado para o socialismo, marginalizando os setores burgueses que dela participaram.

Enfim, levantar agora, em nosso país, a bandeira da luta imediata pelo socialismo, significa o afastamento do processo real que se desenvolve no país, a exclusão do movimento nacionalista e democrático — forma específica por que se vem desenvolvendo a luta contra o entreguismo e pelo progresso social. (PCBe, 1967)

Assim, este trecho¹⁷ busca combater os seguintes elementos centrais: que a etapa atual da revolução é socialista; que não lutar imediatamente pelo socialismo é lutar pelo desenvolvimento do capitalismo; a confusão entre revolução nacional e democrática e revolução democrático-burguesa do tipo clássico; a transposição do modelo cubano. Desse modo, discutia-se sobre a estratégia da revolução socialista e qual seria sua etapa atual na conjuntura, buscando combater os grupos que entendiam a luta armada como a resposta imediata para a ditadura e o caminho para a revolução socialista no Brasil.

A disputa política e ideológica que ocorreu dentro do PCB após 1964 estava intimamente relacionada à Revolução Cubana. Com sua influência na América Latina, a formação de grupos guerrilheiros em diversos países colocou em questão a alternativa da luta armada contra a ditadura. O VI Congresso encaminhou as expulsões de Carlos Marighella, Jover Teles, Jacob Gorender, Mário Alves, Joaquim Câmara Ferreira, Apolônio de Carvalho e Miguel Batista.

Em 1968, o PCB compôs a organização da Passeata dos Cem Mil, uma grande manifestação ocorrida no Rio de Janeiro em protesto contra a violência policial contra estudantes e populares. No entanto, como resposta, foi promulgado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, que suspendeu importantes garantias constitucionais e deu ao Executivo poderes absolutos, acabando com as poucas liberdades democráticas que ainda restavam.

¹⁷ Parte desse mesmo trecho do balanço do CC é utilizado por Anita Prestes em sua autobiografia para demonstrar as diferenças de nuances entre a posição do Congresso sintetizada nas Resoluções do Congresso e a de Prestes. Ver no subcapítulo seguinte (4.2. A trajetória de Anita, da universidade ao exílio) a respeito dos diálogos com o pai sobre o VI Congresso.

4.2. A trajetória de Anita, da universidade ao exílio

Em 1960, Anita iniciou o ensino superior no curso de Química na Universidade do Brasil – atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Já havia sido inserida em um célula estudantil do PCB e com o tempo organizou uma pequena base na Escola de Química. Este ano também foi marcado pelas campanhas eleitorais para presidente e governador, além do V Congresso do PCB, que ratificou a política expressa na *Declaração de Março de 1958*. Em sua autobiografia, Anita ressalta que na época estava convencida da política encaminhada pelo Congresso.

Durante o período de sua graduação, esteve muito envolvida no movimento estudantil, acompanhando as movimentações da UNE a respeito da Reforma Universitária e as campanhas pelas reformas de base. Durante alguns meses, em 1963 e 1964, fez um estágio como futura química industrial na fábrica da Fabor, que na época pertencia à Petrobras. Anita relata que: “sentia-me atraída pela perspectiva de atuar na seção sindical dos funcionários da empresa, entidade em que havia a possibilidade de realizar um trabalho a longo prazo de organização, mobilização e conscientização dos trabalhadores” (PRESTES, A.L., 2019, p. 110-111).

Os anos seguintes foram marcados pelo aumento das tensões no país. A vitória do golpe em 1964 impossibilitou a contratação de Anita pela Fabor, muitos funcionários suspeitos de envolvimento em atividades subversivas haviam sido demitidos. Também não foi aceita em nenhuma empresa privada. Por conta disso, aceitou o convite do professor Cláudio Costa Neto para fazer mestrado em Química Orgânica e com sua recomendação pôde ser bolsista da Capes, o que garantiu a sobrevivência de Anita e de sua tia Lygia.

Em 1966 foi intimada a depor junto de diversos outros colegas no Inquérito Policial Militar (IPM) da Filosofia. O IPM da Filosofia foi uma retaliação por uma manifestação ocorrida em dezembro de 1963. Estudantes da Faculdade Nacional de Filosofia impediram a entrada de Eremildo Viana, Sobral Pinto e Carlos Lacerda na faculdade para a cerimônia de formatura da turma de Jornalismo. Foi organizada uma cantoria e uma vaia contra Lacerda. Todos foram dispersados pela polícia e a faculdade foi fechada (ANDRADE, 2021). No mesmo ano, Anita terminou seu mestrado, mas não teve sucesso em compor o quadro docente na Escola de Química por ser considerada subversiva. Havia possibilidade de realizar um doutorado junto de um outro professor na Faculdade de Farmácia, mas também existia a incerteza quanto à condenação no julgamento do IPM da Filosofia.

Diante disso, quando Prestes e a direção do PCB propuseram que ela viajasse a Moscou para fazer o curso de marxismo-leninismo de dois anos na escola para comunistas estrangeiros do PCUS – conhecida como o Instituto de Ciências Sociais –, Anita optou por ir a Moscou. Lá, havia uma separação entre os advindos de países capitalistas e socialistas. Os companheiros brasileiros foram instruídos a usarem codinomes e não conversarem sobre as atividades que desempenhavam no Brasil, para dar mais segurança quando voltassem ao país.

Neste curso, Anita conta que havia quatro disciplinas que eram obrigatórias: economia política marxista; filosofia marxista; história do movimento operário e história do PCUS. As aulas eram dadas por professores soviéticos, “especialistas em suas temáticas, mas comunistas, pessoas de toda confiança do Partido Comunista da União Soviética” (PRESTES, A.L., 2022). Anita, por saber espanhol e russo, além do português, tinha vantagem no acesso às bibliografias disponíveis e na compreensão das aulas.

Ela relata que:

O perfil do curso era marcado pelo esquematismo e pelo dogmatismo¹⁸ que afetavam o movimento comunista da época, ou seja, estudavam-se os clássicos da literatura marxista sem a necessária visão crítica, sem examinar seus ensinamentos à luz da realidade da época que estávamos vivendo e que pretendíamos transformar. Um problema sério consistia no desconhecimento muito grande, por parte dos professores, do contexto latino-americano e, em particular, do brasileiro, embora nosso grupo de compatriotas tentasse dirigir os debates para, a partir dos conhecimentos adquiridos, abordar as questões que enfrentávamos em nossa atividade política e partidária no Brasil. (PRESTES, A.L., 2019, p. 130)

Para Anita, esse período foi proveitoso pela oportunidade de ler e estudar as principais obras de Marx, Engels e Lênin, além de conviver e trocar experiências com comunistas de vários países do mundo capitalista e com os soviéticos que trabalhavam no Instituto. Também havia passeios para lugares e instituições em Moscou e viagens para outras cidades e repúblicas soviéticas (PRESTES, A.L., 2019).

Os comunistas brasileiros acompanharam de lá as discussões preparatórias para o VI Congresso do PCB em 1967. Anita relata que ainda não tinha dimensão das divergências entre Prestes e a maioria do Comitê Central expressas em nuances entre as *Teses para discussão*, o *Informe de Balanço do CC* e a *Resolução Política do VI Congresso*. Quando Prestes viajou para Moscou em janeiro de 1968, eles conversaram sobre essas questões e as dúvidas de Prestes em relação à estratégia do Partido, dando uma perspectiva mais clara dos confrontos

¹⁸ Não fica tão claro em sua autobiografia se esta visão a respeito do esquematismo e dogmatismo do curso já era desse modo na época. No entanto, na entrevista, quando falava do curso com Anastácio Mansilla, que fez de 1973 a 1975, ela diz “O defeito dos cursos lá, inclusive esse do Mansilla era que se ficava só n’O Capital, só na economia marxista e não se estudava os autores do mundo capitalista, da economia burguesa, não se estudava. Então era aquilo, marxismo a gente aprendia, mas desligado de um diálogo com a economia burguesa, que eu acho que era um defeito, portanto. *Na época eu não cheguei a perceber muito isso.*” (A.L.PRESTES, 2022).

que estavam acontecendo dentro da direção (PRESTES, A.L., 2019). Anita destaca a parte do *Informe de Balanço do CC* que está ausente da *Resolução Política do VI Congresso* que melhor expressava a posição de Prestes a respeito da estratégia revolucionária:

[...] ao lutarmos pela revolução nacional e democrática, *não lutamos pelo desenvolvimento capitalista*, mas por um desenvolvimento econômico democrático e independente, que abrirá caminho para o socialismo. Atualmente, toda revolução anti-imperialista é parte integrante da revolução socialista mundial. [...]

Marchamos assim para uma *solução revolucionária que repele o capitalismo como perspectiva histórica*, mas não exige de modo imediato a passagem para o socialismo. Vamos conquistar um poder revolucionário das forças antiimperialistas e democráticas, que não terá ainda o caráter de ditadura do proletariado, mas será capaz de cumprir seu papel histórico e abrir caminho para o avanço ulterior, rumo ao socialismo. (PCBb, 1967)¹⁹

Sobre o desenvolvimento do capitalismo, a *Resolução Política do VI Congresso*, traz que:

O desenvolvimento capitalista verificado no Brasil, embora limitado, teve um caráter objetivamente progressista, desde que significou a evolução para um estágio mais adiantado da sociedade. As possibilidades desse caminho não se esgotaram inteiramente. Mas esse tipo de desenvolvimento não soluciona os problemas que afligem o povo brasileiro. É um caminho pelo qual se intensifica a exploração da classe operária e das massas trabalhadoras, e não são atendidas as exigências da maioria da nação. *Um outro tipo de desenvolvimento, que se oriente para a liquidação do domínio imperialista e do monopólio da terra, é reclamado pelas necessidades objetivas da economia do país e pelos interesses nacionais e populares.* (PCBe, 1967, grifos meus)

Já a respeito da transição para a etapa socialista,

A revolução brasileira, em sua presente etapa, deverá liquidar os dois obstáculos históricos que se opõem ao progresso da nação: o domínio imperialista e o monopólio da terra. Ela é, assim, nacional e democrática. Devido à preponderância do fator nacional, a direção do golpe principal está voltada contra o imperialismo, particularmente o norte-americano, e seus agentes internos. A burguesia entreguista será liquidada como força social juntamente com os outros inimigos da revolução.

À medida que as relações capitalistas se expandem, a luta de classes entre operários e patrões se amplia e tende a acentuar-se. Sobre os trabalhadores recaem as consequências mais pesadas da dominação imperialista e da exploração latifundiária. *O proletariado deve intensificar e não amainar a luta em defesa de seus interesses e direitos. Acelerará, assim, o processo da revolução nacional e democrática. Mesmo não liquidando a exploração dos operários pela burguesia, a revolução nacional e democrática abre caminho para a vitória do socialismo.* (PCBe, 1967, grifos meus)

Comparando a *Resolução*²⁰ ao *Informe de balanço*, parece menos claro na *Resolução* a relação de causalidade entre o “outro tipo de desenvolvimento” e a transição para a etapa socialista da revolução.

¹⁹ Foram replicados os grifos feitos por Anita Prestes. Ela apresenta essa discussão em sua autobiografia, ver Anita Leocádia Prestes, “O golpe de 1964 e os anos seguintes(1964-1968)” em “Viver é tomar partido: memórias”, em especial páginas 131-137.

²⁰ Para verificar a Resolução Política do VI Congresso na íntegra ver: PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Resolução Política do VI Congresso.** 1967. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1967/12/resolucao.htm>. Acesso em: 23 fev. 2023.

Em meados de 1968, para concluir o curso de marxismo-leninismo, Anita escreveu uma monografia em que optava pela

crítica do ultra-esquerdismo então presente nas esquerdas brasileiras e latino-americanas, fortemente influenciadas pelo livro de Régis Debray *Revolução na revolução?*, em que o autor defendia as teses foquistas: um *foco revolucionário* poderia desencadear um *processo revolucionário*. A Revolução Cubana era falsamente apresentada como paradigma do foquismo, e procurei mostrar no meu trabalho que isso não correspondia à realidade. Desenvolvi também a argumentação de que no Brasil, nas condições de então, não existiam os pressupostos necessários para o desencadeamento da luta armada contra a ditadura, como pretendiam lideranças de diferentes grupos – entre eles Carlos Marighella, Mário Alves e Carlos Lamarca. (PRESTES, A.L., 2019, p. 139, itálicos no original)

Terminado o curso, Anita retorna ao Brasil para auxiliar nos trabalhos do Partido. Pouco depois de sua chegada, é instituído em dezembro de 1968 o Ato Institucional nº 5 (AI-5), e junto dele uma onda de terror e recrudescimento da ditadura junto do esfacelamento dos resquícios democráticos. Em abril de 1969 ela é convocada para trabalhar no Comitê Estadual do PCB em São Paulo, que havia sofrido turbulências com o racha do grupo de Marighella. Foi responsável pela tarefa de promover a educação política nas organizações partidárias, tendo como base a orientação política do VI Congresso.

Neste período, de 1968 ao início de 1973, em que esteve clandestina trabalhando para o Partido, seu convívio com a família e com os amigos foi bastante restrito, dedicou suas horas livres ao estudo, sobretudo da realidade brasileira. Ela lista em sua autobiografia algumas das obras que teve acesso e estudou naquele período:

Evolução política do Brasil, História econômica do Brasil e Formação do Brasil contemporâneo, de Caio Prado Júnior; Formação histórica do Brasil, As razões da Independência, A ideologia do colonialismo, O que se deve ler para conhecer o Brasil, Introdução à revolução brasileira, de Nelson Werneck Sodré; Sociedade de classes e subdesenvolvimento, Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina, de Florestan Fernandes; Mudanças sociais na América Latina, Empresário industrial e desenvolvimento econômico, de Fernando Henrique Cardoso; Dependência e desenvolvimento na América Latina, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto; Formação econômica do Brasil, Desenvolvimento e subdesenvolvimento, Dialética do desenvolvimento, Formação econômica da América Latina, de Celso Furtado. (PRESTES, A.L., 2019, p. 149)

Embora ainda estivesse favorável às teses partidárias, Anita dá importância a esse momento de estudo e das conversas com seu pai para as dúvidas que foram surgindo em relação à orientação do PCB quanto à revolução brasileira.

Na segunda metade de 1972 a repressão prendeu e torturou diversos camaradas do PCB de São Paulo da base da Volkswagen, em pouco tempo a polícia conseguiu mapear grande parte da estrutura partidária do estado e seus dirigentes. Anita Prestes e seus companheiros do Comitê Estadual foram expostos e ela estava convicta da necessidade de retirar os dirigentes do estado e renovar a organização partidária. Encaminhou este pedido ao

CC e também pediu que ela pudesse ir para o exterior, julgava que seria mais útil estudando e contribuindo para compreensão da realidade brasileira e conseqüentemente para orientação política do PCB. A direção não encaminhou sobre a questão do Comitê Estadual, mas seu pedido de sair do país foi atendido e no início de 1973 voltou à União Soviética.

Durante o exílio pôde manter contato mais próximo com seu pai, que estava exilado lá desde 1971, e aprofundar os diálogos sobre o Brasil e a situação do PCB. Retornou ao Instituto de Ciências Sociais para estudar o problema do capitalismo no Brasil e a teoria do capitalismo monopolista de Estado. Ela conta que este tema era de seu interesse, mas também foi uma tarefa indicada pelo Comitê Central:

Então eu fui pra lá com esse objetivo. Então era um curso especial que eu fazia e os próprios professores soviéticos lá do Instituto sugeriram que eu fizesse um doutorado. Eu nem estava interessada em doutorado porque eu era clandestina, o que que eu ia fazer com um doutorado? com esse título? [risadas] Eu nem estava interessada nisso, eu tava interessada em estudar o tema, compreende? Mas tudo bem, querem que seja doutorado, então vai ser doutorado. (PRESTES, A.L., 2022)

Então, ela começou curso sobre *O Capital*, ministrado pelo professor Anastácio Mansilla. Mansilla veio para a União Soviética ainda quando adolescente, estava entre as crianças e adolescentes resgatadas da Guerra Civil Espanhola durante o governo Franco. Fez doutorado em Economia pela Universidade de Moscou e foi por anos professor do Instituto de Ciências Sociais, tendo inclusive ido a Cuba ser professor de Fidel Castro e Che Guevara (PRESTES, A.L., 2019). Anita ressaltou na entrevista a experiência de tê-lo como professor: “Era, realmente, extremamente inteligente e um professor muito bom, a capacidade que ele tinha de transmitir era incrível. Então o curso d’*O Capital* dele era um negócio fantástico, como ele conseguia transmitir aquilo dialogando com o aluno.” (PRESTES, A.L., 2022).

Anita desfrutou do curso com empolgação, mas depois, quando se debruçou na pesquisa sobre o capitalismo no Brasil, avaliou que algo negativo do curso era a bibliografia se restringir ao *Capital*:

O defeito dos cursos lá, inclusive esse do Mansilla era que se ficava só n’*O Capital*, só na economia marxista e não se estudava os autores do mundo capitalista, da economia burguesa, não se estudava. Então era aquilo, marxismo a gente aprendia, mas desligado de um diálogo com a economia burguesa [...] (PRESTES, A.L., 2022).

Sua tese, *O Capitalismo Monopolista de Estado no Brasil e suas particularidades*, defendida em outubro de 1975, foi orientada por Mansilla em conjunto com Oleg Tsukanov, um estudioso da economia brasileira. Tsukanov sabia português perfeitamente e tinha ido ao Brasil algumas vezes, trazia livros que lá estavam sendo publicados (PRESTES, A.L., 2022). No instituto havia uma biblioteca com um acervo que para Anita foi essencial para escrita da tese e também recebeu alguns enviados por suas tias do Brasil, destaca os seguintes autores:

Celso Furtado, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Paul Singer, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Alberto Passos Guimarães, Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Otávio Gouveia de Bulhões, Eugenio Gudín, Hélio Jaguaribe, Maria da Conceição Tavares, Mário Henrique Simonsen, José Serra, Theotônio dos Santos etc. (PRESTES, A.L., 2019, p.165)

As teorias do Capitalismo Monopolista de Estado (CME) estavam em voga na época, alguns estabeleciam relações entre a questão das experiências fascistas na Europa e na América Latina. Tendo o PCB caracterizado a ditadura como fascista, depois do AI-5, era relevante “relacionar essa questão com a possível formação do Capitalismo Monopolista de Estado no Brasil, considerando, entretanto, suas particularidades, em especial a dependência do capital internacionalizado.” (PRESTES, A.L., 2019, p. 165). A tese *Introdução ao estudo do capital financeiro e da oligarquia financeira no Brasil* de Nemésio Salles (codinome Augusto Moraes), outro camarada brasileiro, defendida alguns anos antes no Instituto, foi um ponto de partida importante para sua pesquisa. Anita relata que para ela foram valiosas as obras de Antonio Gramsci, Palmiro Togliatti e Jorge Dimitrov sobre o fascismo. Durante a elaboração do trabalho, junto do debate com Prestes e outros companheiros brasileiros, ficavam mais claros os problemas estratégicos do PCB e a necessária superação da concepção etapista da revolução brasileira (PRESTES, A.L., 2019).

A ideia do Capitalismo Monopolista de Estado seria a junção dos monopólios e do Estado num único mecanismo de dominação, no qual o Estado serve aos interesses dos monopólios (PRESTES, A.L., 1980). Na tese da autora, ela apresenta as características da época da participação do Estado brasileiro na economia e a formação do que seria o CME no Brasil. O que há da tese publicada no Brasil é uma síntese do primeiro capítulo²¹, publicada por insistência do professor Nelson Werneck. Anita ainda possui uma cópia com ela, mas acredita que para ser viável a publicação seria necessário melhorá-la muito, aprofundar mais os estudos do tema, além disso não é economista e entendeu que era melhor deixar isso de lado (PRESTES, A.L., 2022). No entanto, vale ressaltar que a vigência da discussão do CME abre espaço para fortalecer a ideia de que já existe um capitalismo desenvolvido no Brasil e entra em contradição com as antigas visões de um capitalismo atrasado.

²¹ Ver: PRESTES, A. L. . **A Formação do Capitalismo Monopolista de Estado No Brasil e suas Particularidades**. Temas de Ciências Humanas, v. 8, p. 41-77, 1980.

A elaboração desta tese, com o contato com produção bibliográfica sobre o desenvolvimento do capitalismo e os diálogos com Prestes, reforçavam as dúvidas que nutriam em relação à linha do PCB. Ela diz na entrevista:

Então isso contribuiu muito também pra minha tese. Não foi do vazio que surgiram essas ideias. Tudo isso contribuiu para que também ficasse mais claro, para o próprio Prestes, qual era a posição daquele Comitê Central, que era uma posição de atraso, de ser arraigado e de não admitir qualquer mudança, fidelidade eterna àquela orientação política que tinha sido aprovada no VI Congresso. Basta dizer que a minha tese, depois que eu defendi com a ajuda dos soviéticos, eu reproduzi um número necessário para entregar um exemplar para cada membro do Comitê Central, todos eles receberam, e ninguém quis discutir, se recusaram a discutir, não estavam interessados em nem tomar conhecimento. (PRESTES, A.L., 2022)

4.3. O exílio do CC, divergências teóricas e o debate estratégico

No início dos anos 70, com o aumento da repressão policial, diversos integrantes do Comitê Central se exilaram. Quando Prestes se retirou do país, ainda que continuasse como secretário-geral, no Brasil, Giocondo Dias assumiu suas funções. Enquanto Geisel iniciava a ‘distensão lenta, segura e gradual’, o PCB sofreu a repressão mais dura de sua história, de 1974 a 1975, “os órgãos de repressão policial-militar prenderam e mataram dez dos vinte integrantes do CC.”(CPDOC, sd).

Isso levou os membros do CC que ainda estavam no Brasil a se exilarem, de tal maneira que ao final daquele ano, entre membros e suplentes havia 15 camaradas da direção na Europa. Com a direção do PCB majoritariamente no exterior criou-se uma Comissão Coordenadora para organizar a primeira reunião do CC do PCB na Europa, com anuência dos poucos membros que ainda estavam no Brasil e se tinha contato (PRESTES, A.L., 2019). Nesta reunião foram cooptados alguns quadros para recompor a direção desfalcada, entre eles Anita Prestes.

Na região europeia, os brasileiros se exilaram na França, na Itália, na Suécia, na Alemanha e em Moscou. Paris, concentrou a maior parte da esquerda que acreditava na luta armada.

a esquerda brasileira em Paris se dividia em dois grandes ramos: de um lado, o bloco composto pelo PCB, católicos de esquerda, Grupo Debate, socialistas terceiro-mundistas, unidos na crítica à luta armada e ao foquismo inspirado na guerrilha Cubana; de outro, grupos de esquerda que ainda acreditavam na via armada imediata para “derrubar” a ditadura (NAPOLITANO, 2014, p. 46)

Apesar do grande número de militantes da luta armada, o PCB ainda era a força política mais estruturada em Paris, contando com o apoio do Partido Comunista Francês

(PCF). O núcleo era dirigido por Armênio Guedes, Zuleika Alambert, Luis Hildebrando e Ivan Alves, entre outros. Com o recrudescimento do regime no Brasil, a partir de 1975, o jornal oficial do PCB, A Voz Operária, passou a ser editado em Paris, por responsabilidade de Armênio Guedes. “Na composição do novo CC, os militantes “renovadores” sediados na França e na Itália ganharam mais espaço, tensionando-se com o núcleo dirigente capitaneado por Prestes em Moscou.” (NAPOLITANO, 2014, P. 48).

Em outros países da Europa ocidental, jovens intelectuais ligados ao Partido alimentavam os debates intelectuais que dividiam os brasileiros de Paris: Carlos Nelson Coutinho (Itália), Leandro Konder, Milton Temer e Roberto Morena (Alemanha). Esses núcleos de exilados constituíam redes de debate, pautado pela redefinição de estratégias políticas e pelo exame da “realidade brasileira”, publicando revistas como *Études Bresiliennes* (França) ou *Informações* (Alemanha Oriental). (NAPOLITANO, 2014, P. 48)

O eurocomunismo influenciou em grande medida o grupo do PCB de Paris, a questão da democracia e do aliancismo também estava em debate entre os partidos comunistas europeus, em especial o francês, o espanhol e o italiano (NAPOLITANO, 2014). Para Napolitano (2014, p. 50), no exílio, alguns militantes buscaram operar como intelectuais autônomos, à medida que suas formulações nem sempre condiziam com as decisões majoritárias do CC e das posições de Prestes.

O termo ‘eurocomunismo’, foi cunhado pela imprensa burguesa antes de ser absorvido pelo movimento comunista. Dizia respeito a convergências de partidos da Europa ocidental na elaboração de princípios para construção do socialismo de maneira alternativa ao ‘modelo soviético’. Afasta-se da concepção de uma vanguarda que tomaria o poder para uma concepção da formação de um bloco histórico que paulatinamente e por via pacífica substituiria a antiga classe dirigente no comando do Estado (MONDAINI, 2006).

Inspirado parcialmente nas formulações teóricas sobre hegemonia de Antonio Gramsci, divorciando-as da ideia da ditadura do proletariado, Enrico Berlinguer, dirigente do Partido Comunista Italiano (PCI), foi um dos articuladores da política eurocomunista. No Relatório de abertura do XIV Congresso do PCI em 1975, Berlinguer defendeu a autonomia de posicionamento da Europa em relação aos EUA e à União Soviética e destacou a importância da relação entre socialismo e democracia, entendendo-a como um valor historicamente universal sobre o qual se fundaria uma sociedade socialista. Ele propôs uma estratégia de transição do capitalismo para o socialismo que respeitasse a legalidade democrática e fortalecesse o tecido democrático, combinando a democracia direta e representativa. Berlinguer também definiu as características de um Estado socialista,

enfatizando o pluralismo político, a laicidade e a negação da unidade da classe operária por meio de um partido único (MONDAINI, 2006).

Um marco importante para o dissenso dentro do CC do PCB a respeito da ‘questão democrática’ foi o debate após a publicação de *A democracia como valor universal* (1979) de Carlos Nelson Coutinho. Neste texto, Coutinho resgata que a relação entre socialismo e democracia sempre esteve presente no pensamento marxista, e localiza na divergência de concepção do vínculo socialismo-democracia a rejeição do ‘modelo soviético’ por parte dos marxistas ocidentais. Para ele, a universalidade do pensamento dos eurocomunistas estava na forma dialeticamente nova de compreender essa relação socialismo-democracia:

Uma prova dessa universalidade são as aceras polêmicas que têm hoje lugar entre as forças progressistas brasileiras, envolvendo o significado e o papel da luta pela democracia em nosso País. Pode-se facilmente constatar nesse sentido, a presença de diferentes e até mesmo contraditórias concepções de democracia entre as correntes que se propõem representar os interesses populares e, em particular, os das massas trabalhadoras. Trata-se de um fato normal e saudável, contanto que não se perca de vista a necessidade imperiosa de acentuar — na presente conjuntura — aquilo que une a todos os opositoristas, ou seja, a luta pela conquista de um regime de liberdades político-formais que ponha definitivamente termo ao regime de exceção que, malgrado a fase de transição que se esboça, ainda domina em nosso País. (COUTINHO, 1979)

Segundo Coutinho, as correntes e personalidades que viam a democracia política como uma forma de dominação burguesa, se baseiam numa compreensão equivocada na teoria marxista do Estado e

numa falsa e mecânica identificação entre democracia política e dominação burguesa. Mas implica, em segundo lugar, ainda que por vezes implicitamente, uma concepção equivocada das tarefas que se colocam atualmente ao conjunto das forças populares brasileiras: essas tarefas não podem ser identificadas com a luta imediata pelo socialismo, mas sim com um combate árduo e provavelmente longo pela criação dos pressupostos políticos, econômicos e ideológicos que tomarão possível o estabelecimento e a consolidação do socialismo em nosso País. (COUTINHO, 1979)

Para Ramos (2013, p. 157), as propostas de Coutinho não apresentavam grande divergência na prática com a política pecebista, o que havia de novo era o repertório teórico que Coutinho mobilizava para justificar suas propostas; identificado nas influências de Lukács e Gramsci e do eurocomunismo.

Nas palavras de Carlos Nelson Coutinho:

A necessidade de que o processo de renovação democrática proceda de “baixo para cima”, consolidando e ampliando suas conquistas através de uma crescente incorporação de novos sujeitos políticos, impõe às forças populares — enquanto método de sua batalha política — a opção por aquilo que Gramsci chamou de “guerra de posição”. A progressiva conquista de posições firmes no seio da sociedade civil é a base não só para novos avanços, que gradativamente tomarão realista a questão da conquista democrática do poder de Estado pelas classes trabalhadoras, mas é sobretudo o meio de evitar precipitações que levem a recuos desastrosos. Nesse sentido, as forças realmente populares devem estar permanentemente alertas contra as tentações do “golpismo”, o qual — mesmo

quando se apresenta sob vestes falsamente “progressistas” — não faz senão repetir os procedimentos elitistas que caracterizam a “via prussiana”. Qualquer tentativa de impor modificações radicais por meio da ação de minorias (militares ou não) levará as forças populares a grandes desastres políticos; além disso, significará o truncamento do processo de renovação democrática, um processo que — nunca e demais insistir — só será efetivo e realmente popular quando crescer “de baixo para cima” e quando representar a incorporação de amplas maiorias ao cenário político. O “golpismo de esquerda” — que infelizmente marcou boa parte do pensamento e da ação política das correntes populares no Brasil é apenas uma resposta equivocada e igualmente “prussiana” aos processos de direção “pelo alto” de que sempre se valeram as forças conservadoras e reacionárias em nosso País. Quanto mais se tome efetiva e soaiação da política, tanto menos será possível invocar a justificação relativa de processos desse tipo.(COUTINHO, 1979, site)

Na compreensão de Anita Prestes hoje, as ideias eurocomunistas sobre a “questão democrática” derivam de uma uma falsificação de Gramsci. A interpretação sobre os postulados gramscianos a respeito da acumulação de forças por meio da guerra de posição e do desenvolvimento da democracia dos eurocomunistas leva à uma concepção reformista que na realidade defende uma democracia burguesa, não uma democracia socialista, porque ignoram ou dão menor importância a tomada efetiva do poder, ao salto revolucionário. A autora reforça que “a obra do Gramsci[...], é uma obra toda picotada, escrita na prisão aos pedaços, ele mesmo não pretendia publicar aquilo, não foram textos preparados para publicação” (PRESTES, A.L., 2022). Então é realmente uma leitura difícil, pois está desorganizada pode ser incompreendida quando não é estudada e considerada no todo. Além disso, Gramsci muitas vezes escrevia por meio de metáforas, por estar numa prisão fascista.

Em entrevista concedida para realização deste trabalho, Anita Prestes reforça que desde 1958 Luiz Carlos Prestes já tinha dúvidas em relação à linha partidária, durante a década de 60 foi convencendo-se da necessidade de uma mudança e a partir de 1971, quando ficou exilado em Moscou, teve contato com bibliografia e chance de estudar e debater com outras pessoas sobre essas questões. Anita conta:

teve um período em que a gente realmente acreditava que era correto, aquele etapismo, a revolução nacional e democrática, aquilo era muito forte, muito arraigado, entendeu? Aliás, no movimento comunista aqui na América Latina, não era só no Brasil, era muito arraigado. Então não foi fácil vencer aquilo. Mas aí durante a década de 60 o Prestes já estava bastante convencido que aquilo estava errado e que tinha que mudar, né? E ao chegar em Moscou, ele foi pra lá em 71, isso também facilitou ele ter contato com bibliografia, estudar porque aqui na clandestinidade que ele tava trancado a sete cadeados não só não tinha com quem discutir como também era difícil conseguir a literatura, enfim tudo isso ficava muito dificultado. E lá não, inclusive porque até as famílias, minhas tias, mandavam todos os livros novos que saiam, tudo isso era mandado, recebia-se. Então a gente tinha acesso, ele tinha acesso, depois eu fui pra lá também e a gente tinha acesso a toda aquela produção que foi bastante grande naquela virada dos anos sessenta para setenta. Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Florestan Fernandes, uma série de autores publicando, muita coisa que publicava, né? E a gente procurava ler isso, acompanhar e discutir. [...] Não foi do vazio que surgiram essas ideias. Tudo isso contribuiu para que também ficasse mais claro, pro próprio Prestes, qual era a posição daquele Comitê Central, que era uma posição de atraso, de ser arraigado e

de não admitir qualquer mudança, fidelidade eterna, àquela orientação política que tinha sido aprovada no VI Congresso. (PRESTES, A.L., 2022)

No livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica* (1970), os autores Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto trazem algumas reflexões interessantes sobre as categorias comumente utilizadas para caracterizar países e economias. A respeito das economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, eles trazem que embora o conceito de subdesenvolvimento se refira mais a estrutura do sistema econômico, a diferença entre os países com uma economia desenvolvida ou subdesenvolvida vai acarretar em uma “função ou posição [diversa] dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição” (CARDOSO, FALETTTO, 1975, p. 26) gerando relações de dominação. Nesse sentido, se faz necessária um exame da historicidade desse subdesenvolvimento e como essas economias se vincularam ao mercado mundial. Essa abordagem, parte do pressuposto “que no plano político-social existe algum tipo de dependência nas situações de subdesenvolvimento e que essa dependência teve início historicamente com a expansão das economias dos países capitalistas originários.” (CARDOSO, FALETTTO, 1975, p. 26). Na visão dos autores,

A noção de dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo. A noção de subdesenvolvimento caracteriza um estado ou grau de diferenciação do sistema produtivo – apesar de que, como vimos, isso implique algumas "conseqüências" sociais – sem acentuar as pautas de controle das decisões de produção e consumo, seja internamente (socialismo, capitalismo etc.) ou externamente (colonialismo, periferia do mercado mundial etc.). As noções de "centro" e "periferia", por seu lado, destacam as funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial sem levar em conta os fatores político-sociais implicados na situação de dependência. (CARDOSO, FALETTTO, 1975, p. 27)

Em *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1972), Florestan Fernandes procura analisar as formas de dominação imperialista no continente e a maneira que se desenvolveu o capitalismo nesses países a partir do sistema colonial antecedente. Segundo o sociólogo:

É preciso colocar em seu lugar o modelo concreto de capitalismo que irrompeu e vingou na América Latina, o qual lança suas raízes na crise do antigo sistema colonial e extrai seus dinamismos organizatórios e evolutivos, simultaneamente, da incorporação econômica, tecnológica e institucional a sucessivas nações capitalistas hegemônicas e do crescimento interno de uma economia de mercado capitalista. Esse modelo reproduz as formas de apropriação e de expropriação inerentes ao capitalismo moderno (aos níveis da circulação das mercadorias e da organização da produção). Mas, possui um componente adicional específico e típico: a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes). Em termos abstratos, as aparências são de que estes setores sofrem a espoliação que se monta de fora para dentro, vendo-se compelidos a dividir o excedente econômico com os agentes que operam a partir das economias centrais.

De fato, a economia capitalista dependente está sujeita, como um todo, a uma depleção permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumuláveis), o que exclui a monopolização do excedente econômico por seus próprios agentes privilegiados. Na realidade, porém, a depleção de riquezas se processa à custa dos setores assalariados e destituídos da população, submetidos a mecanismos permanentes de sobre-apropriação e sobre-expropriação capitalistas. (FERNANDES, 1981, p.45)

Já em *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* (1974), Florestan Fernandes apresenta que o tipo de transformação capitalista do qual decorre o capitalismo dependente no Brasil diminui o campo de atuação histórica da burguesia, que não constituiu sua dominação a partir da ‘revolução nacional e democrática’. Para o autor,

os dinamismos da economia capitalista mundial impuseram, de fora para dentro, o seu próprio tempo histórico, momentos de verdade e de decisão. O que determinou a transição não foi a "vontade revolucionária" da burguesia brasileira nem os reflexos do desenvolvimento do mercado interno sobre uma possível revolução urbano-industrial dinamizável a partir de dentro. Mas o grau de avanço relativo e de potencialidades da economia capitalista no Brasil, que podia passar, de um momento para outro, por um amplo e profundo processo de absorção de práticas financeiras, de produção industrial e de consumo inerentes ao capitalismo monopolista. Esse grau de avanço relativo e de potencialidades abriu uma oportunidade decisiva, que a burguesia brasileira percebeu e aproveitou avidamente, edificando seus laços de associação com o imperialismo. (FERNANDES, 2020, p. 218)

Essa pequena digressão apenas ilustra uma fração do debate que estava se dando na época a respeito do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e que Prestes e Anita tiveram contato. Esses autores compreendiam que já havia um capitalismo desenvolvido do Brasil e, como vemos nestes excertos, Florestan Fernandes já buscava examinar as particularidades da revolução burguesa do Brasil. Acúmulos significativamente diversos da compreensão do PCB. Assim, formaram-se três grupos no CC, o núcleo europeu-ocidental (dirigido por Armênio Guedes que vieram a ser chamados ‘renovadores’), o núcleo moscovita (dirigido por Prestes) e o núcleo que se manteve no Brasil (dirigido por Giocondo Dias, que é quem sairá fortalecido e assumirá o secretariado-geral quando Prestes rompe com o Partido) (NAPOLITANO, 2014).

Em dezembro de 1978 uma série de acontecimentos agravou ainda mais a crise no CC. Um dos membros, Salles, se envolveu com uma argentina ligada ao tráfico de drogas, agindo de maneira irresponsável e perigosa para o Partido. A discussão sobre como encaminhar a questão acarretou em uma autocrítica de Prestes quanto ao seu trabalho no Secretariado Geral e as formas e métodos de direção errôneos que havia no CC. Anita Prestes, já extenuada e

descrente da linha estratégica e da possibilidade de reconstruir o Partido a partir daquela direção, pediu demissão do Comitê Central (PRESTES, A.L., 2019)²².

4.4. A cisão de Prestes e a herança a que os comunistas devem renunciar

De acordo com Anita, Luiz Carlos Prestes já estava decidido a romper com o Partido, mas como já se falava em anistia em 1979 preferiu voltar antes ao Brasil para discutir com a base da militância do Partido e outras pessoas que tivessem dispostas para “botar os pés no chão e conhecer melhor qual era a situação, o que que as pessoas estavam pensando” (PRESTES, A.L., 2022). A partir disso, começou-se a redação da *Carta aos Comunistas* (1980). Sua publicação gerou muito debate e polêmica. Em decorrência da série de discussões com as pessoas pelo país,

foi ficando mais claro pra gente que precisava dar mais embasamento teórico para *Carta* e aí que eu escrevi o artigo [*A que herança os comunistas devem renunciar?*]. Claro que eu não escrevi o artigo sozinha, eu escrevi consultando meu pai, discutindo com ele e ele aprovando também. Mas aí eu procurei estudar mais a história do Partido que eu também não conhecia tanto assim. Então procurei aqui a literatura, a bibliografia existente na época, que não era muita e daí que ficou claro – a gente já sabia disso –, mas ficou mais claro ainda que o Partido tinha uma estratégia errônea que vinha desde a década de 20, essa da revolução nacional e democrática, e que essa estratégia justamente por ela ser errônea tinha várias consequências graves. (PRESTES, A.L., 2022)

Ao longo do artigo *A que herança os comunistas devem renunciar?*, a autora traz um resgate histórico das posições do Partido por meio dos documentos, identificando na estratégia da Revolução Nacional Democrática uma “falsa visão estratégica de revolução, uma vez que não resultava da análise concreta das contradições reais presentes na formação social brasileira ou de outros países latino-americanos” (PRESTES, A.L.b, 1980, p. 206). Ela retoma autores como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira (durante a entrevista, também lembra das produções de Octavio Ianni daquela época) e caracteriza o desenvolvimento do capitalismo no Brasil como *dependente*, além de destacar que a relação de dominação imperialista não era um entrave a este modo de produção no país – como acreditava o PCB –, mas sim o que causa um *desenvolvimento dependente do capitalismo*:

Liquidar a dominação imperialista significa, portanto, dar um golpe de morte no capitalismo; jamais contribuir para o seu desenvolvimento, ainda por cima autônomo. Essa visão estratégica errônea tem um conteúdo de direita na medida que se propõe um objetivo já ultrapassado pelo próprio processo de desenvolvimento histórico no Brasil; desenvolver o capitalismo. (PRESTES, A.L.b, 1980, p. 206)

²² Ver Anita Leocadia Prestes, “Minha demissão do CC, a anistia e a partida para o Brasil: o ano de 1979” em “Viver é tomar partido: memórias”, em especial páginas 212-216.

Partindo do entendimento de haver no Brasil um capitalismo dependente, a tarefa da vanguarda do proletariado é construir a revolução socialista a partir das particularidades do capitalismo dependente brasileiro, não romper com a dependência para desenvolver o capitalismo, mas sim, ao romper com a dependência, “golpear o capitalismo e avançar rumo à revolução socialista” (PRESTES, A.L.b, 1980, p. 207). Apenas uma estratégia correta poderia possibilitar formulações táticas que contribuíssem de fato para a conformação de um bloco de forças sociais e políticas dirigido pela classe operária, pela sua vanguarda, capaz de realizar a revolução socialista (PRESTES, A.L.b, 1980, p. 207).

A falta de uma estratégia correta gerava guinadas táticas à esquerda e à direita ao longo da vida do Partido. O PCB foi da ANL e sua proposta de Governo Popular, em 1935, para a União Nacional e apoio ao governo de Vargas após a Conferência da Mantiqueira, em 1943; então, como uma surpresa, o Partido é colocado novamente na ilegalidade por Dutra e declara traição nacional em 1948, dando uma guinada à esquerda, pedindo a derrubada do governo e a instauração de um governo popular; com a *Declaração de Março de 1958* criticam-se os recentes erros esquerdistas do Partido etc. Assim, a autocrítica focada apenas nas táticas e nunca na estratégia não contribuía para a correção da construção partidária (PRESTES, A.L.b, 1980 p. 216).

Anita discorda daqueles que colocam a *Declaração de Março de 1958* como uma nova fase na vida do PCB, argumentando a continuidade das mesmas posições políticas, da mesma estratégia de revolução desde a década de 20. Para ela, a causa fundamental da perpetuidade desta linha está no dogmatismo, na cópia de modelos pensados para outras realidades.

Se antes, nos primeiros decênios da existência do PCB, poderia ser compreensível esse desconhecimento da realidade brasileira, hoje ele não se justifica mais. E uma das principais razões para isso reside no fato de atualmente já existir, em nosso país, uma importante produção cultural própria, onde se destacam diversos trabalhos de análise e de interpretação da realidade econômica, social, política e cultural. [...]

Assim, insistir, nos dias de hoje, na concepção de uma revolução nacional e democrática, que remova os obstáculos ao desenvolvimento capitalista independente e democrático constitui na verdade um anacronismo. Realmente, já existe toda uma elaboração teórica sobre a *dependência e o capitalismo dependente* em países como o Brasil, que deve servir de base a uma interpretação correta e moderna da realidade brasileira e a uma proposta estratégica que corresponda a essa análise. [...]

O entendimento dos erros cometidos pelo PCB em sua história está ligado à compreensão das principais concepções falsas que, indubitavelmente, constituem sua causa determinante. As concepções, a que nos referimos no desenrolar deste artigo, constituem precisamente a herança à qual o PCB deve renunciar para poder avançar rumo aos objetivos da revolução socialista.

Entretanto, não basta renunciar a uma determinada herança, que mostrou na prática ter falhado como perspectiva de um partido revolucionário. É necessário formular

uma nova estratégia, que seja decorrência das reais contradições do capitalismo monopolista dependente que hoje se desenvolve no Brasil e que tenha condições de mobilizar a classe operária e as grandes massas trabalhadoras para a luta pelo socialismo. A concepção de luta por um poder das forças antimonopolistas, que representa um passo decisivo rumo ao socialismo – exposta na "Carta aos Comunistas" de Luiz Carlos Prestes – constitui, ao nosso ver, uma contribuição importante para a elaboração da estratégia dos comunistas no Brasil de hoje. (PRESTES, A.L.b, 1980, p. 221-222)

Para além das ideias já expostas que estão no artigo de Anita, a *Carta aos Comunistas*²³ de Prestes denuncia a campanha anticomunista empreendida pela imprensa burguesa e a infiltração de elementos da ditadura dentro do PCB que buscavam corrompê-lo e aniquilá-lo por dentro. Ele aponta que o Partido não estava cumprindo com seu papel de vanguarda e atravessava uma grave crise, já de conhecimento geral, sendo astuciosamente utilizada pela reação para transformar o Partido Comunista Brasileiro num partido reformista, dócil à ditadura e destituído de seu caráter revolucionário (PRESTES, 1980).

Num processo de crítica e autocrítica, admite a falência da direção, que não foi capaz de preparar os comunistas para a clandestinidade, para o enfrentamento do fascismo, o que desarticulou seriamente o Partido e permitiu que muitos companheiros fossem pegos pela repressão. Declara que a bandeira da unidade estava sendo proclamada para encobrir práticas divisionistas e acontecimentos graves na direção e que “Na verdade, uma real unidade em torno de objetivos politicamente claros e definidos inexistente há muito tempo” (PRESTES, 1980).

Prestes relaciona as deformações orgânicas às deformações da orientação teórico-políticas do Partido. “Não se pode separar a elaboração de uma estratégia revolucionária da estratégia de construção de uma organização revolucionária. Ambas se condicionam reciprocamente.” (PRESTES, 1980). Desse modo, um partido verdadeiramente revolucionário depende da construção de uma estratégia de revolução calcada numa análise materialista da realidade, capaz de ser a vanguarda do proletariado que dirija as massas na construção do socialismo, da verdadeira democracia.

Ainda que o rompimento de Luiz Carlos Prestes com o PCB tenha sido um marco muito importante para o movimento comunista brasileiro, pela notoriedade e prestígio deste quadro nacional e internacionalmente, não são completamente inéditas as críticas apontadas por ele quando do rompimento. Como traz Anita Prestes na entrevista, e mesmo o próprio

²³ É importante pontuar que os textos cumprem e se propõem papéis distintos. A carta de Prestes tem caráter panfletário e busca disseminar uma posição política de divergência do Secretário Geral ao resto do Comitê Central para a base do PCB e para a esquerda em geral. Já o artigo de Anita busca trazer um embasamento teórico para a política que também é expressada na carta, fazendo um resgate histórico do passado do PCB.

Prestes em outros momentos, já fazia anos que eles não estavam mais convencidos da estratégia da Revolução Nacional Democrática.

O debate sobre essas questões já era feito dentro do Partido há muito tempo. Ainda antes do III Congresso foram lançados seis números do jornal Autocrítica, com o objetivo de contribuir para o debate preparatório. Posteriormente, à revelia do secretariado geral, foram lançados mais dois números que, segundo Astrojildo Pereira, demonstram “críticas e divergências surgidas depois de 1927 [que] tinham o seu ponto de partida nas falsas concepções dominantes no Partido acerca do caráter da revolução brasileira” (PEREIRA, 1979, p. 133-134).

Para além do PCB, tratando dos debates da IC que influíram fortemente no Partido, também havia ressalvas. Ao analisar o VI Congresso da Internacional Comunista (1928), Ricardo Antunes traz relatos de delegados latino-americanos que se opunham à maneira simplista de formular sobre esses países e colocando a necessidade de avançar na identificação das particularidades da América Latina. O delegado do Equador criticava a denominação ‘coloniais’ e ‘semicoloniais’ e propunha ‘dependentes’:

Deve-se então aceitar uma nova categoria adjunta aos três grupos de países classificados no programa de acordo com seu desenvolvimento econômico e grau de dependência política. Este novo grupo estaria constituído pelos países ‘dependentes’ que estão penetrados economicamente pelo imperialismo, mas conservam uma independência política bastante grande, seja devido a uma penetração econômica débil, seja devido à sua força política. (PAREDES apud ANTUNES, 2012, p. 25)

De acordo com Antunes, “os representantes latino-americanos questionavam a validade da proposta de revolução democrático-burguesa nos países ‘dependentes’” (ANTUNES, 2012, p. 25).

Alguns anos mais tarde, agora na preparação para o IV Congresso, que aconteceria em novembro de 1954, após a reorganização do Partido, escrevia Astrojildo Pereira:

Chego então à conclusão, que me parece justa e a que me referi no artigo anterior: que nossa grande debilidade na direção do Partido resultava principalmente de insuficiência de natureza ideológica e teórica, sobretudo na questão fundamental relativa ao caráter da revolução brasileira.

A direção do Partido, pelos motivos que aponteí (e ainda outros, que talvez me escapem ou me parecem de menor importância), não possuía capacitação bastante para proceder, do ponto de vista marxista, a uma análise, mesmo elementar, da realidade histórica brasileira. Não possuíamos um conhecimento sequer aproximado da verdadeira situação do país no concernente à sua estrutura econômica e política, às forças sociais em presença, à natureza e ao conteúdo das lutas de classe em seus diversos setores, etc. Víamos e encarávamos os acontecimentos de maneira superficial, por assim dizer – impressionista, sem nenhuma compreensão dialética da sua verdadeira significação. Não podíamos perceber o que realmente se passava em torno de nós, nem podíamos, portanto, imprimir à atividade do Partido uma orientação acertada, clara, firme e consequente.

Não compreendíamos sequer o sentido exato da verdade segundo a qual sem teoria revolucionária não pode haver ação revolucionária. Teoria revolucionária

significava, para nós, aplicar – mecanicamente, livrescamente – a linha política e a experiência revolucionária de outros povos. Creio, por fim, que podemos resumir tudo em poucas palavras, dizendo que estávamos sujeitos, em consequência, a uma permanente oscilação entre o verbalismo "revolucionário" de esquerda e o oportunismo de direita na prática. (PEREIRA, 1979, p. 156-157)

Em 1957, uma resolução do Comitê Central sobre a situação política e as tarefas atuais trazia a ideia de dependência econômica ao imperialismo – “Os imperialistas ianques visam tornar o Brasil ainda *mais dependente economicamente e mais submisso à política* agressiva dos círculos dirigentes norte-americanos.”(CARONEb, 1989, p. 166, grifos meus) –, ainda que traga em seguida que “A liberdade e a independência total de nosso povo será obra da união de suas forças anti-imperialistas e antifeudais – o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia nacional, sob a direção da classe operária e seu Partido Comunista” (CARONEb, 1989, p. 174).

Também Caio Prado Júnior, membro do PCB desde a década de 1930, contestou ao longo dos anos, inclusive em famosas publicações, a forma de se interpretar o Brasil e pensar a revolução brasileira. Desde o IV Congresso, ele contestava a existência de relações feudais de produção no Brasil e de uma burguesia nacional autônoma (MAZZEO, 1999, p. 79). Em 1966, logo após o golpe civil-militar de 1964, a obra *A Revolução Brasileira* também critica os esquematismos da esquerda para o Brasil, as teorias que buscam se encaixar na realidade prática ao invés de serem feitas a partir da análise concreta da prática. Escreve Prado Jr. que

Resultaram disso as mais graves consequências no que respeita à condução da prática, isto é, da ação revolucionária, pois de uma teoria de tal maneira alheada da realidade, como tinha de ser aquela que provém de tão defeituosa elaboração, não é possível extrair as normas de uma política consequente e aplicável às situações concretas que se apresentam. Em consequência, a política revolucionária ficou exposta ao sabor das circunstâncias imediatas, oscilando continuamente entre os extremos do sectarismo e do oportunismo, e sem uma linha precisa capaz de orientar seguramente, em cada momento ou situação, a ação revolucionária. (PRADO JR, 2014)

Outras fontes e bibliografia poderiam ser citadas para contextualizar como “Não foi do vazio que surgiram essas ideias” (AL.PRESTES, 2022), mas aqui o propósito é apenas ilustrar como ao longo dos anos, ainda que tenha persistido a concepção dentro do PCB da Revolução Nacional Democrática, isso não foi algo unânime, aceito acriticamente por todos. Como pudemos ver em alguns momentos ao longo do trabalho, mesmo as críticas de ‘dogmatismo’, ‘esquematismos’, ‘reformismo’, ‘desvios à esquerda’ e ‘desvios à direita’ são manejas por diferentes grupos em momentos diversos para argumentar teses eventualmente contraditórias. Ao analisar documentos partidários, é imprescindível ter em mente as mediações que são feitas durante a redação – geralmente coletiva – destes textos. A variação de uma ou outra

ideia que se orienta mais para um ou outro lado também depende de quem pôde intervir mais ou menos em determinada discussão ou elaboração do documento.

4.5. De militante comunista a historiadora

Após sua demissão do CC, Anita Prestes conseguiu a documentação de refugiada política e pôde viver legalmente na França, em Paris. Buscou trabalho e por meio de amigos foi apresentada ao historiador marxista Pierre Villar. Também procurou se manter militando no PCB, ingressando na base que havia em Paris. No entanto era dirigida por Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Armênio Guedes e Cecília Comegno, dominada pelo eurocomunismo e logo Anita desistiu de fazer parte desta base em que estava muito isolada politicamente e incapaz de debater.

Prestes e Anita continuaram se correspondendo, no decorrer do ano de 1979 já se falava em anistia no Brasil e ambos queriam voltar ao país. Anita voltou primeiro ao Brasil, e arranhou as providências para o retorno do pai.

Ainda que continuasse assessorando Prestes e estivesse morando com Lygia, Anita precisava de um emprego, seus conhecimentos de química estavam desatualizados e não via perspectiva de trabalho nas multinacionais então por três anos viveu com auxílio da família e fazendo traduções e transcrições de gravações para pesquisadores.

Anita colaborou com Prestes na escrita da *Carta aos Comunistas*, e participou de diversos debates entre o Rio e São Paulo a partir das críticas e análises elencadas pelo documento. A partir desses debates, viu-se a necessidade de complementar o documento com um artigo que embasasse teoricamente o conteúdo da Carta e assim, também dialogando com Prestes, Anita publicou o artigo *A que herança devem os comunistas renunciar?*, com uma análise de documentos partidários da história do PCB (PRESTES, A.L., 2022).

Para construir o artigo, ela procurou estudar a história do PCB, que ela mesma não conhecia tanto. Na época não havia bibliografia extensa que tratasse disso, recorreu principalmente a documentos. Havia sido publicadas algumas coletâneas de documentos, que são citadas pela autora. É interessante notar que, mesmo Anita não tendo ainda uma formação de historiadora, neste artigo ela faz um exercício historiográfico, de recuperação, análise e crítica de documentos. Como uma comunista ela se aproxima da história e da profissão de historiadora por força das lutas internas do movimento comunista.

Desde o regresso ao Brasil, Anita, junto de Marly Vianna e Ramon Peña, fizeram diversas sessões de entrevistas gravadas com Prestes para preservar a memória deste importante militante comunista. Estas entrevistas foram importantes para os futuros trabalhos de Anita que envolveram momentos da vida política de seu pai²⁴.

Em 1983, ingressou no doutorado em História na USP, sendo orientada por Carlos Guilherme Mota, e conseguiu uma bolsa de pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). No mesmo ano também foi aprovada na seleção de mestrado em História da UFRJ, quando conheceu Maria Yedda Leite Linhares, professora que se interessou pela ideia de pesquisar sobre a Coluna Prestes. Anita fez o mestrado na UFRJ e o doutorado na USP em História concomitantemente até 1985, quando foi aberto o curso de doutorado em História na UFF. Com isso, ela desistiu de ambas pós-graduações e pode focar em fazer o doutorado na UFF, ainda sob a orientação da professora Maria Yedda Linhares com a pesquisa sobre a Coluna Prestes.

Sobre a sua escolha de seguir para História, Anita conta:

Agora, eu sempre me interessei por História ali, aquele período que eu tive na clandestinidade em São Paulo, nas horas livres que eu tinha, procurei ler alguns dos clássicos da historiografia brasileira, Caio Prado, né? Celso Furtado, enfim, eu procurava estudar mesmo sozinha. E depois um dos motivos que me levou a ir pra História, uma que eu já gostava da História, segundo que não dava mais pra voltar pra Química [risadas], e terceiro é que o meu pai estava com muita idade (já década de oitenta isso depois que eu voltei pro Brasil) e não queria escrever sobre a Coluna e ao mesmo tempo ele tinha uma memória espetacular, lembrava principalmente da Coluna nos maiores detalhes. Ai eu falei com alguns amigos e tal ‘não realmente isso é importante... não perder isso’. Então eu fui fazer mestrado, doutorado, né? Pra poder estudar com mais profundidade, não é fazer uma crônica, mas estudar seriamente esse acontecimento da Coluna, essa história da Coluna. E aí a Maria Yedda apareceu no caminho, [risada] foi ótimo! (PRESTES, A.L., 2022)

Embora o tema da Coluna Prestes, não fosse propriamente a área da Maria Yedda, Anita relata que a professora foi muito importante na orientação do ponto de vista metodológico. Como Anita não teve uma formação tradicional como historiadora, foi fundamental que trabalhasse como construir uma tese em História. Neste sentido, também teve o apoio do professor Ciro Flamarion Cardoso, que a ajudou lendo a tese, fazendo comentários e a encorajando a concluir o trabalho (PRESTES, A.L., 2022).

Tratando dos ensinamentos de Ciro Flamarion Cardoso a respeito da necessidade de uma teoria para guiar a pesquisa histórica, Anita acredita que:

sem teoria você não pode fazer uma pesquisa séria em História. Me restringindo a História. [...] como diz o Pierre Villar ‘não existe história sem fatos’. Tem que ter os fatos. Conhecer o maior número possível de informações sobre aquele objeto que

²⁴ Ver por exemplo: A Coluna Prestes (1997); Luiz Carlos Prestes: patriota, revolucionário, comunista (2006); Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora (2008); Luiz Carlos Prestes - O combate por um partido revolucionário (1958-1990) (2012); Luiz Carlos Prestes - um comunista brasileiro (2015).

you are studying. But you have to have a theory to be able to do an analysis and formulate hypotheses, otherwise you get lost. That's what the students, when I'm giving a class, I think it's very important to stress. Today in days it's not given importance to methodology, right? In academia with this question of the post-modern... the post-moderns don't give the least importance and it's all narrative, right? Then each one tells what they think is good and it ends. So this is very unscientific in my opinion, besides not only in mine, but in his. (PRESTES, A.L., 2022)

After the defense of the thesis, with the recommendation of Maria Yedda, Anita joined the department of History at UFRJ as a professor recently doctorate starting in March of 1990. She passed to give classes in the area of History of Contemporary Brazil. In 1991, she was approved through a public exam to teach as a professor of History of Brazil at UFF, where she worked starting in 1992. She retired in 2007, at 70 years old and she remains linked to the post-graduate program in Comparative History at UFRJ.

From her distancing from the PCB, Anita sought “to find the paths of a communist militancy that included the permanent support for Prestes and the revolutionary and anti-reformist positions defended by him” (PRESTES, A.L., 2019, p. 268). This militancy she found in

ideological struggle against falsification (promoted by the official history in service of the holders of power) of the revolutionary trajectory of Luiz Carlos Prestes and the Brazilian communists, and against the reformist bourgeois tendencies present in a large part of the policies adopted by the forces of the left in Brazil. (PRESTES, A.L., 2019, p. 269)

Anita Prestes believes that “in the current world the ideological struggle has become the main form by which the class struggle develops” (PRESTES, A.L., 2019, p. 269). Informed by the concepts and reflections of Gramsci, Anita reinforces that the dominant classes seek the imposition of their power through the formation of consensus and the Official History plays an important role in this aspect. The Official History, written by the organic intellectuals of the bourgeoisie seeks to preserve capitalism, erasing the revolutionary legacy of the people and obscuring the class struggle.

In counterpart, a historian committed to popular struggles should:

collaborate for the formation of a “common sense” counter-hegemonic, important for the sectors explored by capital to win their hegemony in society, forming a “historical bloc” capable of defeating the bourgeois class and assuming political power – condition necessary for the transition to socialism. (PRESTES, A.L., 2019, p. 270)

Anita, sees her job as a historian as a contribution in this construction counter-hegemonic and has conviction in the need to elaborate a revolutionary project viable that unifies the popular sectors in a historical bloc that fights for power. For her, the “historian, conscious or unconsciously, exercises the role of organic intellectual

comprometido com determinadas concepções ideológicas adquiridas durante sua trajetória de vida, as quais aparecem refletidas em seus escritos.” (PRESTES, A.L., 2019, p.10).

O caminho de Anita Prestes para a História é vinculado à sua trajetória enquanto militante comunista no PCB e enquanto militante comunista fora dele. Educada desde criança entre comunistas, o intenso convívio com intelectuais e artistas, o aprendizado de variados idiomas por conta das mudanças de países, os diálogos constantes com seu pai – um dos quadros comunistas mais destacados do país – são circunstâncias que a constituíram com um nível cultural fora do comum. Essas circunstâncias não devem ser pontuadas para retirar de Anita sua agência enquanto sujeito histórico, mas para contextualizar que suas ideias que vieram a ser divergentes do PCB não vieram do vazio.

Sua formação enquanto historiadora, não se deu de maneira tradicional. Graduada e mestre em Química, quando exilada doutorou-se em Economia Política, mas segundo ela, sem tanta vontade. Falando um pouco sobre seu período no exílio ela conta:

fiz um doutorado em Economia Política, mas não era economista e depois a Economia não era um assunto que me fascinasse, eu sou muito mais simpática a História, inclusive inicialmente eu pretendia era [risadas] ser química industrial, mas a ditadura que não deixou, mas enfim... Eu sempre gostei de História, mas de Economia nem tanto. (PRESTES, A.L., 2022)

Para além da vontade – e não apenas vontade, mas compreensão da importância política – de não deixar os acontecimentos da Coluna Prestes esquecidos ou refêns da História Oficial, a atuação de Anita como historiadora é associada à preservação do legado de Prestes vinculado ao debate estratégico. Isso se evidencia quando ela localiza sua militância política como historiadora na luta ideológica contra o reformismo. Por esse motivo também a relação de seu caminho à História e sua trajetória no PCB, que é rompida justamente quando há essa divergência fundamental quanto a estratégia para a revolução brasileira.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos no primeiro capítulo os primeiros anos de Anita Prestes, como ela diz, sua “formação toda desde a infância foi rumo ao comunismo e ao marxismo”(PRESTES, A.L., 2022). Por conta da relevância política de seus pais, foi levada a viver em exílio mais de uma vez. Sua educação foi diversificada, alfabetizada primeiramente em espanhol, aprende o português ao retornar para o Brasil e depois o russo ainda no ensino básico para acompanhar a escola na URSS. Mais tarde este arcabouço linguístico seria importante para o contato com bibliografia diversificada, nos originais ou em traduções melhor conceituadas; além dos diálogos com os professores do Instituto de Ciências Sociais. Além disso, desde sua infância estava imersa numa cultura política comunista, seu convívio era majoritariamente entre pessoas próximas ao Partido e intelectuais, em especial nos anos em que esteve com seu pai, Luiz Carlos Prestes, então secretário-geral do PCB. Para além dos diálogos constantes com o pai a respeito do que se passava no país e no mundo, Anita reforça a importância de sua tia Lygia em sua educação e senso crítico.

O segundo capítulo é dedicado ao Partido Comunista Brasileiro e a análise dos seus principais documentos, desde sua fundação em 1922 até 1960. Busquei reconstituir e historicizar a origem da formulação da Revolução Nacional Libertadora e a solidificação desta estratégia nas décadas seguintes, contextualizando com os elementos mais candentes da conjuntura nacional e internacional que influíram no Partido. Foi possível observar que embora desde muito cedo falava-se da necessidade de analisar a realidade brasileira a partir de uma perspectiva marxista-leninista, a tarefa provou-se mais difícil na prática. Por muitos anos insistiu-se numa estratégia de revolução Nacional Libertadora, ainda que diferentes táticas e argumentos fossem utilizados para justificá-la a depender da conjuntura. Também busquei apresentar, no capítulo seguinte, mesmo que de forma apenas ilustrativa, as perspectivas que destoavam desta linha estratégica dentro do Partido e alguns exemplos de análises da realidade brasileira de fora do Partido que exprimiam outras leituras.

O último e terceiro capítulo justapõe a trajetória de Anita e a atuação do PCB. A partir dos antecedentes do golpe civil-militar de 1964 são introduzidas suas consequências para o PCB e para a trajetória de Anita. Na década de 60 a *Declaração de Março de 1958* permitiu que o Partido ampliasse sua política de alianças, expandisse sua relevância na sociedade e se girasse para a luta pelas reformas de base e para a atuação na Frente de Mobilização Popular. Enquanto isso, Anita Prestes iniciava seus estudos na Faculdade de Química na Universidade do Brasil, ganhava experiência enquanto quadro comunista organizando bases do Partido na

universidade e construindo a luta pela reforma universitária. O golpe faz com que o VI Congresso planejado para 1964 ocorra em 1967. A Revolução Cubana acende as divergências no PCB em relação a via a ser tomada para combater a ditadura e lutar pela revolução. Destacados dirigentes rompem com o Partido. Na sua primeira passagem pelo Instituto de Ciências Sociais (de 1966 a 1968), Anita escreve para sua monografia de conclusão de curso uma crítica às teses foquistas influenciadas pela Revolução Cubana. Destaca-se o contato com Prestes e os diálogos de ambos a respeito da bibliografia que estava sendo publicada que discutia o desenvolvimento econômico brasileiro. O período em que esteve clandestina (1968-1973) e reclusa de contatos também foi momento de estudar a História do Brasil.

A partir do AI-5 o PCB passa a caracterizar a ditadura como um regime fascista e o Partido se abre para refletir sobre a teoria do Capitalismo Monopolista de Estado, em voga na época. Anita, na sua segunda passagem pelo Instituto de Ciências Sociais, é destacada para estudar a respeito da fascistização do regime e “relacionar essa questão com a possível formação do Capitalismo Monopolista de Estado no Brasil, considerando, entretanto, suas particularidades, em especial a dependência do capital internacionalizado.” (PRESTES, A.L., 2019, p. 165), ela doutora-se em Economia Política a partir desta tese. Nos anos 70, grande parte do CC do PCB é presa e morta pela ditadura, levando muitos ao exílio, de forma que entre membros e suplentes havia 15 camaradas da direção na Europa. Na primeira reunião do CC na Europa, Anita é cooptada e passa a debater dentro do CC questões que já discutia com seu pai. A ‘questão democrática’ levanta o debate estratégico e formam-se três grupos dissonantes no CC: o núcleo europeu-ocidental (dirigido por Armênio Guedes que vieram a ser chamados ‘renovadores’), o núcleo moscovita (dirigido por Prestes) e o núcleo que se manteve no Brasil (dirigido por Giocondo Dias, que é quem sairá fortalecido e assumirá o secretariado-geral quando Prestes rompe com o Partido) (NAPOLITANO, 2014).

O ano de 1980 é marcado pelo retorno do CC para o Brasil com a anistia e o rompimento de Luiz Carlos Prestes com o Partido Comunista Brasileiro. A partir dos debates feitos país a fora sobre o conteúdo da *Carta aos Comunistas* viu-se a necessidade de embasar o debate político da *Carta* teoricamente. Disso, surge o artigo *A que herança os comunistas devem renunciar?* em que Anita realiza uma pesquisa dos documentos partidários e num exercício historiográfico reconstrói e critica a linha estratégica do PCB e conclui que “insistir, nos dias de hoje, na concepção de uma revolução nacional e democrática, que remova os obstáculos ao desenvolvimento capitalista independente e democrático constitui na verdade um anacronismo.” (PRESTES, A.L.b, 1980, p. 221).

Na procura por emprego, Anita envereda para pós-graduação em História e encontra na luta ideológica o caminho “de uma militância comunista que incluísse o apoio permanente a Prestes e às posições revolucionárias e antirreformistas por ele defendidas” (PRESTES, A.L., 2019, p. 268).”. Encara sua atuação como historiadora como uma contribuição para um senso-comum contra-hegemônico que ampare a construção de um bloco-histórico capaz de tomar o poder. Sua formação enquanto historiadora comunista se vincula ao debate estratégico do PCB à medida que ela se vale do estudo da História para se posicionar no debate estratégico e a partir das suas contribuições como historiadora busca consolidar o legado “revolucionário e antirreformista” de Prestes.

Terminar um trabalho de pesquisa não é algo simples. Muito ainda poderia ser melhor explorado e analisado. Avalio que este problema de pesquisa poderia ser enriquecido com uma pesquisa melhor esmiuçada da trajetória de Anita Prestes e com um levantamento de fontes mais variadas, poderiam ser consideradas: cartas trocadas, textos publicados nos jornais do PCB e outros meios de comunicação, sua produção acadêmica e serem feitas mais entrevistas tanto com a própria Anita quanto com outras pessoas que conviveram com ela. Da mesma forma, a respeito da história do PCB e do próprio contexto histórico brasileiro, poderia-se consultar uma bibliografia mais extensa da que pude ter contato. Apenas sobre o PCB, no transcorrer da pesquisa, foram feitas novas publicações que tive notícia mas não consegui acessar. No entanto, para tal, extrapolariam-se as necessidades de um trabalho de conclusão de curso e o tempo que temos para sua elaboração.

Ademais, creio ser importante ressaltar, de forma análoga ao que busquei fazer ao longo dos capítulos, o contexto em que este trabalho foi redigido. O projeto de pesquisa para esta monografia tinha pretensões bem diferentes, a ideia inicial era analisar a produção historiográfica de Anita Prestes e observar a apropriação e criatividade que a autora faz da tradição marxista em seus trabalhos, como ela se aproxima de seus referenciais teóricos e como se difere deles. Mas precisou-se alterar a orientação e a pesquisa nos levou a outro caminho. Também por conta disso, algumas questões que surgiram no decorrer da pesquisa não foram inseridas no roteiro da entrevista.

A respeito da escolha de Anita para a História, poderia-se questionar porquê a História e não outras disciplinas nas quais ela também poderia cumprir com a luta ideológica, ou mesmo se essa escolha tem relação com o convívio que teve com determinados intelectuais ao longo de sua vida. Além disso, sua produção acadêmica é centrada na história de Prestes, mas seria possível encontrar historiadores de confiança já habilitados para escrever essa história? Não seria mais simples do que buscar essa formação e ser talvez questionada pelo grau de

parentesco com seu objeto de estudo? Também seria relevante considerar se depois como uma historiadora madura ela teria outra visão a respeito da pesquisa que fez sobre a Coluna Prestes ainda quando seu pai estava vivo. Outro tópico interessante seria o posicionamento de Anita a respeito das agremiações e organizações que se formaram em torno da figura e do legado de Prestes. São questões que ficam em aberto e poderiam ser melhor respondidas e exploradas em outras pesquisas.

Ao realizar a pesquisa, muito aprendi sobre a história do movimento comunista no Brasil e do PCB, me surpreendi com a dimensão política que o Partido um dia teve e que hoje é tão fragilizada. Também foi interessante analisar a trajetória de Anita, que pouco conhecia.

Pensando problemas de pesquisa possíveis, acredito que seria relevante desenvolver investigações a respeito da produção historiográfica atual de Anita Prestes e de outros intelectuais que aderiram aos ideais prestistas numa perspectiva comparada às formulações dos partidos revolucionários mais proeminentes da esquerda brasileira hoje. Seriam necessárias muitas escolhas políticas de análise para determinar quais seriam os objetos da pesquisa, mas seria um caminho interessante para localizar as divergências atuais no debate estratégico do movimento comunista brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Sofia Vendramini. Marly Vianna: a trajetória política de uma militante comunista no início dos anos 1960 no Rio de Janeiro. 2021. 107 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Ufsc, Florianópolis, 2021.
- Antunes, R. C. (2012). Os comunistas no Brasil: as repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a Primeira Inflexão Stalinista no Partido Comunista do Brasil (PCB). Cadernos AEL, 1(2). Recuperado de <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2427>
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-192.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- CARONE, Edgar. O P.C.B.: (1922-1943). São Paulo: Difel, 1982. 1 v.
- CARONE, Edgar. O P.C.B.: (1943-1964). São Paulo: Difel, 1982. 2 v.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A Democracia Como Valor Universal. 1979. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/coutinho/1979/mes/democracia.htm>. Acesso em: 23 fev. 2023.
- CPDOC. PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB). Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>. Acesso em: 23 fev. 2023.
- CUNHA, Pedro Luiz da. **Partidos centenários : histórias e memórias do comunismo brasileiro entre PCB e PCdoB**. 2022. 61p. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Curso de História, UFSC, Florianópolis, 2022.
- DEL ROIO, Marcos. Octávio Brandão nas Origens do Marxismo No Brasil. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/07/ADelRoio.doc>. Acesso em: 11 dez. 2022.
- DEVEZA, Felipe. AS PARTICULARIDADES DA AMÉRICA LATINA E A QUESTÃO TÁTICA NA PRIMEIRA CONFERÊNCIA COMUNISTA LATINO-AMERICANA. Izquierdas, movimientos sociales y cultura política en América Latina, p. 79.
- FERREIRA, Jorge. O Partido Comunista Brasileiro e o governo João Goulart. Revista Brasileira de História (Online). São Paulo, v. 33, n. 66, 2013, p. 113-34. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v33n66/a07v33n66.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2023.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Contracorrente, 2020.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente**: e classes sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GORENDER, Jacob. **O PCB e sua atuação nos anos 50**: Waldir José Rampinelli entrevista Jacob Gorender. Revista Brasileira de História, [S.L.], v. 23, n. 45, p. 303-309, jul. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-01882003000100013>.

GRAMSCI, Antonio; TOGLIATTI, Palmiro. **A situação da Itália e as tarefas do Partido Comunista Italiano (PCI)**: teses de Lyon. Teses de Lyon. 1926. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1926/01/26.htm>. Acesso em: 20 fev. 2023.

HANDAL, Schafik. **O Poder, o Caráter, a Via da Revolução e a Unidade da Esquerda**. 1980. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/handal/1980/mes/esquerda.htm>. Acesso em: 20 fev. 2023.

STÁLIN, Josef. **A Questão da Estratégia e da Tática dos Comunistas Russos**. 1923. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/stalin/1923/03/14.htm>. Acesso em: 20 fev. 2023.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. (Orgs.) **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 167-182.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. In: ALI, Tariq (comp.). **Manifesto Comunista e Teses de Abril**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 9-58.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Sinfonia inacabada**: a política dos comunistas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999.

MONDAINI, Marco. **Há trinta anos, o eurocomunismo**. 2006. Disponível em: <https://gramsci.org/?id=535&page=visualizar>. Acesso em: 23 fev. 2023.

MORAIS, Fernando. **Olga**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. In: X ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/MG, 10., 1996, Mariana. **Anais do X Encontro Regional de História da ANPUH/MG**. Ouro Preto: Editora da Ufop, 1996. p. 92-100.

NAPOLITANO, Marcos. **No exílio, contra o isolamento**: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970. Estudos Avançados, [S.L.], v. 28, n. 80, p. 41-58, abr. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142014000100006>.

O VI Congresso da Internacional Comunista, Informe y Discusiones", Cuadernos de Pasado y Presente 67, 1978

PACHECO, Eliezer. O Partido Comunista Brasileiro: (1922-1964). São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Declaração Sobre a Política do PCB**. 1958. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>. Acesso em: 23 fev. 2023.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Informe de Balanço do Comitê Central VI Congresso**. 1967. Disponível em:
<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1967/12/informe.htm>. Acesso em: 23 fev. 2023.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Programa do Partido Comunista do Brasil**. 1954. Disponível em:
https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/programa.htm. Acesso em: 23 fev. 2023.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Resolução Política do V Congresso**. 1960. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1960/09/congresso.htm>. Acesso em: 23 fev. 2023.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Resolução Política do VI Congresso**. 1967. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1967/12/resolucao.htm>. Acesso em: 23 fev. 2023.

PEREIRA, Astrojildo. *Construindo o PCB: (1922-1924)*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1980.

PEREIRA, Astrojildo. *Ensaio histórico e políticos*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

PORTELLI, Alessandro. *História Oral e Poder*. *Mnemosine*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 2-13, 2010.

PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 103-130.

PRADO JR. Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PRESTES, A. L.. *A Formação do Capitalismo Monopolista de Estado no Brasil e suas Particularidades*. *Temas de Ciências Humanas*, v. 8, p. 41-77, 1980.

_____. *A Que Herança Devem Os Comunistas Renunciar?*. *OITENTA*, Porto Alegre, v. 4, p. 197-223, 1980.

_____. *Antônio Gramsci e o ofício do historiador comprometido com as lutas populares*. *Revista de história comparada (UFRJ)*, v. 4, p.06-18, 2010.

_____. *Entrevista concedida a Carolina Tucci de Carvalho em 03 de outubro de 2022*. Florianópolis, 2022.

_____. *O historiador perante a História Oficial*. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 01, p. 91-96, 2010.

_____. *Sobre os desafios do historiador marxista frente à escrita da História*. In: ALVES, Gracilda e HOFFMANN, Raquel (org.). *Memória: questões historiográficas e metodológicas*. Rio de Janeiro, Autografia, 2019, p.197-215.

PRESTES, Luiz Carlos. **Carta aos Comunistas**. 1980. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1980/03/carta.htm>. Acesso em: 23 fev. 2023.

RAMOS, Carlos Alexandre. A democracia no pensamento político dos comunistas brasileiros (1979-1983). 2013. 270 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Ufscar, São Carlos, 2013. Cap. 3.

SILVA, Angelo José da. Agrarismo e industrialismo: UMA PRIMEIRA TENTATIVA MARXISTA DE INTERPRETAÇÃO DO BRASIL. Revista de Sociologia e Política, [S.l.], n. 08, p. 43-54, june 1997. ISSN 1678-9873. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39318/24137>>. Acesso em: 11 dec. 2022.

VIANNA, Marly de Almeida G.. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicado: o tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. Cap. 3. p. 50-81.

“Tesis sobre el movimiento revolucionario en las colonias y semicolonias” in **VI Congreso de la Internacional Comunista**: primera parte (tesis, manifiestos y resoluciones). Ed. Cuadernos de Pasado y Presente, 66, México, 1977, p. 188-242.

ANEXOS**ENTREVISTA CONCEDIDA POR ANITA LEOCADIA PRESTES A PESQUISADORA
CAROLINA TUCCI DE CARVALHO, EM 03/10/2022**

Entrevista realizada via aplicativo de videoconferência

Pesquisa: “A busca por um projeto revolucionário viável: o conceito de história em Anita Prestes” (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História na UFSC)

Entrevistador: Carolina Tucci de Carvalho

Entrevistada: Anita Leocadia Prestes (85 anos)

Florianópolis, 03 de outubro de 2022

15h02min

CAROLINA - Oi Anita, boa tarde.

ANITA - Oi. Boa tarde, você já tá aí a postos?

CAROLINA - Tô aqui a postos, estava testando as questões da gravação também.

ANITA - Está me ouvindo bem?

CAROLINA - Estou te ouvindo bem.

ANITA - Você vai fazer gravação, né?

CAROLINA - Sim. É. A ideia é que a gente grave a entrevista para depois eu poder transcrever. Aí eu vou te mandar pra você dar o OK. Se tiver alguma coisa que você quiser tirar, a gente pode negociar e aí depois preciso do seu consentimento para eu poder usar a entrevista no TCC.

ANITA - Está bom.

CAROLINA - Então tá.

ANITA - Eu estou à disposição aí.

CAROLINA - Vou começar então. Só pra contextualizar um pouco, o trabalho de conclusão de curso que eu estou fazendo busca entender um pouco sobre a sua trajetória política vinculada a trajetória acadêmica. Na verdade o contrário, mais a trajetória acadêmica vinculada a trajetória política. Entender como você chegou a essas contribuições teóricas que você chegou, mesmo estando no PCB e naquele meio. Então essas perguntas que eu vou fazer, vão estar um pouco vinculadas a isso. Então eu vou começar perguntando sobre...

ANITA - Certo, antes de você perguntar eu vou fazer uma pergunta, curiosidade. Por que você foi escolher logo esse tema? Eu acho que teriam temas mais interessantes.

CAROLINA - Bom, eu sou uma militante organizada, milito na Juventude Comunista Avançada, que é vinculada ao Polo Comunista Luiz Carlos Prestes. Então eu tenho esse interesse político também, em estudar as tuas contribuições e a própria vida do Prestes, que é uma coisa que a gente acaba estudando bastante e o histórico do PCB. Então quando eu estava escolhendo o tema, eu estava entre estudar as três biografias que tem a respeito dos Prestes: a que tu escreveu, a do Daniel Araújo Reis e a biografia mais romanceada do Jorge Amado. Ou fazer um trabalho a respeito da tua contribuição historiográfica. E aí eu acabei tendendo a segunda. Primeiro porque na época eu estava muito encantada por teoria da história e historiografia, e aí eu quis ir mais por esse caminho e não tanto por um caminho que ia me fazer ler sobre biografias e disputa de memória, por isso acabei escolhendo o segundo. E também porque pensando na minha formação teórica eu acho que me valeria muito estudar os textos que eu vou ter que estudar pra fazer esse TCC. Porque também vou buscar estudar aquelas pessoas que tu coloca como referenciais teóricos, né? Então, o Gramsci, o Pierre Villar, alguns dos textos clássicos do Marx e do Lênin que eu já tenho lido. E aí eu quis unir o útil ao agradável assim [risadas].

ANITA - [risadas] Então está bom. O professor Paulo me falou um pouco a seu respeito. Apresentou né? Está certo. Está bom. Vamos lá. Vamos ver o que que eu posso ajudar.

CAROLINA - Certo. Bom, a primeira pergunta então é a respeito de quando tu esteve exilada na União Soviética, que você ingressou novamente no Instituto de Ciências Sociais, pra escrever agora o seu doutorado de Economia Política. Na tua autobiografia tu comenta um pouco sobre isso e fala que acompanhou o curso sobre o Capital que era ministrado pelo professor Anastácio Mansilla, que também a orientou no doutorado. Então eu queria saber um pouco mais sobre como funcionava esse curso, tinha alguma outra bibliografia que era debatida para além do próprio Capital? Como se deu esse debate nesse curso?

ANITA - Esse Instituto de marxismo-leninismo era a escola para os partidos comunistas irmãos, membros dos partidos comunistas. Tinham duas sessões, inclusive como a maioria dos camaradas eram clandestinos não tínhamos contato com o outro setor da escola que era para os membros dos partidos comunistas dos países socialistas. Então não tínhamos contato com os membros dos países socialistas. Nós eram os comunistas dos partidos comunistas dos países capitalistas, eram esses que estavam lá. Da Europa, da América Latina, Árabes, etcétera. Era interessante porque permitia contato com outros países, pessoas de países diferentes, trocar ideias... Todos enviados pelos partidos comunistas. Então o viés todo do curso era principalmente político. Estou te dizendo isso pra você ter uma ideia do que era esse instituto de marxismo-leninismo e situar o Mansilla inclusive. Os professores eram professores escolhidos a dedo, especialistas nas suas temáticas, mas comunistas, pessoas de toda confiança do Partido Comunista da União Soviética que era quem patrocinava aquele Instituto e aquele trabalho ali. Então, os cursos regulares geralmente tinham o de seis meses, um ano e dois anos. Dependendo dos interesses de cada partido comunista e da possibilidade também do membro ser mandado, tinha gente que não podia ficar dois anos, ficava um, enfim, era variado. Mas tinham quatro disciplinas que eram obrigatórias, que era: economia política marxista; filosofia marxista; história do PCUS, o Partido Comunista da União Soviética e história do movimento operário. Essas eram as quatro disciplinas obrigatórias, tinham algumas outras coisas, mas isso era o fundamental. Bom, eu tinha feito esse curso de dois anos no período 66-68, tinha feito um curso de dois anos, estudado todas essas matérias. Era um curso muito heterogêneo porque ia desde pessoas que tinham nível universitário até operários quase semianalfabetos, então era muito difícil, havia muito dogmatismo também nesse curso. Quando eu voltei já em 73, aí inclusive era um exílio já, porque eu estava sendo muito perseguida na clandestinidade em São Paulo. Então eu fui para lá, enviada pela assessoria do Comitê Central, me deram como tarefa estudar o problema do capitalismo no Brasil, das transformações que houve, inclusive essa teoria do capitalismo monopolista de

Estado que estava num certo modismo. Inclusive já tinha um camarada daqui, dessa assessoria, que já tinha estado lá, já tinha voltado há pouco tempo e tinha escrito uma tese sobre o capitalismo, os monopólios brasileiros, eu até cito essa tese aí no meu trabalho...

CAROLINA - Uhum.

ANITA - Ela não foi publicada, existia só lá no Instituto mesmo, aqui no Brasil talvez o autor tenha alguma cópia, não sei. Mas era um trabalho interessante sobre os monopólios do capital financeiro no Brasil, a formação, que era algo novo, não tinha sido estudado. Então eu fui pra lá com esse objetivo. Então era um curso especial que eu fazia e os próprios professores soviéticos lá do Instituto sugeriram que eu fizesse um doutorado. Eu nem estava interessada em doutorado porque eu era clandestina, o que que eu ia fazer com um doutorado? com esse título? [risadas] Eu nem estava interessada nisso, eu tava interessada em estudar o tema, compreende? Mas tudo bem, querem que seja doutorado, então vai ser doutorado.

Assim, eu não tinha propriamente aulas regulares a não ser com o Mansilla, que era o chamado 'curso d'O Capital' que ele dava basicamente em três meses de estudo intensivo. O Mansilla era um cara espetacular, pena que morreu cedo... Ele era espanhol. Você talvez saiba que no final da guerra da Espanha, que foi um verdadeiro genocídio, muita gente morreu e tinha muita criança orfã, não só de comunistas, mas de uma maneira geral, da população [emoção]. Então a União Soviética, em solidariedade, mandou navios inteiros, não me lembro quantos, pra buscar e trazer [emoção] essas crianças pra União Soviética e cuidar dessas crianças, porque elas estavam órfãs, abandonadas. O governo de Franco, governo fascista. Então entre essas crianças – ele já parece que não era tão criança, se não me engano ele já tinha 16 anos, era um adolescente – veio o Mansilla. Anastácio Mansilla. Lá essas crianças [emoção] foram muito bem tratadas, na União Soviética, não só alimentadas, estudaram, vários deles, grande parte, não sei se maioria ou minoria, fez curso universitário, trabalhavam, se estabeleceram. Inclusive viraram cidadãos soviéticos, a maioria deles casou com soviéticas, teve filho, inclusive era o caso do Mansilla. Quer dizer, viraram cidadãos soviéticos. O Mansilla fez a Universidade de Moscou, na Faculdade de Economia, que era considerado algo 'super super'. Era um cara, realmente, extremamente inteligente e um professor muito bom, a capacidade que ele tinha de transmitir era incrível. Então o curso d'O Capital dele era um negócio fantástico, como ele conseguia transmitir aquilo dialogando com o aluno. No caso, como naquele momento já tinham outros companheiros brasileiros que fizeram antes e depois esse curso com ele, mas no caso eu tava sozinha, eu tinha até certo ponto privilégio – se bem

que às vezes é melhor quando tem mais gente para debater, né? Então era eu e ele. A gente tinha bastante facilidade de conversar porque eu sabia russo, já tinha estudado russo lá na adolescência, ele falava russo muito bem, mas falava espanhol também e o meu espanhol também dava pro gasto. Então a gente se entendia ora em russo ora em espanhol. E o texto básico a gente estudava no texto russo, O Capital em russo, que era considerado a melhor tradução que existia d'O Capital, não sei se continua sendo considerado, mas antes era considerado. Eu até tenho aqui, comigo, que eu consegui trazer, meu exemplar em russo, os três tomos. Então a gente estudou aquilo detalhadamente. Olha, a aula sobre mercadoria que ele dava lá no início era um negócio fantástico. [inaudível] Agora depois, eu pensando, sobre naquele curso, realmente eu vejo... Deixa eu só desligar esse negócio aqui... celular sabe... fica bombando.

CAROLINA - Sim, ainda mais hoje depois do primeiro turno tá todo mundo mandando muita mensagem.

ANITA - É. O defeito dos cursos lá, inclusive esse do Mansilla era que se ficava só n'O Capital, só na economia marxista e não se estudava os autores do mundo capitalista, da economia burguesa, não se estudava. Então era aquilo, marxismo a gente aprendia, mas desligado de um diálogo com a economia burguesa, que eu acho que era um defeito, portanto. Na época eu não cheguei a perceber muito isso. Eu estava muito empolgada com o curso do Mansilla e tudo. E depois quando eu comecei a fazer a pesquisa mesmo sobre o Brasil, fazer a tese sobre o Brasil. Quer dizer, tinha o [filosofia?/inaudível] também que era um professor, um bom professor, a gente fazia mais consultas com ele. Ele me dava, me recomendava certa bibliografia, principalmente de Marx e Engels e a gente discutia, tirava algumas dúvidas, era assim. O meu curso era desse tipo, não era assistir aula propriamente. A não ser essas aulas muito especiais com o Mansilla. Depois que eu fui fazer a tese, o Mansilla ficou como orientador, mas tinha um outro professor, que eu acho que eu falo dele nas minhas memórias, o Oleg Tsukanov. Que era um economista também, professor da escola. Sabia perfeitamente português, um cara que era aliás poliglota, sabia muitas línguas, mas português sabia muito bem. Já tinha estado no Brasil algumas vezes, conhecia muito bem o Brasil. Conhecia os economistas brasileiros, conhecia inclusive Celso Furtado, quer dizer então, um defeito que o Mansilla tinha era que ele não conhecia a bibliografia brasileira e o Oleg conhecia bastante, até porque ele sabia bem português e comprava quando vinha ao Brasil. Então realmente me ajudou bastante nesse sentido. Então eram os dois, embora o Mansilla fosse o orientador

oficial, mas o Oleg Tsukanov me ajudou... viramos amigos né... viraram inclusive amigos. O Mansilla morreu logo depois, mas o Oleg morreu mais recentemente. E então esse pessoal que me orientou. A gente tinha outros professores também que a gente trocava ideia, discutia, tinha o Instituto da América Latina, tinham vários professores lá que eu também conheci e tinham os brasileiros. Alguns companheiros brasileiros, eu cito alguns, que tem aí no meu livro também, a gente discutia essas teses, e com meu pai também que estava em Moscou nessa época, Secretário Geral, também estava interessado né. Então trocava essas ideias, lá tinha toda facilidade pra isso. Então a gente conversava bastante. Daí que eu fiz a tese, o título era “Capitalismo Monopolista de Estado Dependente no Brasil”. Eu acho que é um trabalho interessante. Eu não publiquei porque, primeiro, eu não era economista profissional, fiz um doutorado em Economia política, mas não era economista e depois a Economia não era um assunto que me fascinasse, eu sou muito mais simpática a História, inclusive inicialmente eu pretendia era [risadas] ser química industrial, mas a ditadura que não deixou, mas enfim... Eu sempre gostei de História, mas de Economia nem tanto. Então eu concluí, e pra publicar a tese precisaria estudar bastante mais, fazer uma pesquisa maior, estudar uma série de assuntos e eu pessoalmente não estava tão interessada nisso. E então deixei de lado, ainda escrevi um artigo que saiu... talvez você tenha visto... saiu naquela revista lá de São Paulo... esqueci o nome...

CAROLINA - Sim.

ANITA - Esqueci o nome da revista.

CAROLINA - Acho que é revista Temas, Temas de Ciências Sociais, e aí tem o artigo com o mesmo nome que a tese, só que eu acho que é só um resumo do primeiro capítulo.

ANITA - Exato, é um resumo só. Saiu até por muita insistência do professor Nelson Werneck, ele insistiu muito. Mas ele também não tinha lido a tese. Eu tenho aqui uma cópia da tese, em português inclusive. Mas realmente ela precisava ser muito, muito melhorada, muito revisada. E a ideia fundamental é interessante. Quer dizer, o processo que houve naqueles anos sessenta, setenta, é muito difícil marcar uma data exata, mas a partir do governo Juscelino Kubitschek, o capitalismo se desenvolveu rapidamente no Brasil, se formaram monopólios nacionais, monopólios estrangeiros já estavam aqui. Mas investiram na indústria, principalmente automobilística e esses investimentos na indústria automobilística do capital estrangeiro foram muito importantes nessa época do governo Juscelino. E então houve uma

aproximação e uma fusão entre monopólios nacionais, estrangeiros, o estado brasileiro e o latifúndio subordinado a isso sendo transformado. Hoje, por sinal, eu acho que não tem sentido falar em latifúndio com o caráter que tinha na época, hoje em dia você tem o agronegócio, dominando na agricultura. Quer dizer, aquelas grandes extensões de terra no fundamental se transformaram em grandes empresas capitalistas monopolistas, inclusive. Algumas de capital nacional, outros estrangeiros, mas sempre com uma articulação muito grande. Então, essa articulação sempre dependente do capital estrangeiro, dos monopólios nacionais, dos monopólios internacionais, é que eu acho que é interessante entender, chame-se ou não capitalismo monopolista do estado, que é uma tese que andou muito em moda naqueles anos setenta, o pessoal do Partido Comunista Francês, Italiano, principalmente francês, trabalharam muito com isso, depois foi criticado, foi deixado de lado, entendeu? E agora há pouco tempo, um ano, dois atrás, eu vi que começou a voltar, tiveram alguns autores ali da Europa novamente falando em capitalismo monopolista de estado, mas eu realmente não tive nem tempo de me aprofundar nisso, li uns dois artigos a respeito, que estavam voltando com essa tese. Então, quer dizer, a ideia central era essa articulação entre monopólios nacionais que passaram a existir, monopólios capitalistas, monopólio estrangeiros, estado e a grande propriedade da terra, tudo isso dependente do capital estrangeiro, do monopólio estrangeiro, do capital financeiro internacional, eu acho que é uma tese interessante pra gente entender essas mudanças significativas que ocorreram na economia brasileira e que a ditadura acelerou esse processo. Quer dizer, o golpe de sessenta e quatro e a ditadura que veio depois foi em certa medida necessária para controlar o movimento operário, os movimentos populares e impedir, aquela onda que estava aqui de greve, os movimentos, protestos, aumento salarial, etc., com isso eles conseguiram reprimir, entendeu? Um regime marchando para o fascismo e depois eu considero que realmente foi fascista, principalmente a partir do AI-5, ainda que seja difícil marcar uma data exata. E justamente um regime desse tipo para poder assegurar essa transformação, senão não conseguia assegurar sem muito autoritarismo, sem muita repressão não conseguia levar à frente essas medidas que permitiram que o capitalismo, chamemos assim monopolista de estado dependente, se estabelecesse no Brasil. Então não sei se mais ou menos eu respondi a sua pergunta.

CAROLINA - Sim, respondeu sim. Eu estou deixando o microfone fechado enquanto tu fala pra não dar interferência. Está bom? Mas eu estou ouvindo aqui. Certo, então justamente a próxima pergunta ia um pouco nesse sentido que já estava caminhando. Porque tenho muito interesse em saber como que foi esse processo durante o fim da década de setenta para chegar

em 1980 e tu publicar aquele texto, “A que herança os comunistas devem reunir?”, em que você critica muitas questões ali em relação ao posicionamento do PCB e aí queria entender justamente se essa tese que tu escreveu sobre a formação do capitalismo monopolista do estado no Brasil foi importante para o embasamento pra escrever esse texto que funciona quase que como um texto teórico histórico complementar a carta do Prestes, né?

ANITA - É verdade, realmente foi um texto complementar até porque não há nada como a prática, né? Desde a Europa, meu pai estava decidido a lançar um documento, que afinal a gente chamou de Carta aos comunistas. O exílio teve muitas desvantagens, mas como tudo na vida teve suas vantagens também porque permitiu maior debate no Comitê Central. Porque aqui naquela situação de extrema clandestinidade era muito difícil, reunia de vez em quando, com muita, muita repressão. Então era muito difícil reunir, discutir, as pessoas do próprio Comitê Central não tinham convívio. Não era possível com a repressão, principalmente depois do AI-5, era praticamente impossível, era muito difícil. Então na Europa, com os países socialistas dando todas as condições, ficava muito mais fácil. Você podia reunir quinze dias direto lá. Os soviéticos, os húngaros, qualquer um daqueles partidos comunistas ali, cediam logo um palácio pra gente se instalar e ficávamos lá quinze dias debatendo se quiséssemos. Com todo conforto e com todas as condições, então isso facilitou. Além de que permitia que Prestes – e eu inclusive que era novata ali naquele Comitê Central – conhecesse melhor aqueles membros do Comitê Central que não se conheciam. Ele mesmo não conhecia direito porque os contatos eram muito estreitos e o pessoal se posava muito pra ele. E por outro lado também debater os problemas. E o Prestes, como eu mostro na própria biografia dele e noutros textos, desde 58 ele tinha questionamentos em relação aquela linha do partido. Porque teve um período em que a gente realmente acreditava que era correto, aquele etapismo, a revolução nacional e democrática, aquilo era muito forte, muito arraigado. Aliás, no movimento comunista aqui na América Latina, não era só no Brasil, era muito arraigado. Então não foi fácil vencer aquilo. Mas aí durante a década de 60 o Prestes já estava bastante convencido que aquilo estava errado e que tinha que mudar, né? E ao chegar em Moscou (ele foi pra lá em 71) tornou mais fácil ele ter contato com bibliografia e estudar; porque aqui na clandestinidade que ele tava trancado a sete cadeados não só não tinha com quem discutir como também era difícil conseguir a literatura, tudo isso ficava muito dificultado. E lá não, inclusive porque minhas tias mandavam todos os livros novos que saiam, tudo isso era mandado, recebia-se. Então a gente tinha acesso, ele tinha acesso, depois eu fui pra lá também e a gente tinha acesso a toda aquela produção que foi bastante grande naquela naquela virada

dos anos sessenta para setenta. Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Florestan Fernandes, uma série de autores publicando. E a gente procurava ler isso, acompanhar e discutir. Então isso contribuiu muito também pra minha tese. Não foi do vazio que surgiram essas ideias. Tudo isso contribuiu para que também ficasse mais claro, para o próprio Prestes, qual era a posição daquele Comitê Central, que era uma posição de atraso, de ser arraigado e de não admitir qualquer mudança, fidelidade eterna àquela orientação política que tinha sido aprovada no VI Congresso. Basta dizer que a minha tese, depois que eu defendi com a ajuda dos soviéticos, eu reproduzi um número necessário para entregar um exemplar para cada membro do Comitê Central, todos eles receberam, e ninguém quis discutir, se recusaram a discutir, não estavam interessados em nem tomar conhecimento. Então, [risadas] assim, era um atraso, uma burocracia, sabe? Havia muito medo de perder aqueles cargos, estavam numa bobagem muito grande, mas era isso. Pessoas envelhecidas e sem disposição de mudar. Isso foi ficando cada vez mais claro. Quando chegou aquele ano de 79, inclusive com aquele episódio que houve, da cocaína, que eu também escrevo, tudo isso, digamos, escancarou mais ainda o que era aquele Comitê Central e o Prestes estava decidido a romper. Só que ele não queria romper sem voltar ao Brasil primeiro e discutir com a militância. Porque já estava se falando em anistia, nós já estávamos no início de 79. Então ele preferiu... Ele passou inclusive a não participar mais das reuniões do Comitê Central, não aceitava mais nenhum contato com o Comitê Central e era o que mais o Comitê Central temia, a ruptura, que ele rompesse. Porque a figura que realmente sustentava aquele Comitê Central era o Prestes, na hora que ele rompesse o Comitê Central praticamente acabava, e foi o que aconteceu. Então tudo isso eu também estava acompanhando até porque eu tinha sido cooptada pelo Comitê Central. Porque muita gente tinha sido liquidada, tinha morrido, estavam muito reduzidas as fileiras do Comitê Central, estava precisando de gente pra trabalhar e que trabalhasse – até porque grande parte daquele pessoal do Comitê Central não fazia coisa nenhuma. Nem pra escrever os documentos não serviu. Então isso contribuiu também para que as coisas ficassem mais claras para mim. Aí quando a gente voltou pro Brasil, em outubro de 79, o Prestes estava decidido realmente a escrever o documento. Só que a gente deu um tempo, conversou com milhões de pessoas, não só militantes, velhos, jovens, mas pessoas também que não eram nem do partido, todo mundo que procurava ele conversava. Para se ter uma ideia, botar os pés no chão e conhecer melhor qual era a situação, o que que as pessoas estavam pensando. E aí, a partir disso, partiu logo no início de oitenta pra escrever a Carta, a gente conversou bastante sobre isso, eu com ele, mas também com algumas outras pessoas, né? E afinal, publicamos a carta, que foi um certo escândalo na época. Mas aí no próprio debate porque foi um momento

de uma certa abertura, embora ainda estivéssemos numa ditadura, uma certa abertura. Então a gente recebia, inclusive eu, recebia muito convite para reunir com as pessoas e discutir a carta. Então eu me lembro, fiquei aqui entre Rio e São Paulo, fui várias vezes a São Paulo, discuti com muita gente em São Paulo e aqui no Rio também principalmente os *estudantes*, os jovens, os mais interessados eram os jovens como costuma ser em geral. E o Prestes viajou pelo Brasil todo. E aí foi ficando mais claro pra gente que precisava dar mais embasamento teórico para Carta e aí que eu escrevi o artigo. Claro que eu não escrevi o artigo sozinha, eu escrevi consultando meu pai, discutindo com ele e ele aprovando também. Mas eu procurei estudar mais a história do Partido que eu também não conhecia tanto assim. Então procurei aqui a literatura, a bibliografia existente na época, que não era muita e daí que ficou claro – a gente já sabia disso –, mas ficou mais claro ainda que o Partido tinha uma estratégia errônea que vinha desde a década de 20, essa da revolução nacional e democrática, e que essa estratégia justamente por ela ser errônea ela tinha várias consequências graves. Uma é que as táticas toda hora mudavam. Ora vai pra esquerda, ora vai pra direita. Tava sempre se fazendo autocrítica de uma tática que tinha sido usada ou porque era esquerdista ou porque era direitista, né? Isso é uma coisa. E outra que o Partido que se fundiu, que se organizou e depois se reorganizou em 43, né? Porque em 40 o Partido foi praticamente liquidado, a direção foi toda presa, né? Então em 43 na Conferência da Mantiqueira foi eleita uma nova direção e um novo grupo dirigente, algo que tanto Lênin dava muita importância como Gramsci. Então esse grupo dirigente, imbuído por essa tese da Revolução Nacional e Democrática e naquele momento do apoio a Getúlio Vargas, apoio incondicional inclusive, que o Prestes na prisão criticou e diz apoio tudo bem aí na luta contra o fascismo, mas não apoio incondicional’, eles botavam ‘na guerra ou na paz apoio incondicional’, Prestes combateu essa tese que tinha sido aprovada na Conferência da Mantiqueira e estava preso nesse período, 43. Mas então o Partido que surgiu, os membros que surgiu, os militantes do Partido foram formados nessa ideologia. Quer dizer, a organização não existe solta no ar, a organização é para realizar uma determinada política, para isso que você organiza. Se a política é errada, a organização também vai ser. Então isso pra mim ficou muito claro na época, mais claro do que já estava ainda na Europa. Que essa estratégia errada tinha tido essas consequências. De levar a que o partido que existia né? Era um partido muito mais voltado para uma aliança com a burguesia e uma revolução nacional, uma revolução nacional libertadora do que uma revolução socialista. Quer dizer, a militância não se formava com esse objetivo. Tem até uma frase do Prestes em que ele diz isso. Então é a partir disso que a gente achou que era necessário esse artigo ‘A que herança os comunistas devem renunciar?’, seria importante como um embasamento a partir do

conhecimento da história do Partido, um embasamento pra Carta aos Comunistas e realmente na época teve uma repercussão muito grande desse documento. Não só saiu na revista Oitenta, mas antes de sair na revista Oitenta foi-se reproduzido aos montes aí, uma porção de gente reproduziu, teve muita repercussão. Isso levou em grande parte – tanto a Carta como esse artigo – a se formarem aqueles comitês prestistas, né? Enfim, houve uma movimentação bastante grande, principalmente naquele ano de 80, 81, 82, né? Em função desses documentos e dessas posições aprovadas. Então, não sei se tem alguma pergunta em relação a isso.

CAROLINA - Tiveram alguns textos preparatórios para escrever esse artigo final assim ou...?

ANITA - Não, não. Textos preparatórios propriamente não. Eu li muitos textos do que existia na época, que não era muita coisa. De lá pra cá realmente foi produzido muita coisa sobre o Partido Comunista Brasileiro. Mas na época não tinha muita coisa pra consultar não. Foi no que tinha. Documentos do Partido, né? Da época e tal. Foi por aí.

CAROLINA - Certo, outra questão ainda a mais sobre esse texto... Nessa época eram correntes também as teses eurocomunistas, inclusive mais pro final ali do texto tu cita e critica em especial a que diz respeito à democracia como valor universal. E o Gramsci, que é uma pessoa que depois você cita bastante – acho que quase todos os trabalhos que tu publica recentemente tem Gramsci sendo citado – ele era usado pelos eurocomunistas, né? E aí eu queria saber como foi o contato com esse autor e como você diria que podem ter resultado em leituras tão diferentes, né? As tuas que tu faz hoje em relação ao Estado e como tu analisa hoje a realidade brasileira e as teses eurocomunistas da época.

ANITA - É, na época, anos setenta na Europa, o eurocomunismo estava muito na moda, né? Principalmente através do Partido Comunista Italiano e seu secretário geral, Enrico Berlinguer. Mas também com reflexos muito fortes no Partido Comunista Espanhol e em certa medida no Partido Comunista Francês, embora menos, em geral na Europa, naqueles partidos comunistas europeus. E aqui na América Latina algum. Essa é uma das coisas que eu discordo muito do PCB atual, que dá uma *importância* que faz parecer que quando eles romperam – esse pessoal que está no PCB atual – com o PPS naquela ruptura que houve, que o eurocomunismo estava dominando o partido. Longe disso, o eurocomunismo penetrou junto a um grupo de intelectuais, alguns do partido e outros fora do partido, esses ficaram encantados com o eurocomunismo, mas o grosso do partido nem sabia o que era. E mesmo aquela

maioria dos membros do Comitê Central eram muito atrasados, ninguém conhecia Gramsci e nem sabia o que era o eurocomunismo nem gostava de eurocomunismo. No Comitê Central, eurocomunista mesmo era o Armênio Guedes e a Zuleika Alambert, que era esposa dele e acompanhava. Era só isso, não tinha mais nenhum eurocomunista no Comitê Central, todo mundo ali... ninguém era simpático ao eurocomunismo. Então é uma falsificação total considerar que o Comitê Central era eurocomunista. Não era. Tanto não era que o Armênio Guedes que queria impor algumas das teses eurocomunistas criou ainda lá na Europa aquela assessoria em Paris, *aí sim*. Ele convidou quem? Aqueles intelectuais que eram eurocomunistas: Leandro Konder; o Francisco Carlos Coutinho; o Antônio Carlos Peixoto, que era aqui do Rio de Janeiro. Tinham vários intelectuais, exilados, na Europa, que aí realmente eles constituíram junto ao Guedes essa assessoria do Comitê Central que era pra ver se conseguia introduzir nas nas resoluções do Comitê Central teses eurocomunistas. Tentaram e de todo jeito o Prestes rebatia e em geral não conseguia por causa disso. Porque o Prestes se colocava contra e o Comitê Central não queria muito brigar com o Prestes. Porque tinha-se muito medo justamente que o Prestes se afastasse. Porque isso seria um desgaste muito grande pro Comitê Central. Como foi na hora que ele tomou essa medida. Não sei se você leu, eu escrevi um artigo no blog da Boitempo sobre os chamados renovadores que eram esses [risadas] eurocomunistas brasileiros, aqui se chamavam renovadores. E agora deve sair um livro, uma coletânea de textos... O Instituto Caio Prado Júnior vai publicar um livro que me convidaram a escrever um texto aprofundando mais. Mas esse texto que está publicado no blog da Boitempo tá também no nosso site, no Instituto Luiz Carlos Prestes. Sobre os renovadores, os autodenominados renovadores. Que era o Coutinho, o Leandro Konder, aqui no Rio de Janeiro tinha o Werneck, o chamado Werneckinho, tinha o David Capistrano Filho, era importante lá em São Paulo, enfim tinham vários desses intelectuais, alguns do Partido outros não do Partido, que se intitulavam renovadores... Ah tinha até, outro dia tava relendo o livro dele, o Santos aqui do Rio que também publicou dois livros sobre a renovação do PCB, não sei se você conhece, são livros ainda da década de oitenta, noventa e também vai um outro renovador tinha sei lá uns dez no máximo quinze intelectuais desse tipo que no mês da intelectualidade tiveram uma certa influência, mas não no grosso do Partido nem mesmo no Comitê Central. Tanto que o Comitê Central depois que volta da Europa num primeiro momento enfrentou a luta contra o Prestes, porque o Prestes estava perturbando com aquela Carta aos Comunistas e logo depois contra os eurocomunistas, tanto que o Armênio Guedes teve que sair do Comitê Central, ele e a Zuleika saíram. E no jornal deles, a Voz da Unidade, que no início foi dirigido por esses renovadores, também os renovadores foram postos pra

fora. Então essa influência eurocomunista, eu avalio assim, foi muito presente, teve uma certa influência no meio da intelectualidade de esquerda no Brasil. E de alguns intelectuais do próprio PCB. Mas foi um negócio limitado. Você não pode dizer que tenha abarcado todo Partido nem que aquele Comitê Central que virou PPS fosse um Comitê Central eurocomunista. Nem o Roberto Freire era eurocomunista. Roberto Freire nem sabia o que era isso. Era um ignorante de marca maior [risadas]. Ele não sabia. Agora, eu em particular, fui estudar Gramsci aqui no Brasil. Porque um dos defeitos lá da escola da União Soviética é que não se estudava Gramsci. Por incrível que pareça, mas é verdade. Não se estudava Gramsci. Aliás, não se estudava ninguém a não ser Marx, Engels, Lênin. Stálin também já tinha sido banido e Trotsky também. Eram esses que a gente estudava. E autores soviéticos que interpretavam esses tempos. Alguns bons outros nem tanto. Então do Gramsci eu conheci alguma coisa, mas fui estudar mais mesmo aqui no Brasil porque ele tinha contribuições interessantes pra gente considerar. Agora, o eurocomunismo é uma falsificação do Gramsci, eu diria. Porque você tem que levar em conta que a obra do Gramsci, principalmente os Cadernos do Cárcere, que é a obra fundamental, é uma obra toda picotada, escrita na prisão aos pedaços, ele mesmo não pretendia publicar aquilo, não foram textos preparados para publicação. Então, se você ler a obra do Gramsci, você tem que juntar aqueles pedaços, não é uma leitura fácil, né? E existe muito o perigo de absolutizar uma determinada declaração dele em algum momento desligando do resto. Quer dizer, você precisa levar em consideração o conjunto da obra dele. E se presta a deformações. Então, justamente, eu acho que a principal concepção é errônea. Quer dizer, uma concepção reformista, na realidade é isso, adotada pelos eurocomunistas, primeiro da Itália, do Partido inclusive, é a ideia de que você desenvolvendo a democracia... É justo lutar pela democracia, mesmo a democracia burguesa, mas é justo lutar pela democracia burguesa para acumular... o proletariado, os trabalhadores, acumularem força pra poder chegar na tomada do poder e na revolução. Porque sem tomada do poder, sem revolução não tem democracia burguesa [risadas] que vá acabar com o capitalismo, com a propriedade privada e com a exploração capitalista. E o Gramsci em nenhum momento diz isso, pelo contrário. Inclusive quando o Gramsci desenvolve aquelas teses da guerra de posição e do assalto, ele deixa bem claro que a guerra de posição é para acumular forças e que chega um momento em que tem que dar o salto revolucionário, ou seja, tomar o poder para realmente realizar a revolução. Só que ele não diz isso tudo muito certinho num determinado lugar, né? Então, você tem que juntar os pedaços para conseguir entender a concepção do Gramsci. Inclusive o Gramsci o tempo todo afirma que é leninista, que ele está seguindo Lênin. O Ilitch, como ele diz. Porque também frequentemente fala por metáforas porque ele

está preso, na prisão fascista, tem que levar em conta isso também. Então realmente, eu sempre falei isso pros meus alunos, não é uma leitura simples a leitura do Gramsci. Tem o livro, eu até dei um curso aí há onze anos atrás, poucos anos atrás, sobre Gramsci na pós-graduação. Peguei um livro do Nelson Coutinho mesmo sobre estudar Gramsci, não sei se você conhece, uma capa amarelada assim. Eu até tenho aí posso te mostrar...

CAROLINA - Não.. Acho que o que eu geralmente vejo é aquele Roteiros para Gramsci do Guido Lorigi.

ANITA - Exatamente, Roteiros para Gramsci. Esse livro é interessante porque embora eu discorde das interpretações que o Carlos Nelson faz, ele fez uma seleção de textos que ajuda bastante. Então ia discutindo aqueles textos com meus alunos e acrescentava às vezes outros trechos do Gramsci, tinha também texto do Hobsbawm. Enfim, a gente foi organizando a discussão. Porque ali tem, digamos assim, os textos que abrangem talvez as principais teses dele, então a gente fez o curso todo discutindo, pessoal gostou e tal, pra dar um encadeamento e tentar entender qual era o pensamento do Gramsci e não pegar assim uma frase isolada. Aliás, com nenhum autor deve se fazer isso, né? Se você pegar uma frase solta e citar, você pode encontrar a frase pra provar o que você quiser, né? [risadas] Porque dependendo do contexto, o que que a pessoa disse, né? E no caso do Gramsci piorou, dadas as próprias condições em que essa obra foi realizada, né? Então eu vejo isso. Hoje em dia, há alguns anos já, tem uma professor lá da Universidade de Uberlândia, Ana Maria Said, não sei se conhece, que tem um livro bastante interessante em que ela tem um capítulo que critica esses eurocomunistas brasileiros. Há pouco tempo estabeleci contato com ela, é uma pessoa interessante porque ela é uma das poucas que não vai na onda, desses eurocomunistas brasileiros, como era o caso do Nelson, do Leandro, que variavam também a fala de acordo com a plateia. O Nelson Coutinho é um cara muito inteligente, sem dúvida e com uma boa base, né? Mas uma base eu acho que reformista, no fundamental reformista. Embora ele tivesse conhecimento e conhecesse bastante a obra de Gramsci, sem dúvida, inclusive ele morou na Itália estudou bastante as obras de Gramsci.

CAROLINA - É, acho que é um grande problema é quando a gente não lê na totalidade e aí quer pegar pedaços assim, né? E aí também desconsidera o próprio contexto histórico em que aquilo foi escrito, né? Coloca como se fosse um... Coloca uma situação ali pra justificar a política que você tá defendendo na hora e fala que é isso.

ANITA - É, exato! Muito autor faz isso. Pega uma citação de alguém lá e encaixa no que ele tá pensando, né?

CAROLINA - Sim.

ANITA - E então você pode encontrar citação pra tudo, né? Em determinados autores, o problema é ver exatamente o contexto. E no caso do Gramsci é particularmente difícil, por causa disso, porque é uma obra que ele não escreveu para publicar, escreveu em situação muito difícil, numa prisão fascista na Itália. Então, tudo isso tem que se levar em conta.

CAROLINA - Sim. Indo nessa onda, falando sobre dogmatismos, né? Acho que justamente nesse texto, critica-se muito o dogmatismo e a cópia de modelos estrangeiros. Mas mesmo assim, naturalmente, tuas referências teóricas mais citadas são pensadores estrangeiros, Marx, Engels, Lenin, Gramsci e Pierre Villar, que são os que constantemente tu coloca. Então como tu diria que é possível se valer dessas referências sem cair em esquematismos? Quais intelectuais do Brasil que fazem esse trabalho de não cair em esquematismo de modelos estrangeiros?

ANITA - Bom depende do assunto, do tema, né? Por exemplo, a Ana Maria Said, eu gostei do livro dela, acho que é interessante porque embora ela conhecesse pouco – o livro já existe há algum tempo, uns dez anos, por aí – ela não estava muito informada sobre a história do PCB, mas a crítica que ela faz ao Carlos Nelson Coutinho e aos eurocomunistas achei bastante significativa. Agora eu acho que realmente poucas pessoas, eu pelo menos não conheço, quem se ocupou assim teoricamente de rebater os eurocomunistas aqui no Brasil. Não conheço, não sei. Assim, teóricos que tenham se preocupado em realizar esse tipo de trabalho. Acho que não. Acho que é o contrário. O eurocomunismo aqui teve muita penetração na intelectualidade, repito, na intelectualidade, não no Partido Comunista. Eu acho que é isso.

CAROLINA - Como tu acha, por exemplo, que é possível se dedicar a uma teoria, escrever ciência, fazer ciência, sem cair nesses esquematismos? Que muitas vezes a própria academia induz a gente a fazer? A pegar alguma referência e só ‘aplicar isso nesse caso’?

ANITA - É, aí não... quer dizer, é muito difícil, dar conselho, mas tem que levar em conta, pro historiador... É História que você está fazendo, né?

CAROLINA - Isso, é História.

ANITA - Com o Paulo é História. Isso... Levar em conta o maior número possível de informações. Eu acho que isso é fundamental. Quer dizer, você vai estudar um determinado caso, um determinado momento histórico, enfim. Um fenômeno histórico, né? Você levar em conta o maior número possível de fatores que estavam em torno, ou determinando aquele acontecimento. Eu acho que isso é fundamental. Claro que sempre pode haver engano. Por isso a ciência está sempre avançando. Uma coisa que você escreveu hoje daqui a dois anos pode não ser mais válida porque apareceram documentos que revelaram outra coisa. Então o trabalho com documentos é muito importante. Quando a gente diz documento, documento de todo tipo, né? Oraís, escritos, objetos, cinema, os mais variados. Hoje em dia a História aceita todo tipo de objeto né, um objeto histórico, de memória. E aí trabalhar com isso pra ter o maior número possível de informações e tem que ter uma teoria. Por isso que eu gosto muito do *Ciro Flamarion Cardoso*. Não sei se você conhece, o *Ciro*? Hoje em dia naquele... aquele blog *Marxismo 21*? Não sei se conhece.

CAROLINA - Eu já vi alguma coisa mas não tenho muita familiaridade.

ANITA - É. Ali tem uma vantagem que tem uma quantidade muito grande de textos marxistas dos mais variados. Desde os teóricos do marxismo passando pelo *Flamarion Cardoso*, enfim os mais diferentes autores. Estão ali, a grande parte já em português, você vai lá no link e tem o texto, pode imprimir, então isso facilita bastante. Então, realmente hoje em dia você tem acesso mais facilitado. A internet ajuda muito, basta dizer que você pode pesquisar documentos, os mais variados, até em outros países e tudo, pela internet. Mas eu estava falando do *Ciro* e de teoria. Quer dizer, sem teoria você não pode fazer uma pesquisa séria em História. Me restringindo a História. Porque os fatos, tudo bem... os documentos como diz o *Pierre Villar* 'não existe história sem fatos', né? Tem que ter os fatos. Conhecer o maior número possível de informações sobre aquele objeto que você está estudando. Mas você tem que ter uma teoria para poder fazer uma análise e formular hipóteses, senão você fica perdido. Isso que os alunos, quando a gente está dando aula eu acho que é muito importante frisar. Hoje em dia não se dá importância a metodologia, viu? Na academia com essa questão do

pós-moderno... os pós-modernos não dão a menor importância e tudo é narrativa, né? Então cada um narra o que acha por bem e acabou-se. Então isso é muito anticientífico na minha opinião, aliás não só na minha, mas do Ciro, né? Mostra, justamente, na Introdução à História, não sei se você conhece, um livrinho do Ciro, que por sinal tem aí também o link dele no Marxismo 21... não sei se está esgotado... se ainda existe, provavelmente na Estante Virtual deve existir. É um livrinho, uma introdução à história em que ele justamente mostra como é importante para pesquisa do historiador ter uma teoria. Porque a partir da teoria conhecendo os elementos fatuais ele vai poder elaborar as hipóteses e trabalhar com as hipóteses, senão ele vai ficar perdido, catando no meio de um mundo de informações e sem dirigir essas informações para um determinado destino. E inclusive a hipótese pode estar errada, ele pode descartar uma hipótese, isso vai ajudá-lo a formular outra, talvez mais correta, né? Hoje eu vejo, por exemplo, no meu programa de pós-graduação, que até tem professores de esquerda, mas a metodologia... pessoal não ensina mais teoria, não precisa mais de teoria... eu vejo os alunos que debatem comigo daí depois, eles descobrem a pólvora quando ficam sabendo que precisa ter teoria. Eu já tive discussão aí com uma aluna... Discussão amistosa, que ela estava pensando que metodologia era teoria, eu disse 'não' – no caso lá a nossa pós-graduação é de História Comparada – 'História Comparada é um método, uma metodologia de pesquisa, mas a teoria é outra coisa, você pode ter teoria marxista, teoria neoliberal, tem vários tipos de teoria, mas tem que ter uma teoria'. Mas eu vejo inclusive teses... Como eu sou bolsista do CNPQ, de vez em quando recebo pedido de parecer de algum trabalho de doutores e mestres e tal. *Olha* a teoria hoje em dia é algo extremamente desprezado. Ninguém dá bola mais, não precisa de teoria, no fundo é isso. A história é narrativa. Você descobre lá alguns documentos e faz uma narrativa em torno daqueles documentos. E considera que isso é História.

CAROLINA - É, o meu professor de teoria falava pra gente assim 'se vocês não pensam a teoria a teoria pensa você'. Porque daí você acaba produzindo alguma coisa que nem você sabe o que está fazendo ali. Qual a questão que está sendo...

ANITA - Caí num espontaneísmo, né? Num registro de fatos, assim, mas não é história, né?

CAROLINA - Sim. É, eu estava guardando essa pergunta aqui mais pro final, mas acho que já cai um pouco nisso. Que justamente no fim do teu livro de memórias, tem uma citação que é 'que no mundo atual a luta ideológica tornou-se a principal forma pela qual se desenvolve a luta de classes'. E aí você destaca o uso da internet pela burguesia mundial para formação de

consenso e menciona os intelectuais orgânicos da ordem dominante, né? E aí eu queria perguntar, qual sua opinião, como você considera essa relação entre isso e as produções pós-estruturalistas nessa luta ideológica? Que é justamente como você estava falando, hoje na academia mesmo na esquerda a gente vê muito pós-estruturalismo e muito pós-modernismo.

ANITA - É, eu acho que acaba não sendo científico. Acaba não sendo uma História Ciência, passa a ser uma História registro de fatos, né? Mas não há análise. Pra ter análise você tem que ter teoria. E justamente à burguesia, à classe dominante não interessa que a História Ciência venha à tona, se torne conhecida. Porque as conclusões de uma História Ciência no dias de hoje, só podem apontar para crise do capitalismo e a necessidade de substituir o capitalismo por outro tipo de sociedade, mais avançada. Então isso não interessa à burguesia, evidentemente. Então ela procura ludibriar de toda maneira. Dividir. Veja todas essas Histórias e medidas que são chamadas identitárias, né? Chamadas de identitarismo. No fundo é isso. É uma forma de desviar não só a atenção, mas o esforço das pessoas, das lutas das pessoas, da luta pelo poder, *de poder não se fala. Nada de luta pelo poder, né?* Mas luta pela emancipação dos negros, luta pela emancipação da mulher, luta pelos interesses dos LGTBs, e vai pra aí afora. Tudo certo, são lutas justas, mas na medida em que elas estão desligadas, de uma luta mais geral pelo poder, pela transformação da sociedade e que essa transformação da sociedade tem que significar, atingir o capitalismo e a burguesia, porque só com uma sociedade que marche pelo menos rumo ao socialismo vai ser possível realmente garantir a emancipação da mulher, garantir que não haja racismo mais. Um processo, não é da noite pro dia também, né? [risadas] Garantir os interesses, enfim, de todos os setores da sociedade brasileira, no caso da sociedade brasileira. Isso só vai se conseguir – isso que é importante levar, pras pessoas entenderem – marchando rumo ao socialismo num processo que não é fácil, é demorado, é difícil, mas tem que ter clareza dele. É o que interessa à burguesia, ficar lutando, clamando, brigando com os outros, né? Pra defender os interesses dos negros... então os interesses dos negros, contra os interesses dos brancos, né? Com isso divide em vez de somar forças na luta, pela revolução, pelo socialismo, pelo real, efetivo, avanço da sociedade, retarda esse avanço e a burguesia faz isso com muita habilidade e pra isso tem os seus intelectuais orgânicos preparados, né? Bem preparados em geral para isso. E é importante que a gente entenda que as universidades no mundo capitalista, por mais que se consiga avançar e ter professores avançados, elas são um instrumento da burguesia para formar seus quadros. Indiscutivelmente. Tem até um texto do Marx, a Crítica do Programa de Gotha, em que ele fala isso. Escola popular – ele está criticando o Lassale e o programa de Gotha – nunca vai ter

escola popular dentro do capitalismo. Isso entra em conflito, né? No capitalismo, a escola, a universidade, todas as instituições de ensino, elas existem para serem instrumentos da classe dominante. Outra coisa é que existe sempre espaço em que a gente consegue penetrar [risada] e lutar contra isso, né? Porque felizmente as pessoas são seres pensantes e podem ver a necessidade da transformação social. Mas dizer que isso vai ser o dominante? Não vai. O dia que for dominante é porque não tem mais capitalismo, já foi feita a revolução. Tá claro isso pra você?

CAROLINA - Sim.

ANITA - Isso é muito importante porque você vê, essas teorias identitárias tão aí soltas, né?

CAROLINA - Sim.

ANITA - E tem grande receptividade, né? As ONGs, tudo isso desvia a atenção das pessoas da luta pelo poder da luta pela revolução.

CAROLINA - Acaba sendo muitas vezes até um discurso um pouco moralista, né? Pra constranger a própria esquerda às vezes de ter as suas próprias pautas e ter como centralidade a luta de classes.

ANITA - É, não é que a gente vá negar essas pautas, mas elas têm que estar articuladas com a luta geral pelo poder, né?

CAROLINA - Sim... Certo. Aqui mesmo tu já citou antes o Florestan Fernandes e aí eu queria saber um pouco sobre como que foi esse contato com ele, né? Você comentou que recebeu livros do Florestan durante o exílio, ele é um desses intelectuais que fala sobre capitalismo dependente também. Então queria saber um pouco sobre quão relevante ele foi para essas tuas visões sobre capitalismo dependente, quanto tu concorda ou talvez não concorde com a própria produção dele.

ANITA - A própria produção dele avançou, né? Ele tem uma produção muito grande em que ele foi avançando. Por exemplo, eu acho que a 'Revolução Brasileira' de 75, é realmente uma virada muito importante. Eu não conheço toda a obra do Florestan, não sou propriamente uma

estudiosa de Florestan, mas alguma coisa que eu li – inclusive esse livro e mais alguns outros – eu acho que ele deu uma contribuição muito importante pra gente entender a história do Brasil a partir de um ponto de vista marxista. Diferente de outros que também deram contribuições... Mas você veja, o próprio Caio Prado Júnior, eu acho que o marxismo dele é bastante limitado, né? Discordo bastante. Embora tenha muito e ele seja muito popular aí nos meios de esquerda, né? Junto ao MST, no próprio PCB. Aquele ‘O Sentido da Colonização’, acho que acaba caindo numa teoria circulacionista, de que o capital mercantil é capitalismo. Eu acho que isso não é Marx. Então eu acho que o Caio Prado Júnior – ainda que na época tenha sido um avanço muito grande, se levar em conta que no Brasil, a História no Brasil, era muito limitada – deixa a desejar. O marxismo de Caio Prado deixa muito a desejar, mesmo aquele livro dele ‘A Revolução Brasileira’ que faz uma crítica que hoje eu considero certa ao PCB, mas a proposta dele no fundo é reformista. Ele não faz uma proposta que marche para a Revolução Socialista, de jeito nenhum. No fundo ele cai num reformismo. Na minha opinião. Embora ele faça uma crítica pertinente, àquela teoria da revolução em etapas, do PCB. Ele está fazendo críticas aos documentos do VI Congresso, inclusive foi expulso nesse período, nessa época. Então eu acho que o Florestan avançou mais, bem mais. Embora no início lá ele foi trotskista, né? Sabe disso também, né? Na juventude quando ele se aproximou do movimento socialista e tal, ele era trotskista.

CAROLINA - Isso eu não sabia. Eu já tinha percebido, visto também, uma tendência weberiana, né? Nas coisas que ele escreve, mas que ele era trotskista não sabia.

ANITA - Ele foi. As pessoas não nascem prontas, né? É o processo de formação. Mas ele era grande figura. Pessoalmente eu o conheci em 82. Quando fui a São Paulo, eu queria uma apresentação dele pra poder fazer o doutorado na USP porque não tinha doutorado aqui no Rio de Janeiro ainda naquela época. E ele realmente, me recebeu muito bem, conversamos e ele me apresentou ao Carlos Guilherme Mota. O Carlos Guilherme Mota na época então me aceitou como doutoranda. Depois foi formado doutorado aqui no Rio, aí eu passei pro Rio porque era muito difícil pra mim, inclusive financeiramente, ficar indo a São Paulo, indo e voltando de São Paulo o tempo todo, enfim...

CAROLINA - Sim. Justamente sobre esse doutorado, foi a Maria Yedda Linhares que te aceitou para orientar e no teu livro de memórias tu cita a boa relação que você teve com ela... tem um parágrafo bem bonito elogiando a professora e aí então queria saber um pouco como

que ela contribuiu pra essa tua tese e pra tua formação enquanto historiadora. Que afinal, como tu tava comentando, tu começou em química e depois fez aquele doutorado em economia política mas não teve uma base de historiadora tradicionalmente.

ANITA - Não, não tive. Agora, eu sempre me interessei por História ali, aquele período que eu tive na clandestinidade em São Paulo, nas horas livres que eu tinha, procurei ler alguns dos clássicos da historiografia brasileira, Caio Prado, né? Celso Furtado, enfim, eu procurava estudar mesmo sozinha. E depois um dos motivos que me levou a ir pra História, uma que eu já gostava da História, segundo que não dava mais pra voltar pra Química [risadas], e terceiro é que o meu pai estava com muita idade (já década de oitenta isso depois que eu voltei pro Brasil) e não queria escrever sobre a Coluna e ao mesmo tempo ele tinha uma memória assim espetacular, lembrava principalmente da Coluna nos maiores detalhes. Aí eu falei com alguns amigos e tal 'não realmente isso é importante... não perder isso'. Então eu fui fazer mestrado, doutorado, né? Pra poder estudar com mais profundidade, não é fazer uma crônica, mas estudar seriamente esse acontecimento da Coluna, essa história da Coluna. E aí a Maria Yedda apareceu no caminho, [risada] foi ótimo! Maria Yedda era uma grande figura, né? Porque era uma mulher muito *independente*, muito *avançada* né? Muito *progressista*. Não era comunista, nunca foi, como nunca foi de nenhum partido, mas era uma pessoa muito *arejada*, com a cabeça arejada. E tinha viajado muito, morou nos Estados Unidos, morou na França, teve exilada, ela foi perseguida pela ditadura, chegou a ser presa. [emoção] Foi demitida da UFRJ, cassada! Teve os direitos políticos cassados e chegou a ser presa, mas depois foi solta. Também não tinha maiores comprometimentos com nenhum partido. Mas ela me orientou muito principalmente do ponto de vista de metodologia. Porque Coluna não era a área dela, ela é especialista principalmente em Oriente Médio, ela entendia mais disso em História. Mas também de Brasil, de mundo agrário, né? A gente estudou muito do mundo agrário no Brasil, pelos seus trabalhos publicados. Mas enfim, Coluna não era forte dela, mas ela me ajudou muito na metodologia, sabe? Como se faz uma tese, né? Porque eu não tinha noção disso. Como se faz uma tese em História e enfim, me ajudou bastante nessa parte. E tinha também o Ciro Flamarion, que foi meu professor de metodologia, ele era professor na época, né? Da UFF, mas também da UFRJ e a gente fazia cursos na UFRJ e na UFF, que é só atravessar a Baía de Guanabara aqui. Não sei se você conhece o Rio [risadas]? Então, tem a baía que a gente atravessa, Niterói tá do lado de lá, fica a UFF e a UFRJ fica do lado de cá no Rio de Janeiro. Mas enfim, simples isso. Então primeiro ela estava me orientando no mestrado, mas na medida que abriu o doutorado eu passei pro doutorado. E ela realmente era uma pessoa

brilhante e o Ciro Flamarion também. Aliás, o Ciro tinha sido aluno dela. O Ciro era de outra geração, mais jovem. E os dois me ajudaram muito. O Ciro era um cara assim... enciclopédico, ele entendia de todos os assuntos. Impressionante. A vida inteira estudou, mas um cara muito talentoso. E também com uma capacidade de dar aula, sabe? E gostar dos alunos, ele era super solícito com os alunos. Não precisava ser orientando dele pra ele ajudar. Eu me lembro que todo mundo quando está escrevendo tese, principalmente, de doutorado tem um momento que cai num certo desespero. Então você tem vontade de [risadas] de rasgar e jogar tudo fora, você não sabe se aquilo vale a pena, sabe? E aí eu procurei o Ciro. Tinha escrito lá três ou quatro capítulos. Procurei o Ciro e disse... ele não era meu orientador, mas a Yedda também era muito ocupada e ainda tinha esse detalhe: ela era a secretária de educação do governo Brizola aqui no Rio de Janeiro. Então realmente tinha pouco tempo, mas mesmo assim ela atendia. Mas aí eu procurei o Ciro e falei 'olha eu estou aqui com muita dúvida com a tese, será que você podia ler' e ele disse 'não, traga a tese'. Aí ele leu, comentou, viu? E até me animou porque disse 'não, é isso mesmo!, isso aí dá um rascunho', aí deu sugestões e tal, sabe? Então eram assim, pessoas espetaculares. Tanto a Yedda quanto ele. Que ajudaram muito. Sem dúvidas.

CAROLINA - Certo, Anita. Tem algum outro aspecto da sua formação intelectual que você acha que é relevante e gostaria de comentar?

ANITA - Eu acho que o fundamento eu já comentei naquele livro de memórias. Minha formação toda desde a infância foi rumo ao comunismo e ao marxismo. Quer dizer, eu nunca questioneei isso, porque as pessoas ficam questionando e já não me perguntaram 'ah você na adolescência nunca questionou: será que não é por aí?' Disse não, realmente, pra mim esse questionamento nunca existiu. Pra mim sempre foi ponto pacífico [risadas], que tinha que marchar por aí. Tinha que estudar e o caminho era esse. Respeito pessoas que tiveram dúvidas, eu acho que é perfeitamente normal, mas no meu caso não houve isso. Eu tive muita assistência da minha tia Lygia, que embora ela não tivesse grandes instruções, não teve oportunidade pra isso, era uma pessoa muito inteligente e então muito sensível, certo? Então, por exemplo, na União Soviética... eu era menina, né? Catorze, quinze, dezesseis anos, eu era adolescente, né? Eu fazia a escola lá, a escola era muito boa, mas era muito dogmatismo, muito dogmatismo. E muito nacionalismo grão-russo. Eu, aliás, falo isso na minha biografia. E a minha tia achava algumas coisas ali absurdas, então discutia bastante comigo, sabe? Algumas coisas eu nem falava lá na escola porque não dava. Mas por exemplo que a gente lia

muito... Você vê, na escola a gente estudava ‘Guerra e Paz’ de Tolstói e as principais obras dos grandes literatos russos. E aí tinha as interpretações, sempre Napoleão era execrado. Porque claro [risadas] eram os russos, né. Mas era uma posição errada execrar o Napoleão. Napoleão naquele momento era progressista, trazia os ideais da burguesia, liberal, etc. A Rússia era uma Rússia czarista, reacionária. E aí minha tia chamou atenção para isso, foi buscar as obras de Lênin. Porque Lênin se refere bastante, à revolução francesa e a Napoleão e ao papel do Napoleão, então ela me mostrava aquilo, discutia comigo, para mostrar como era errado a maneira do Napoleão do jeito que era, lá na escola, está vendo? Essa influência nacionalista era muito forte. E ela me chamava atenção pra isso. Então também foi importante na minha formação, sabe? Ser uma pessoa que não estava impondo, mas estava discutindo comigo os problemas, acompanhava... Também ajuda bastante.

CAROLINA - Certo, Anita, eu acho que é isso. Agradeço muitíssimo pela entrevista, é uma honra poder conversar contigo.

ANITA - Obrigada.

CAROLINA - Obrigada aí pelo tempo e acredito que seja isso.

ANITA - Sempre é um prazer conhecer jovens, principalmente. Vocês é que vão carregar esse carro no futuro, né? Então é importante. Uma jovem historiadora, né? O seu professor é muito bom, né? Então você também aproveita bastante, né?

CAROLINA - Sim, sou... Tenho muita felicidade também de conhecer o Paulo.

ANITA - É, o Paulo é o melhor.

CAROLINA - Fui monitora dele na disciplina de Introdução quando eu estava no início do curso ainda, então foi bom ter esse contato ao longo da graduação com ele.

ANITA - Então tá bom, desejo sucesso pra você e quando tiver o trabalho pronto dá notícia, né? Manda, tá bom?

CAROLINA - Dou, dou sim.

ANITA - Tá bom. Vai ficar bom, com certeza!

CAROLINA - [risadas] Espero que sim!

ANITA - Agradeço o interesse também.

CAROLINA - Está certo. Obrigada então. Boa tarde.

ANITA - Tudo de bom. Se você tiver alguma dúvida, alguma coisa que eu possa ajudar, estamos aqui.

CAROLINA - Está bom.

ANITA - Tá? Tudo de bom! Tchau.

CAROLINA - Tchau!